

**Orgulho e preconceito: O desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em
crianças de Porto Alegre e Salvador**

Airi Macias Sacco

**Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de
Doutora em Psicologia sob orientação da Profa. Dra. Sílvia Helena Koller
e co-orientação da Dra. Maria Clara P. de Paula Couto**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Porto Alegre, Abril de 2015

Agradecimentos

Há algum tempo descobri que não existo no singular, somente no plural: eu não sou, eu somos. E, justamente porque não existo sozinha, sinto uma necessidade imensa de agradecer a todas as pessoas e instituições que me acompanharam durante o percurso que nos trouxe até aqui.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto de Psicologia, minha casa durante os últimos 11 anos. Ser filha da UFRGS é motivo de muita honra, orgulho e responsabilidade. Aos corpos docente e discente desta casa deixo a minha gratidão eterna não apenas pela formação de imensa qualidade, mas principalmente pela acolhida carinhosa durante todos esses anos. Sentirei saudades.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou minhas atividades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Em um país no qual poucas pessoas têm acesso ao ensino superior, tenho plena consciência do quanto sou privilegiada e da responsabilidade que carrego em virtude disso.

À Capes e à Fulbright pelo financiamento do período de nove meses na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, durante meus estudos de doutorado. Esta experiência desempenhou papel fundamental em meu desenvolvimento pessoal e profissional e não teria sido possível sem o investimento destas duas instituições.

À minha orientadora, Dra. Sílvia Koller, pelos vários níveis de abertura: Por manter a cabeça sempre aberta a novas ideias, por mais desafiadoras que pareçam. Por não medir esforços para abrir portas, por mais emperradas que estejam. Por estar com os braços sempre abertos, por mais que a gente discorde. Obrigada por tudo. Sempre.

À co-orientadora, amiga e irmã mais velha, Dra. Maria Clara de Paula Couto. Esse trabalho não existiria sem ti. Eu não seria a pesquisadora que sou hoje sem ti. Esses quatro anos não teriam sido tão prazerosos sem a tua companhia. Obrigada.

To my co-advisor, Dr. Yarrow Dunham, who helped to develop the idea of this dissertation since the beginning. Thank you for your generosity and for the warm welcome at Princeton and also at Yale. It is a great honor to work with you.

Aos professores Dra. Lisiane Bizarro, Dr. Ronaldo Pilati e Dra. Maria Emília Yamamoto, por todas as valiosas contribuições a esta tese quando ela ainda era apenas um projeto. Também à professora Dra. Adriane Arteché por aceitar fazer parte da banca de avaliação deste trabalho.

À minha família, pelo apoio sem limites. À minha mãe, Leila Macias, por ser exemplo da professora que quero me tornar. Ao meu pai, José da Costa Sacco, por me dar asas para voar. Às minhas irmãs, irmão e cunhado, por compreenderem a distância. Aos meus sobrinhos pequenos e também aos grandes, por serem fonte inesgotável de alegria. Em especial, à Cíntia e ao Matheus pela visita nos Estados Unidos, que foi um sopro de amor.

À família Rosenfield, em todos os seus núcleos e incluindo os indispensáveis agregados, pela acolhida amorosa. Menção honorosa para Kathrin e Cinara, cujo apoio foi fundamental durante os últimos quatro anos.

Aos amigos de ontem e de hoje, sem os quais eu não seria ninguém. Um agradecimento especial para Janaina Banana Fogaça, Thiago Barbosa, Fleivia de Carlos e Juliana Mocre de Araújo, que mesmo quando longe estão sempre perto. Meu carinho também para Suzi Camey e Luciana Nunes, que além de professora, amiga, dinda e comadre (em ordem cronológica), agora também é co-autora.

Aos amigos que fiz nos Estados Unidos, principalmente Fabi Macedo e David Albrecht. New Haven sem vocês não teria graça. Muchas gracias!

To my fellow Fubrighters, specially to those who were at the Miami Gateway Orientation. Maha Thaher, Peter Lenz, Stefania Grezzana, Sarita Gonzalez, Janette Suherli, Luisa Rivera, Elvira Dubovskaya, Maria Dimitrova, Juan Carlos Reyes, Antonio Luco...

There is not enough space to name you all here. I miss you, guys. I also wanted to thank Lisa Visagie, Fulbrighter at Yale. I learned so much from you, my friend.

Ao Centro de Estudos Psicológicos CEP-Rua e a todos os seus integrantes pelo apoio de sempre. É uma honra fazer parte de um grupo tão competente. Um carinho especial ao pessoal das antigas, que teve paciência para me aguentar durante tanto tempo e cujo apoio foi essencial durante este período de doutorado.

À minha equipe de pesquisa. Às queridas Larissa Klafke e Julieth Eckert, que participaram apenas da fase de estudos teóricos, mas que contribuíram muito para o crescimento do grupo. Aos incansáveis Jéssica Schimitt, Jéssyca Barcellos, Anelise Müller e Alisson Batista. Não tenho palavras para dizer o quanto aprendi com vocês. Não tenho palavras para agradecer tanto esforço e dedicação. Sem vocês essa pesquisa não existiria. Vocês foram brilhantes!

À queridíssima Juliana Santana, pelo companheirismo, pelas risadas e pela coordenação da equipe de pesquisa de Salvador. Também à excepcional equipe composta por Janaína de Araújo, Ludmila dos Santos, Jéssica Alencar, Clara Alves e Bianca Orrico. Obrigada, meninas, foi maravilhoso contar com o apoio de vocês!

À Créa Maria, que nos idos de 2009 plantou a semente que deu origem a esta tese e que, sem saber, acabou ajudando a definir meu rumo profissional.

E, finalmente, à Loira Rosenfield, que todos os dias me faz querer ser uma pessoa melhor. Te amo.

Obrigada. MUITÍSSIMO obrigada.

A Autora

- Yo quiero saber de qué color ve usted las cosas.

- Del mismo que tú – sonrió el director

- ¿Y cómo sabe usted de que color veo yo las cosas?

(Eduardo Galeano)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	15
INTRODUÇÃO.....	15
Desenvolvimento de Atitudes Raciais Implícitas.....	17
CAPÍTULO II.....	20
REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA SOBRE PRECONCEITO RACIAL	
RESUMO	21
ABSTRACT	21
RESÚMEN	22
INTRODUÇÃO.....	24
MÉTODO	25
RESULTADOS	27
DISCUSSÃO	34
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	39
CAPÍTULO III	54

CONSTRUCTION AND VALIDATION OF THE WHITE, PARDO, AND BLACK
CHILDREN PICTURE SET (BIC-MULTICOLOR)

ABSTRACT	55
INTRODUCTION.....	56
Images as Experimental Stimuli.....	57
Studies on Racial Prejudice	60
METHOD	61
Participants	61
Materials	62
Procedures	62
RESULTS.....	63
DISCUSSION.....	64
REFERENCES	66
CAPÍTULO IV	75
RACE ATTITUDES IN CULTURAL CONTEXT: THE VIEW FROM TWO BRAZILIAN STATES	
ABSTRACT	76
INTRODUCTION.....	77
Placing Culture in Context	81
The current study.....	84
METHOD	84
Participants	84
Measures.....	85
Implicit Measures	85

Explicit Measures	87
Procedures	88
RESULTS.....	89
Implicit Measures	89
Explicit Measures	92
DISCUSSION.....	98
REFERENCES	103
FOOTNOTES.....	109
CAPÍTULO V.....	116
DIFERENÇAS DE CATEGORIZAÇÃO RACIAL NA BAHIA, NO RIO GRANDE DO SUL E NOS ESTADOS UNIDOS	
RESUMO	117
ABSTRACT	117
RESUMEN	118
INTRODUÇÃO.....	119
Categorização Racial no Brasil	120
Categorização Racial nos Estados Unidos	121
MÉTODO	123
Instrumento.....	123
Procedimento.....	124
Análise dos Dados	124
RESULTADOS	125
DISCUSSÃO.....	127

REFERÊNCIAS	131
CAPÍTULO VI	138
DISCUSSÃO	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	144
ANEXO A	148
APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	
ANEXO B.....	150
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM	
ANEXO C.....	151
TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL	
ANEXO D	153
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
ANEXO E.....	155
ESTÍMULOS UTILIZADOS NAS TAREFAS IMPLÍCITAS (EP E IAT)	
ANEXO F.....	158
SÍMBOLOS UTILIZADOS PARA REPRESENTAR AS CATEGORIAS NO IAT	
ANEXO G	159
FOTOGRAFIAS AVALIADAS NA TAREFA DE PREFERÊNCIA EXPLÍCITA	

Resumo

O objetivo geral desta tese, composta por um artigo teórico e três empíricos, foi investigar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças. O primeiro estudo foi uma revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial. O segundo envolveu a criação e validação de um banco de estímulos para utilização em pesquisas científicas, o BIC-Multicor. O terceiro utilizou medidas implícitas (*Priming* Avaliativo e Teste de Associação Implícita) e explícitas de atitude para avaliar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças brancas, pardas e pretas de Porto Alegre e Salvador. Participaram 542 crianças, de seis a 14 anos de idade. Foram encontradas diferenças nas atitudes implícitas entre os grupos raciais e também entre as duas cidades avaliadas. O quarto foi um estudo sobre as diferenças de categorização racial entre baianos, gaúchos e norte-americanos. A categorização racial sofreu forte influência contextual e foi semelhante na Bahia e nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Preconceito racial; racismo; atitudes implícitas; *Priming* Avaliativo; Teste de Associação Implícita.

Abstract

This dissertation, composed by one theoretical and three empirical papers, aimed to investigate the development of race attitudes in children. The first study was a systematic review of Brazilian psychological studies on racial prejudice. The second one involved the development and validation of a set of children's portraits to be used as stimuli on scientific research, the BIC-Multicor. The third one used implicit (Evaluative Priming and the Implicit Association Test) and explicit measures of attitude to investigate the development of race attitudes in White, Pardo and Black children ($N = 542$), aged six to 14, from Porto Alegre and Salvador. Implicit attitudes were different between cities and also between racial groups. The fourth study assessed differences in racial categorization in Bahia, Rio Grande do Sul and the United States. Racial categorization was influenced by context and similar results were found between participants from Bahia and the US.

Keywords: Racial prejudice; racism; implicit attitudes; Evaluative Priming; Implicit Association Test.

Apresentação

Esta tese de doutorado, composta por quatro artigos – um teórico e três empíricos –, versa sobre o desenvolvimento de preconceito racial implícito e explícito em crianças de Porto Alegre e Salvador. O interesse em estudar essa temática surgiu da percepção de que, apesar de todos os mitos de democracia racial brasileira, vivemos em um país no qual a pobreza e a desigualdade social têm cor. Enquanto a renda familiar de pardos e pretos é 75% mais baixa do que a de brancos, o índice de jovens vítimas de homicídio é 146% mais alto na população parda e preta do que na branca (Waiselfisz, 2014). O mesmo padrão se repete com as taxas de escolaridade e de desemprego. No Brasil, ninguém se considera racista, mas a maioria das pessoas admite que o preconceito racial existe (Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001). Como, então, estudar esse fenômeno?

O primeiro passo envolvido nessa tomada de decisão foi investigar como o preconceito racial tem sido estudado pela Psicologia brasileira, o que deu origem ao primeiro artigo desta tese: “Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial”. A partir de uma revisão criteriosa de artigos da Psicologia nacional envolvendo os termos preconceito racial e racismo, foram identificados os principais métodos utilizados pelos estudos empíricos na área. Dentre as lacunas encontradas estava a escassez de pesquisas que utilizassem medidas implícitas de atitude e também os estudos realizados com crianças.

Questionários, escalas e entrevistas foram os instrumentos mais empregados nos estudos analisados. Medidas explícitas de atitude como essas, quando utilizadas no estudo de temas polêmicos como o preconceito, estão sujeitas à influência de uma série de fatores, tais como a desejabilidade social (Brauer, Wasel, & Niedenthal, 2000; De Houwer, 2003; Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Greenwald & Banaji, 1995). O fato de o participante ter ciência do tema que está sendo investigado e controle sobre suas respostas faz com que os resultados obtidos possam não corresponder plenamente à realidade. As medidas implícitas de atitude, por sua vez, estão menos sujeitas a esse tipo de controle (Fazio & Olson, 2003) e, em

virtude disso, têm sido as mais utilizadas internacionalmente na investigação do preconceito nos últimos anos (Raabe & Beelmann, 2011).

A segunda lacuna identificada na revisão sistemática disse respeito ao baixo número de estudos sobre preconceito racial que tivessem crianças como participantes. Esse resultado chamou a atenção porque parece fundamental que, para compreender os processos de discriminação racial tão presentes na sociedade seja importante entender como o preconceito racial se desenvolve. Diversas pesquisas têm indicado que crianças pequenas, de 5 e 6 anos, já exibem os mesmos níveis de preconceito racial apresentados por adultos (Dunham, Chen, & Banaji, 2013; Newheiser & Olson, 2012). Assim sendo, se as preferências raciais se formam ao longo dos anos iniciais de desenvolvimento, não parece produtivo ignorar o público infantil no delineamento de estudos sobre essa temática. A justificativa para focar também na infância os estudos sobre preconceito racial reside na importância de se estudar não apenas os efeitos do preconceito, mas também suas raízes, durante aquela que parece ser uma das etapas mais sensíveis do processo de formação de atitudes (Raabe & Beelmann, 2011).

Assim, com base nos resultados da revisão sistemática e nas considerações daí advindas, a questão inicial, sobre como estudar o preconceito racial neste tese, foi respondida. A solução encontrada foi utilizar medidas implícitas e explícitas para investigar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças brasileiras. Resolvido o primeiro problema, veio o momento de planejar a coleta de dados. A realização de um amplo estudo nacional seria inviável. A inclusão apenas de crianças gaúchas seria mais factível, mas pouco representativa, visto que a composição racial do Rio Grande do Sul destoa do restante do país: 84% dos gaúchos se declararam brancos no último censo. Enquanto isso, na Bahia, 59% das pessoas se declararam pardas e 17% pretas (IBGE, 2011). Os dois estados são conhecidos pela valorização da herança cultural de seus colonizadores – europeus no caso dos gaúchos e africanos na Bahia. As diferenças históricas e culturais entre os dois estados são marcantes e,

assim, surgiu o questionamento: será que essas diferenças se expressam também no desenvolvimento de preconceito racial em crianças dos dois estados?

Esse foi o mote que definiu o objetivo principal desta tese, o qual deu origem ao artigo “*Race attitudes in cultural context: The view from two Brazilian states*” (em português, “Atitudes raciais no contexto cultural: A perspectiva de dois estados brasileiros”). O objetivo deste estudo foi investigar o desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças brancas, pardas e pretas da Bahia e do Rio Grande do Sul. Para isso, foram utilizadas duas medidas implícitas, o Teste de Associação Implícita (IAT, Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998) e a tarefa de *Priming* Avaliativo (EP, Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995), e cinco medidas explícitas de atitude: identificação com o grupo, atitude racial explícita, associação entre cor/raça e *status* social, preferência por cor/raça e preferência por *status social*.

Durante a preparação dos instrumentos, entretanto, nos deparamos com uma dificuldade: a falta de um banco de imagens de crianças padronizado que representasse a diversidade racial brasileira. Para assegurar a que os resultados das medidas implícitas fossem confiáveis, precisávamos de retratos pré-testados em relação à cor/raça, expressão facial e simpatia para ter certeza de que os retratos utilizados nas tarefas implícitas realmente fizessem referência a crianças brancas, pardas e pretas e que outras variáveis relativas às fotografias não afetassem o julgamento dos participantes. Na falta de um instrumento que apresentasse essas características, recorreremos à criação do BIC-Multicor, ou Banco de Imagens de Crianças Brancas, Pardas e Pretas, apresentado no segundo artigo que compõe esta tese. A montagem deste banco envolveu a confecção dos retratos e pré-testagem em relação às características mencionadas anteriormente.

A dificuldade na seleção de imagens de crianças que obtivessem um mínimo de 80% de concordância em relação à cor/raça motivou a realização de um estudo comparativo, apresentado no último artigo desta tese, intitulado “Diferenças de categorização racial no Rio

Grande do Sul, na Bahia e nos Estados Unidos”. Enquanto os dois estados brasileiros foram escolhidos devido às peculiaridades que os diferenciam, os Estados Unidos foram incluídos na amostra em virtude das características históricas e culturais que o diferenciam do Brasil no que diz respeito às políticas de segregação racial e às categorias raciais empregadas. Um dos objetivos deste estudo foi verificar em que medida as características contextuais influenciam a categorização racial.

A reunião dos quatro estudos apresentados, complementares entre si, pretende ser uma contribuição importante ao estudo sobre preconceito racial no Brasil. Esta tese terá cumprido o seu objetivo principal no momento em que for integrada a uma leva de novas pesquisas que, em conjunto, contribuam para a diminuição da desigualdade racial, social e econômica no país.

Boa leitura.

CAPÍTULO I

Introdução

O principal objetivo desta tese de doutorado é investigar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças brasileiras brancas, pardas e pretas de dois contextos distintos, Porto Alegre e Salvador. O conceito de atitude utilizado neste estudo baseia-se em uma definição ampla, segundo a qual a atitude representa uma tendência a avaliar um determinado objeto de maneira positiva ou negativa (Eagly & Chaiken, 2007).

Para que uma atitude se forme é necessário, em primeiro lugar, que um objeto seja percebido e avaliado, de maneira consciente ou não. Esse objeto pode ser qualquer coisa, desde uma pessoa ou ente físico até um grupo ou ideia abstrata (Eagly & Chaiken, 2007). Alguns autores propõem um modelo tríplice segundo o qual as atitudes apresentam componentes afetivos, cognitivos e comportamentais (Zanna & Rempel, 1988). No caso específico do preconceito racial, foco deste trabalho, o componente atitudinal envolvido está relacionado a elementos afetivos ou avaliativos. Nessa mesma temática, os estereótipos contemplariam os elementos cognitivos, enquanto a discriminação estaria relacionada aos comportamentais. Assim, o termo “atitudes raciais” empregado nesta tese diz respeito somente aos elementos afetivos/avaliativos das atitudes, ou seja, ao preconceito.

O preconceito pode ser definido como uma avaliação negativa relativa a grupos sociais (Eagly & Diekmann, 2005) influenciada por vieses no contexto das relações intergrupo (Dovidio & Gaertner, 2010). Essa avaliação tem como consequência a preferência por um grupo em relação a outro. No caso específico do preconceito racial, o objeto da atitude são os grupos raciais. No contexto brasileiro destacam-se três grupos principais: brancos, pardos e pretos, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011).

A definição mais clássica de preconceito foi apresentada por Gordon Allport, que, no livro seminal “A natureza do preconceito” (Em inglês, “The nature of prejudice”, 1954),

definiu-o como um sentimento de antipatia direcionada a um grupo social. Desde então, o conceito de preconceito sofreu algumas transformações e muitos estudos têm pesquisado esse fenômeno. Inicialmente, o preconceito era investigado a partir da utilização de medidas explícitas de atitude, tais como entrevistas e medidas de auto-relato, como escalas e questionários. Com o passar do tempo, no entanto, pesquisadores perceberam que as respostas dos participantes a esses instrumentos eram afetadas pela preocupação em não parecer preconceituosos (Brauer, Wasel, & Niedenthal, 2000). Ao serem questionados sobre se preferem pessoas brancas ou pretas, por exemplo, participantes tendem a dar respostas socialmente aceitáveis e dizer que não têm preferências, pois todas as pessoas são iguais independente da cor da pele. Isso não significa, no entanto, que essa seja efetivamente a maneira como se sentem em relação aos grupos raciais, o que consitui uma questão importante para o desenvolvimento de pesquisas na área.

Para resolver essa situação, foram criadas medidas implícitas de atitude, tais como a tarefa de *Priming* Avaliativo (Fazio et al., 1995; Fazio, Sanbonmatsu, Powell, & Kardes, 1986) e o Teste de Associação Implícita (IAT, Greenwald et al., 1998). As medidas implícitas de atitude permitem aos pesquisadores ter acesso a respostas mais automáticas, que não passam pelo crivo da deseabilidade social. Tanto o *Priming* Avaliativo quanto o IAT são medidas baseadas em paradigmas de tempo de reação e ambos são amplamente utilizados em estudos que avaliam preconceito (Degner, & Wentura, 2011; Fazio et al., 1995; Lowery, Hardin, & Sinclair, 2001; Nosek, Banaji, & Greenwald, 2002). Essas tarefas são descritas com maiores detalhes no Capítulo IV desta tese.

As atitudes raciais explícitas parecem seguir um padrão desenvolvimental evidente: enquanto crianças pequenas falam abertamente sobre suas preferências, as maiores aprendem que certas opiniões não podem ser externalizadas. Assim, a expressão de atitudes negativas em relação a determinados grupos sociais sofre um declínio a partir dos oito ou nove anos de idade e, no início da adolescência, assume padrão semelhante ao apresentado por adultos

(Dunham, Baron, & Banaji, 2008). No que diz respeito às atitudes raciais implícitas, no entanto, esse padrão desenvolvimental não é tão evidente. Contudo, a compreensão deste fenômeno é fundamental para o estudo do preconceito racial.

Desenvolvimento de Atitudes Raciais Implícitas

Nos últimos anos, pesquisadores têm demonstrado interesse no estudo do preconceito implícito e em como ele surge e se desenvolve desde idades precoces (Baron & Banaji, 2006; Degner, Wentura, Gniewosz, & Noack, 2007; Degner & Wentura, 2010; Dunham et al., 2008). Nas investigações em cognição social sobre o desenvolvimento de atitudes implícitas, destacam-se duas vertentes divergentes. A primeira, e mais utilizada, considera que as atitudes implícitas são resultado de uma aprendizagem lenta e gradual, que ocorre desde a infância. De acordo com essa perspectiva, desde idades precoces a pessoa aprende a associar grupos e ideias. Essas associações estão relacionadas ao contexto no qual a pessoa está inserida e são constantemente reforçadas. Quanto mais forte é uma associação, mais facilmente ela é ativada (Devine, 1989; Dunham et al., 2008; Fazio et al., 1986; Greenwald & Banaji, 1995). Assim, com base nessa teoria, a magnitude das atitudes implícitas em adultos seria mais forte do que em crianças, visto que haveria mais tempo para que a aprendizagem social se consolidasse. Adultos tenderiam a apresentar níveis mais elevados de preconceito racial implícito, por exemplo, do que crianças.

Em oposição a essa ideia, a segunda e mais recente vertente teórica assume que as atitudes implícitas surgem cedo e se mantêm estáveis ao longo da vida (Dunham et al., 2008; Dunham, Baron, & Carey, 2011). Essa compreensão teórica baseia-se nos resultados de experimentos realizados com o paradigma dos grupos mínimos, segundo o qual as pessoas tendem a apresentar preferência intragrupo mesmo quando são colocadas de maneira arbitrária em um grupo com o qual não têm nenhuma espécie de vínculo ou identificação. Inicialmente esses estudos foram realizados apenas com adultos, mas um experimento de grupos mínimos realizado com crianças de cinco anos demonstrou que o simples fato de fazer

parte de um grupo, mesmo que arbitrariamente, é suficiente para o surgimento de viés intergrupo. Esse processo não estaria, portanto, necessariamente relacionado a uma aprendizagem social. Nesse caso, o desenvolvimento de preferência intragrupo seria resultado da mera capacidade da pessoa de fazer categorizações e compreender que faz parte de um grupo social e não de outro (Dunham et al., 2011).

Ao contrário do que seria esperado pela teoria dos grupos mínimos, no entanto, pessoas pertencentes a grupos não dominantes socialmente (e.g., mulheres, idosos, pretos, homossexuais) tendem a não desenvolver preferência intragrupo (Dunham et al., 2008). Esse fato poderia corroborar a hipótese da aprendizagem social lenta e gradual, visto que envolveria a compreensão de que alguns grupos sociais são mais valorizados socialmente do que outros. No entanto, pesquisas realizadas com crianças de diferentes culturas demonstraram que elas apresentam níveis de viés intergrupo racial implícito semelhantes aos apresentados por adultos (Baron & Banaji, 2006; Dunham, Baron, & Banaji, 2006; Dunham, Baron, & Banaji, 2007; Newheiser, & Olson, 2012), o que indica que essa preferência surge muito cedo e se mantém estável ao longo dos anos.

Para ilustrar essa questão, uma pesquisa sobre atitudes raciais implícitas realizada com crianças hispânicas de cinco anos de idade revelou que, quando comparadas com crianças brancas, dominantes socialmente, elas não apresentam preferência intragrupo. Quando comparadas a crianças pretas, no entanto, elas demonstram viés pelo seu próprio grupo social (Dunham et al., 2007). Outro estudo evidenciou que crianças pretas a partir de cinco anos de idade apresentam preferência por crianças brancas e que esse padrão se mantém estável ao longo do desenvolvimento (Baron & Banaji, 2006). Essa estabilidade também foi indicada por um experimento realizado com crianças de seis e 10 anos de idade no Japão e nos Estados Unidos, confirmando que de fato há pouca mudança desenvolvimental na magnitude de preferências intragrupo (Dunham et al., 2006).

Todos esses estudos, no entanto, utilizaram como instrumento o IAT, uma medida baseada em categorias, ou seja, que avalia reações a determinados grupos sociais, como o de brancos e pretos. O *Priming* Avaliativo, por exemplo, é uma medida baseada em exemplares, isto é, avalia reações a um determinado indivíduo pertencente a um grupo social, e não o grupo social em si. Essa diferenciação é importante porque nem sempre uma avaliação negativa em relação a um grupo social – medida pelo IAT – corresponde ao mesmo tipo de avaliação em relação a uma pessoa pertencente ao referido grupo – medida pelo *Priming* Avaliativo (Degner, & Wentura, 2010). Com base nisso, é possível que tanto a teoria que defende o desenvolvimento lento e gradual das atitudes implícitas quanto a que prega que elas surgem cedo e se mantêm estáveis ao longo da vida estejam corretas, mas que se refiram a componentes atitudinais distintos.

A compreensão da dinâmica do desenvolvimento das atitudes raciais implícitas é fundamental para um entendimento mais amplo sobre os processos discriminatórios que ocorrem na sociedade. De acordo com o senso comum, as crianças desenvolvem preferência por um grupo ou outro e se tornam preconceituosas em virtude da influência de pais e familiares. A tese defendida neste estudo, contudo, é que o desenvolvimento de preconceito racial é mais complexo do que uma mera repetição de padrões observados no ambiente familiar e está relacionado a fatores como relações intergrupo, contexto cultural e percepção de dominância social. Além disso, pretende-se demonstrar que, apesar de a aprendizagem social evidentemente desempenhar um papel importante neste processo, ela não ocorre de maneira tão lenta como imaginado anteriormente. As crianças apresentam preferências raciais definidas desde pequenas, o que pode ter influência direta sobre a forma como a sociedade compreende o preconceito bem como sobre a elaboração de políticas públicas direcionadas a essa temática.

CAPÍTULO II

Título abreviado: PRECONCEITO RACIAL: REVISÃO SISTEMÁTICA

Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial¹

Systematic review of Brazilian Psychological studies about racial prejudice

Revisión sistemática de estudios de Psicología brasileña sobre el prejuicio racial

Airi M. Sacco
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Maria Clara P. de Paula Couto
Department of Psychology
Universität des Saarlandes, Saarbrücken, Germany

Sílvia H. Koller
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

¹ Artigo aceito para publicação na revista Temas em Psicologia.

Resumo

O objetivo deste artigo foi realizar uma revisão sistemática sobre os estudos com foco em preconceito racial publicados pela Psicologia brasileira. Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS, e PsycINFO, utilizando os termos “racismo” ou “preconceito racial”. O banco final incluído na análise foi constituído por 77 artigos, 35 teóricos e 42 empíricos, publicados desde 2001. A Psicologia Social, em suas mais variadas vertentes, foi a base teórica mais utilizada. O tema mais frequente nos artigos empíricos foram as cotas de acesso ao ensino superior. Já os teóricos investigaram temas como as origens do preconceito racial e suas formas de expressão, as consequências do preconceito para as vítimas de racismo, e as influências de teorias raciais no desenvolvimento da Psicologia, entre outros. Foram identificadas algumas lacunas na descrição metodológica dos estudos nacionais, principalmente no que diz respeito à caracterização de participantes, instrumentos e procedimentos adotados. Também foi constatada a necessidade de um incremento na realização de pesquisas que visem a compreender como o preconceito racial se desenvolve em crianças no contexto brasileiro. São escassas, ainda, pesquisas que tenham como foco adultos não-universitários e pessoas que pertençam a grupos discriminados. Além disso, apenas um estudo utilizou medidas implícitas de atitude. O número relativamente baixo de pesquisas da Psicologia brasileira sobre preconceito racial publicadas, assim como as lacunas identificadas, revelam que, longe de estar saturada, a área ainda tem muito a se desenvolver no país.

Palavras-chave: preconceito racial; racismo; discriminação; revisão sistemática

Abstract

The purpose of this study was to systematically review Brazilian psychological studies focusing on racial prejudice. A search was conducted in the databases SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS, and PsycINFO. The final database included in the analysis consisted of 77 articles, 35 theoreticals and 42 empiricals, published since 2001. Social Psychology was the

most widely used theoretical basis. The affirmative actions, specially the quota system, were the most frequent theme of empirical studies. On the other hand the theoretical studies focused on a variety of topics such as the origins and expression of racial prejudice, the consequences of prejudice for its victims, and the influences of racial theories in the development of Psychology. Results indicated the existence of some methodological gaps in the description of the studies, particularly with respect to the characteristics of participants, instruments and procedures. There was also a lack of studies focusing on the development of prejudice in Brazilian children. In addition further studies are needed with focus on minority groups and adults other than graduate and undergraduate students. Also, only one study has used an implicit measure of attitude. The relatively low number of psychological studies focusing on racial prejudice identified by this review, as well as the significant gaps in the existing research, revealed that is a field of study still in development in Brazil.

Keywords: racial prejudice; racismo; discrimination; systematic review

Resumen

El objetivo de este artículo fue hacer una revisión sistemática de los estudios centrados en prejuicios raciales publicados por la Psicología Brasileña. Se realizó una búsqueda en las bases de datos SciELO, PEPSIC, INDEXPsi, LILACS, y PsycINFO, utilizando los términos "racismo" y "prejuicio racial". La base de datos final incluida en el análisis abarcó 77 artículos publicados desde 2001, 35 teóricos y 42 empíricos. La Psicología Social, en sus diferentes aspectos, ha sido la base teórica más utilizada. El tema más común en los artículos empíricos fue las cuotas de acceso a la educación superior. Por su parte, los artículos teóricos investigaban temas como el origen de los prejuicios raciales y sus formas de expresión, las consecuencias del perjuicio para las víctimas del racismo y la influencia de las teorías raciales en el desarrollo de la Psicología, entre otros temas. Se identificaron algunas carencias en la descripción metodológica de los estudios, particularmente en la caracterización de los participantes, instrumentos y procedimientos adoptados. Además, se encontró la necesidad de

incrementar la investigación dirigida a la comprensión de cómo los prejuicios raciales se desarrollan en los niños en el contexto brasileño, investigar a los adultos que no poseen formación universitaria y a las personas pertenecientes a grupos discriminados. Por otra parte, solamente un estudio utilizó mediciones de actitudes implícitas. El número relativamente bajo de investigaciones publicadas, así como las carencias identificadas, revelan que lejos de estar saturada, esta área todavía puede desarrollarse mucho en el país.

Palabras clave: prejuicio racial; racism; discriminación; revisión sistemática

Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial

O Brasil registra elevados índices de desigualdade social e econômica relacionados à cor da pele (IBGE, 2013). Apesar disso, alguns estudos indicam que muitas pessoas, embora reconheçam a existência de racismo no Brasil, não se consideram preconceituosas (Camino, Silva, Machado, & Pereira, 2001). O preconceito consiste em uma avaliação negativa relativa a grupos sociais (Eagly & Dieckman, 2005) influenciada por vieses no contexto das relações intergrupo (Dovidio & Gaertner, 2010). No caso específico do preconceito racial, esses grupos sociais são definidos principalmente de acordo com a cor da pele. Em termos conceituais, podemos distinguir ainda preconceito de discriminação. O preconceito está relacionado a questões afetivas, a uma preferência por um grupo em detrimento de outro. A discriminação, por sua vez, consiste em um comportamento. Na discriminação racial, portanto, pessoas que fazem parte de grupos raciais não dominantes (p. ex., pretos e pardos) são tratadas de forma distinta em virtude de sua cor da pele.

O fenômeno de terceirização do preconceito racial é um dos elementos que dificultam a implantação de estratégias efetivas para o combate à discriminação. Na medida em que não se reconhecem como preconceituosas, a tendência é que as pessoas não se sintam parte do público a que são direcionadas campanhas contra o racismo, por exemplo, termo que é utilizado para fazer referência tanto ao preconceito quanto à discriminação. A Psicologia, ciência que estuda o desenvolvimento humano, as relações sociais e a cognição social, para citar apenas algumas áreas, tem potencial não apenas para compreender como essas relações intergrupais se desenvolvem, e como afetam indivíduos e sociedade, mas também para propor intervenções. Já em 2002, no entanto, pesquisadores destacavam a escassez de estudos da Psicologia sobre preconceito racial (Azeredo, 2002) e a necessidade de a Psicologia refletir sobre sua função social (Oliveira, 2002) como ciência e profissão.

Os estudos sobre preconceito racial realizados na Europa e nos Estados Unidos geralmente envolvem comparações entre dois grupos étnicos ou raciais, tais como brancos e

negros (Newheiser & Olson, 2012), alemães e turcos (Degner & Wentura, 2011), árabes e judeus (Malkin & Ari, 2013). O Brasil, contudo, apresenta uma realidade peculiar, visto que no país não existem apenas dois grandes grupos raciais, mas um *continuum* de cores de pele. Para fins de identificação populacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza cinco grandes grupos: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. No Censo Demográfico de 2010, 99% da população declarou fazer parte de um dos três primeiros grupos (IBGE, 2011; Petrucelli & Saboia, 2013). No que diz respeito a esses três grandes grupos, a nomenclatura “brancos”, “pardos” e “pretos” é aquela adotada pelos órgãos oficiais, mas é apenas uma dentre várias possibilidades. Algumas organizações preferem utilizar apenas brancos e negros, enquanto a terminologia popular engloba também variações do termo moreno, por exemplo, o que é uma amostra da complexidade da questão racial no Brasil (Petrucelli & Saboia, 2013; Telles, 2003).

Qual é, então, o papel da Psicologia brasileira no estudo do preconceito racial? Mais do que isso, de que forma a Psicologia tem abordado essa temática no Brasil? Durante a elaboração deste trabalho foi encontrada apenas uma revisão sobre como a Psicologia brasileira tem estudado as relações étnico-raciais (Martins, Santos, & Colosso, 2013), mas não com foco específico na questão do preconceito. Assim, o objetivo deste artigo foi realizar uma revisão sistemática sobre os estudos com foco em preconceito racial publicados pela Psicologia brasileira. O intuito foi compreender como a Psicologia tem pesquisado esse assunto no Brasil, quais temas estão sendo utilizados para abordar essa questão, que tipo de métodos têm sido adotados, quais são os resultados encontrados, quais são as possíveis lacunas que ainda precisam ser preenchidas e que tipo de contribuição a ciência psicológica tem prestado à sociedade brasileira no que diz respeito ao estudo da temática racial.

Método

Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS, e PsycINFO. Nas quatro primeiras, os termos de busca com operadores booleanos foram

“racismo OR preconceito racial”. Já na última foram utilizados os termos “(*racism* OR *racial prejudice*) AND (*Brazil* OR *Brazilian* OR *portuguese*)”. Como o interesse desta revisão foi entender, a partir dos artigos científicos já publicados, como a Psicologia brasileira tem estudado o preconceito racial, optou-se por não delimitar na busca o período de publicação. Assim, para não haver o risco de excluir estudos importantes em virtude apenas da data de sua divulgação, foram incluídos todos os trabalhos publicados até agosto de 2014, quando a busca foi realizada. Da mesma forma, o idioma do artigo também não foi utilizado como critério de busca.

Em um primeiro momento, foram excluídos os artigos duplicados entre as bases consultadas. Após, foram aplicados dois critérios de inclusão: ter como tema principal o racismo e estar relacionado à área da Psicologia brasileira. Para checagem do primeiro critério, foram analisados título, resumo e palavras-chave dos artigos. Já para o segundo, foram considerados nome e escopo das revistas, além dos currículos lattes dos(as) autores(as), nos casos em que as revistas eram multitemáticas ou de outras áreas. Com base nessa análise, foram incluídos: a) todos os artigos publicados em revistas brasileiras de Psicologia ou multitemáticas em que a Psicologia constasse como uma das áreas do escopo da publicação; e b) todos os artigos cujo primeiro autor(a) fosse brasileiro(a) e tivesse formação em Psicologia, definida aqui como graduação ou pós-graduação *stricto sensu* na área. Os textos completos dos artigos selecionados foram recuperados e submetidos a uma nova seleção. Nessa etapa, foram excluídos os artigos que não tinham o texto completo disponível na internet.

Em virtude da padronização limitada nos termos utilizados por pesquisadores, algumas revisões sistemáticas utilizaram estratégias complementares para tornar a busca mais abrangente e abrangente (Costa & Zoltowski, 2014; DeSousa, Moreno, Gauer, Manfro, & Koller, 2013; Zoltowski, Costa, Teixeira, & Koller, 2014). Para ampliar o alcance desta revisão, duas estratégias complementares foram adotadas: pesquisa nas listas de referência

dos estudos selecionados previamente e consulta, via e-mail, ao pesquisador com mais estudos publicados na área.

A análise das publicações incluídas nesta revisão levou em consideração a natureza (e.g., trabalho empírico, teórico, etc.) e o tema do estudo, a base teórica, o método, e os resultados encontrados. Todo o processo de seleção dos artigos e extração dos dados foi realizado por duas juízas independentes. Nos dois casos em que houve discordância inicial, foi realizada uma nova análise conjunta até ser encontrado consenso.

Resultados

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 377 artigos (SciELO: 193, LILACS: 93, Index Psi Periódicos Técnico-Científicos: 66, PePSIC: 25, PsycINFO: 0). Na primeira triagem, foram excluídos 98 trabalhos duplicados entre as bases. Dos 279 artigos restantes, 204 não atenderam os critérios de inclusão e nove atenderam ao critério de exclusão, ou seja, o texto completo não estava disponível na internet. Restaram, portanto, 66, os quais foram incluídos na análise principal deste estudo. No que diz respeito às estratégias complementares, a busca nas listas de referência teve como resultado a inclusão de 11 novos trabalhos. O pesquisador consultado, por sua vez, considerou o resultado da revisão correto e não fez nenhum acréscimo. Assim, o banco final incluído na análise deste estudo foi constituído por 77 artigos (ver Figura 1), destacados com asterisco na lista de referências. Os resultados serão apresentados de forma descritiva, tendo como base a análise de elementos relativos ao ano de publicação dos trabalhos, periódicos responsáveis pelas publicações, natureza dos estudos, aspectos metodológicos e temáticas abordadas.

A análise dos artigos encontrados revelou que a publicação de trabalhos específicos da Psicologia sobre preconceito racial, dentro dos critérios especificados neste estudo, teve início em 2001. Apesar de terem sido encontrados artigos sobre o tema publicados na década anterior, eles não estavam disponíveis na internet e, portanto, não foram incluídos na revisão. Dos nove estudos não recuperados, quatro eram anteriores a 2001. Desde então, o número de

publicações não seguiu um padrão linear ao longo dos anos (ver Figura 2). Em 2013, a área atingiu o número máximo de trabalhos sobre o tema publicados em um único ano (10) e, em 2001 foram apenas três. Em 2014 quatro artigos foram recuperado, mas esse é um número provisório, visto que a busca foi efetuada em meados do ano mencionado.

Os 77 trabalhos analisados neste estudo foram publicados em 38 revistas diferentes, 36 das quais são editadas no Brasil e duas no exterior. Com relação ao idioma, três artigos foram publicados em espanhol (Pires, 2010; Pires & Alonso, 2008; Rottenbacher, Espinosa, & Manuel Magallanes, 2011), dois em inglês (França & Lima, 2011; São Paulo, 2010), um em português de Portugal (França & Monteiro, 2004) e os outros 71 em português brasileiro. A maioria dos periódicos, 27, publicou apenas um artigo sobre o tema (ver Tabela 1). As revistas que mais se destacaram foram *Psicologia & Sociedade* (12), *Psicologia: Ciência e Profissão* (8), e *Revista de Psicologia Política* (7). Essas três revistas têm em comum, na definição de suas missões, uma preocupação explícita com a socialização do conhecimento psicológico e com a interface entre a Psicologia e a sociedade. Essa característica pode ajudar a explicar o elevado número de artigos sobre racismo publicados por elas.

No que diz respeito à classificação das revistas no Qualis Periódicos da última avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 34,2% foram classificadas no estrato A do, sendo duas A1 e 11 A2, e 65,8% no estrato B, sendo 13 B1, quatro B2, três B3, e quatro B4. Apesar de pouco mais de dois terços dos periódicos estarem no estrato B, a tendência se modifica quando são analisados o número de artigos publicados por cada revista: 42 foram publicados em periódicos avaliados como A e 34 em periódicos B.

Com relação à natureza dos estudos, 35 são teóricos e 42 empíricos. A Psicologia Social, em uma ampla variedade de vertentes, foi a base teórica mais utilizada, seguida da Psicanálise. No que diz respeito aos artigos empíricos, 50% utilizaram método quantitativo, 40% qualitativo e 10% misto. As informações relativas ao método e ao delineamento dos

estudos, no entanto, às vezes precisaram ser inferidas, pois em alguns casos não foram explicitadas pelos(as) autores(as). Quando consideradas as descrições de participantes, instrumentos e procedimentos utilizados, apenas onze dos 42 artigos empíricos analisados apresentaram informações metodológicas completas (a saber: Fernandes, Almeida, & Nascimento, 2008; França & Lima, 2011; França & Monteiro, 2004; França & Monteiro, 2013; Lima, Neves, & Bacellar e Silva, 2014; Lima & Vala, 2004a; Máximo, Larrain, Nunes, & Lins, 2012; Nery & Conceição, 2006; Oliveira, Meneghel, & Bernardes, 2009; Santos, Gouveia, Navas, Pimente, & Gusmão, 2006; Silva, Rocha, & Santos, 2012). Os outros 31 artigos apresentaram falhas na descrição de um, dois ou mesmo três dos itens avaliados, como indica a Tabela 2. Dos 11 artigos com um dos itens incompletos, sete apresentaram alguma falha na descrição dos participantes e não explicitaram dados importantes para a caracterização da amostra, tais como informações relativas a sexo, idade e cor/raça, por exemplo. Em relação a esse aspecto, é interessante destacar que, apesar de ter seu foco no preconceito racial, 11 artigos empíricos analisados não informaram a cor/raça dos participantes de seus estudos (a saber, Camino, Gouveia, Maia, Paz, & Laureano, 2013; Camino, Tavares, Torres, Álvaro, & Garrido, 2014; Guareschi, Oliveira, Giannechini, Comunello, Pacheco, & Nardini, 2002; Lins, Lima-Nunes, & Camino, 2014; Nunes & Camino, 2011; Pereira, Torres, & Almeida, 2003; Rottenbacher, Espinosa, & Manuel Magallanes, 2011; São Paulo, 2010; Silva, 2001; Tavares, Oliveira, & Lages, 2013; Vasconcelos, Gouveia, Souza Filho, Sousa, & Jesus, 2004), informação essencial para a compreensão dos resultados desse tipo de pesquisa (Camino et al., 2001).

As lacunas na descrição de aspectos metodológicos podem afetar diretamente a viabilidade de, no caso das pesquisas quantitativas, serem realizados estudos de replicação. De acordo com os dados da Tabela 2, 14 dos 21 estudos quantitativos apresentaram algum problema na descrição de participantes, instrumentos e/ou procedimentos. Considerando apenas esses itens e sem entrar, portanto, na análise dos dados, apenas sete estudos

quantitativos poderiam ser replicados unicamente com as informações que constavam nos artigos ou com eventuais solicitações de instrumentos. A replicação dos outros 14 poderia ser prejudicada pela insuficiência de informações metodológicas.

Embora não se possa falar em replicação no caso dos estudos qualitativos ou mistos, a análise das informações metodológicas desses estudos também revelou uma série de lacunas. Nove estudos qualitativos e um misto apresentaram descrições incompletas de todos os três aspectos metodológicos avaliados, o que dificultaria que fossem utilizados como base para a elaboração de estudos semelhantes. Dos 42 artigos empíricos analisados, portanto, 30 (71,4%) apresentaram alguma lacuna na descrição do método (ver Tabela 2).

No que diz respeito aos instrumentos, os estudos qualitativos utilizaram predominantemente entrevistas, presente em 80% deles. Já os quantitativos empregaram fundamentalmente questionários e escalas (89%). Grande parte dos questionários foi produzida especificamente para as pesquisas nas quais foi utilizada. As escalas, por sua vez, ou já eram validadas ou foram adaptadas de outros estudos. A mais aplicada, presente em quatro publicações, foi a Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee, & Batts 1981). No entanto, as versões utilizadas variaram, visto que três dos quatro estudos fizeram suas próprias adaptações do instrumento para o Brasil (Pires & Alonso, 2008; Santos, Gouveia, Navas, Pimentel, & Gusmão et al., 2006; São Paulo, 2010) e um utilizou uma adaptação espanhola da escala (Pires, 2010).

Todos os estudos empíricos adotaram recortes transversais e apenas quatro indicaram de alguma forma a utilização de delineamento ou procedimentos experimentais (França & Monteiro, 2013; Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2006; Lima & Vala, 2004a; Pereira, Torres, & Almeida, 2003). Esses foram também os que mais se assemelharam metodologicamente aos trabalhos publicados em periódicos internacionais, que, na investigação de preferências raciais, primam pela utilização de delineamentos experimentais e, nos últimos anos, de medidas implícitas, nas quais os participantes não são questionados

diretamente sobre suas preferências (Raabe & Beelmann, 2011). No caso do Brasil, somente um dos estudos selecionados (Lima et al., 2006) utilizou uma medida indireta de atitude, o Teste de Associação Implícita (IAT – Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998), para investigar o preconceito automático. Todos os outros artigos empregaram exclusivamente medidas explícitas (i.e., medidas de autorelato tais como questionários e escalas).

Ainda em relação ao método, em 32 dos 42 estudos empíricos, os participantes eram adultos e, em 65,6% desses casos, as pesquisas foram realizadas com estudantes universitários. As crianças foram o foco de apenas seis estudos. Os instrumentos utilizados com essa população foram fundamentalmente entrevistas, análise de desenhos e tarefas de alocação de recursos. Em nove estudos empíricos os participantes foram indivíduos ou grupos vítimas de preconceito racial (neste caso, pessoas pardas ou pretas). Em outros 26, os participantes foram pessoas brancas.

No que diz respeito à temática dos estudos, a partir de 2004 começaram a ser publicados trabalhos com foco nas políticas afirmativas, especialmente nas cotas de acesso ao ensino superior. Treze artigos empíricos incluídos na revisão tiveram como tema as cotas, sendo oito deles publicados a partir de 2009. Dez dessas publicações investigaram, de alguma forma, as atitudes explícitas dos participantes frente ao sistema de reserva de vagas nas universidades. Em seis, a maioria dos participantes se posicionou de maneira desfavorável às cotas (Camino, Gouveia, Maia, Paz, & Laureano, 2013; Camino, Tavares, Torres, Álvaro, & Garrido, 2014; Lima, Neves, & Silva, 2014; Naiff, Naiff, & Souza, 2009; Oliveira Filho, 2009; São Paulo, 2010). Em outras duas, que incluíram a realização de sociodramas, foram identificadas indiferença, descaso e desqualificação em relação à questão racial (Nery & Costa, 2009) e atitudes raciais discriminatórias (Nery & Conceição, 2006) por parte de estudantes não cotistas.

No estudo realizado por Camino e colaboradores (2013), os resultados indicaram que há uma relação entre o discurso sobre as desigualdades raciais e a posição frente à política de

cotas. Todos os participantes que acreditavam haver uma diferença genética entre brancos e pretos se posicionaram contra as cotas. Já aqueles que relacionavam as desigualdades socioeconômicas entre os grupos raciais a questões históricas, foram majoritariamente favoráveis a essa política. Um grupo intermediário foi constituído por aqueles que se apoiavam no discurso miscigenatório para justificar que não há diferenças entre brancos e pretos no Brasil: 42% se posicionaram a favor e 58% contra as cotas.

Três estudos contaram com a participação de pessoas potencialmente beneficiadas pelo sistema de reserva de vagas. Nesses estudos foram identificadas preocupação com o bom desempenho acadêmico para minimizar a discriminação sofrida na universidade (Nery & Costa, 2009), receio de que as cotas gerem ainda mais preconceito contra os negros (Crisostomo & Reigota, 2010) e dificuldades relacionadas à definição de quem é negro no Brasil, o que poderia ser um problema para a implantação dessa política (Reis Filho, 2004).

Apesar de prevalente nos estudos empíricos, o tema das cotas de acesso ao ensino superior foi abordado em apenas um dos artigos teóricos, que consistiu em uma revisão sobre o debate acerca das ações afirmativas no Brasil (Guarnieri & Melo-Silva, 2007). Os principais tópicos dos ensaios teóricos foram: as origens do racismo e suas formas de expressão (Fuks, 2007; Koltai, 2008; Lima & Vala, 2004; Nunes, 2006; Oliveira, 2002; Santos, 2002; Schucman, 2010; Silva, 2003; Teshainer & Küller, 2005; Vianna & Neves, 2011), as influências do preconceito para as vítimas de racismo (Faro & Pereira, 2011; Ferreira, 2002; Ferreira & Camargo, 2001; Santos & Scopinho, 2011; Vilhena, 2006; Zamora, 2012), as influências de teorias raciais no desenvolvimento da Psicologia (Chaves, 2003a; Masiero, 2002; Masiero, 2005; Weyler, 2006), o desenvolvimento do racismo (Chaves, 2003; Dahia, 2013; Duarte & Roazzi, 2013), os discursos raciais na mídia e em livros didáticos (Acevedo, Nohara, & Ramuski, 2010; Rosemberg, Basilli, & Silva, 2003; Roso, Strey, Guareschi, & Bueno, 2002), e a análise do riso como forma de expressão do preconceito racial (Dahia, 2008; Dahia, 2010). Outros assuntos abordados foram a violência contra povos indígenas

(Lemos & Galindo, 2013), as relações entre colonialismo, racismo e questões de gênero (Mayorga, Coura, Miralles, & Cunha, 2013), a cultura do *hip hop* (Scandiucci, 2006), a análise de uma peça teatral (Delfino, Reis Filho, Foscarini, & Avelino, 2006), o papel da dimensão política na formação em Psicologia (Azerêdo, 2002), e as publicações da Psicologia sobre relações étnico-raciais.

Dos 35 artigos teóricos analisados, 15 trataram o preconceito racial como uma questão relacionada a estratégias de poder e dominação social. Alguns desses estudos destacaram que o desequilíbrio de poder entre brancos e negros parece estar relacionado a uma disparidade social e econômica (Acevedo et al., 2010; Dahia, 2013). Essas estratégias de dominação visariam a negar os direitos de parte significativa da população e, assim, estabelecer um sistema de exploração mais eficiente (Vilhena, 2006).

Outra questão comum nos estudos teóricos foi a ressalva, feita em dez artigos, de que, em contraste com a importância do assunto, a Psicologia aborda pouco o tema do preconceito racial (Zamora, 2012). Para Chaves (2003a), essa lacuna estaria relacionada à constituição da Psicologia como área de estudo no Brasil. As influências de teorias eugênicas e do evolucionismo social teriam dado origem a uma “Psicologia branca” (p.36), que teria apenas os brancos como tema de pesquisa (Chaves, 2003a) e estaria a serviço de uma ideologia dominante pautada em uma falsa ideia de democracia racial (Azeredo, 2002; Oliveira, 2002). Contudo, de acordo com as autoras do estudo que revisou as publicações da Psicologia sobre relações étnico-raciais, apesar da pequena produção na área, a Psicologia tem colaborado para o aprofundamento da compreensão de fenômenos como o preconceito e a discriminação racial, a influência do branqueamento sobre negros e brancos, e a efetividade das políticas públicas direcionadas a questões étnico-raciais (Martins, Santos, & Colosso, 2013).

Ainda com relação ao papel da Psicologia nos estudos sobre preconceito racial, Azeredo (2002) apresentou uma crítica sobre o domínio da Psicologia Social norte-americana na Psicologia Social brasileira e uma suposta desconsideração do contexto histórico por parte

dessa disciplina. É curioso constatar, no entanto, que apenas um dos 35 estudos teóricos analisados nesta revisão envolveu a análise de teorias provenientes da Psicologia Social norte-americana (a saber, Lima & Vala, 2004). A maioria apoiou-se em autores da filosofia, sociologia e antropologia européias, como Michel Foucault e Hanna Arendt, por exemplo, além da Psicanálise. O mesmo resultado foi identificado na revisão sobre os estudos focados nas relações étnico-raciais (Martins, Santos, & Colosso, 2013): a maioria dos trabalhos utilizou a Psicologia Social como referencial teórico, com ênfase na Teoria Crítica.

Discussão

Considerando a relevância social do estudo sobre preconceito racial no Brasil e as contribuições que a Psicologia potencialmente pode gerar, a quantidade de artigos publicados sobre o tema no país ainda é restrita. Dos 279 artigos não duplicados encontrados inicialmente, apenas 66 eram realmente da Psicologia e diziam respeito ao preconceito racial. Tendo em vista os 77 artigos analisados, contudo, mais da metade foi publicada em periódicos Qualis A, o que pode ser um indicativo de que o preconceito racial está entre a gama de temas que interessa às revistas melhor avaliadas.

Apesar de, a partir dos dados coletados, não ser possível identificar uma tendência no número de artigos sobre o tema publicados por ano, é provável que esse número aumente nos próximos anos. O preconceito racial está em voga tanto em virtude da frequente divulgação de casos de racismo em diversos setores da sociedade quanto da implantação de políticas de ação afirmativa. A Lei Federal n. 12.711 (2012), por exemplo, determinou um prazo de quatro anos para que as universidades federais reservem 50% de suas vagas para estudantes que se enquadrem nos critérios sociais e raciais estabelecidos. Dentre os critérios sociais estão: todos os candidatos devem ter cursado o ensino médio em escolas públicas e metade precisa ter renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. Já os critérios raciais compreendem a seleção de candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual àquela presente na população do estado no qual está localizada a instituição em questão.

De acordo com alguns dos estudos analisados neste artigo, a opinião da população sobre o tema da reserva de vagas no ensino superior é polarizada, especialmente no que diz respeito aos critérios raciais. A polêmica em torno deste tópico possivelmente gerará o desenvolvimento de mais pesquisas para que o assunto seja compreendido em sua totalidade. O aumento na quantidade de publicações, no entanto, precisa ser acompanhado também de um incremento na qualidade dos estudos. O fato de mais de 70% dos trabalhos empíricos apresentarem alguma lacuna na descrição metodológica indica a necessidade da adoção de maior rigor por parte da comunidade acadêmica tanto na execução dos estudos quanto na descrição dos procedimentos adotados. A exposição clara e objetiva dos passos metodológicos de uma pesquisa é fundamental para que os leitores compreendam o que foi realizado e possam contextualizar os resultados encontrados. Também é condição *sine qua non* para que outros pesquisadores consigam trabalhar em estudos de replicação ou mesmo comparar dados de diferentes pesquisas.

Os recentes casos de fraude em publicações da Psicologia (Callaway, 2011) foram disparadores para que sociedades internacionais, principalmente ligadas à Psicologia Social, incentivassem a realização de estudos de replicação (Devine, 2012). A iniciativa *Many Labs*, por exemplo, reúne pesquisadores de todo o mundo, com o intuito de replicar efeitos encontrados nos mais variados estudos (Klein et al., 2014). Esse tipo de pesquisa, contudo, só é viável quando os métodos são bem descritos.

Ainda com relação ao método dos estudos, esta revisão identificou predominância da utilização de medidas explícitas para avaliação do preconceito. O emprego desse tipo de medida para investigação de temáticas polêmicas, como no caso do preconceito racial, tem sido questionado por permitir que o participante controle as suas respostas, de modo a se apresentar de forma socialmente desejável (Brauer, Wasel, & Niedenthal, 2000; De Houwer, 2003; Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Greenwald & Banaji, 1995). Em virtude disso, no cenário internacional há uma tendência à utilização de medidas implícitas de atitude,

as quais são automáticas e não são passíveis de controle voluntário (Fazio & Olson, 2003; Olson & Fazio, 2009; Sritharan & Gawronski, 2010). Chama a atenção, portanto, que apenas um estudo incluído nesta revisão tenha utilizado uma medida implícita (ver Lima et al., 2006).

Nessa mesma linha, poucos estudos utilizaram delineamentos experimentais. Por oferecer um maior controle sobre as variáveis envolvidas no estudo, a adoção de delineamentos experimentais ou quase-experimentais oferece um maior poder explicativo aos pesquisadores. Tanto a área da Psicologia Social Experimental quanto a Psicologia do Desenvolvimento foram responsáveis por um número incipiente de artigos sobre preconceito racial identificados nesta revisão. Esse fenômeno é interessante porque tanto uma área quanto a outra têm muito a contribuir com o estudo sobre esse tema. No Brasil parece existir uma certa desavença entre diferentes áreas da Psicologia, o que pode ser prejudicial para o avanço do conhecimento.

O editorial do volume especial do *European Journal of Social Psychology* sobre as origens do viés intergrupo, publicado em 2010, indicou a importância de áreas como a Psicologia Social, a Psicologia Experimental e a Psicologia do Desenvolvimento consultarem umas às outras e desenvolverem estudos que se complementem (Dunham & Degner, 2010). No caso específico do preconceito racial, essa conexão entre as áreas é fundamental para a compreensão do fenômeno de uma maneira completa, que envolva desde elementos históricos e contextuais até o funcionamento dos processos psicológicos que atuam no desenvolvimento das atitudes raciais explícitas e implícitas.

Na Europa e nos Estados Unidos, muitas pesquisas têm buscado compreender o desenvolvimento das preferências raciais em crianças (Raabe & Beelmann, 2011). No Brasil, contudo, a maior parte das pesquisas sobre preconceito racial conduzidas pela Psicologia é desenvolvida primordialmente com adultos, mais especificamente com estudantes universitários (em sua maioria, brancos), um público restrito e específico, que corresponde à uma parcela ínfima da população. Há uma série de lacunas, portanto, na realização dos

estudos nacionais. Seria interessante haver um incremento na realização de pesquisas que visem a compreender como o preconceito racial se desenvolve em crianças no contexto brasileiro, bem como estudos que tenham como foco adultos não-universitários e também pessoas que pertençam a grupos discriminados, por exemplo.

É preciso considerar, contudo, que os resultados obtidos por esta revisão indicam que os estudos sobre preconceito racial realizados pela Psicologia brasileira são recentes e que essa área está em desenvolvimento no país. Em virtude disso, as pesquisas nacionais ainda estão pouco inseridas no debate internacional, tendência que pode ser revertida em um futuro próximo. Como explicitado anteriormente, o Brasil apresenta uma realidade peculiar no que diz respeito à composição racial de sua população, algo que o diferencia de outros contextos e que desperta interesse contínuo da comunidade científica. O país tem potencial, portanto, para desenvolver pesquisas originais, que contribuam significativamente para o estudo do preconceito racial não apenas a nível local, mas também internacional.

Conclusão

Esta revisão sistemática teve como objetivo analisar os estudos que a Psicologia brasileira tem publicado sobre preconceito racial no país. Não foi surpresa notar que os periódicos científicos que mais publicaram trabalhos sobre essa temática foram aqueles nos quais há uma preocupação explícita com a interface da Psicologia com a sociedade. A discriminação racial é um grave problema no Brasil e tem suas raízes no preconceito contra determinados grupos sociais. A Psicologia, enquanto ciência que estuda processos sociais, desenvolvimentais e cognitivos, tem potencial para desenvolver estudos que contribuam efetivamente para a compreensão deste fenômeno.

O número relativamente baixo de pesquisas publicadas, assim como as falhas metodológicas identificadas, revelam que, longe de estar saturada, a área ainda tem muito a se desenvolver no país. Tanto a constituição racial da população brasileira quanto os modos

como o preconceito racial se manifesta no país são peculiares (Telles, 2003) e, por isso, merecem atenção especial dos estudos psicológicos.

Esta revisão sistemática apresenta algumas limitações, como o fato de ter sido restrita a artigos científicos. Não foram incluídos teses, dissertações e livros, por exemplo. A busca complementar nas referências indicou que muitos estudos se apoiaram nesses outros tipos de publicação, os quais não foram considerados nesta análise. Para além disso, é possível que os descritores utilizados não abranjam alguns trabalhos. Alguns estudos sobre políticas afirmativas, por exemplo, podem ter versado sobre o tema sem necessariamente mencionar as palavras racismo ou preconceito racial e, nesse caso, não terem sido identificados na busca. Essas limitações, no entanto, não invalidam os resultados encontrados ou a relevância do estudo. Ao identificar o foco que estudos de Psicologia têm adotado para investigar o preconceito racial, as autoras esperam que esta revisão seja uma contribuição para aqueles que estão planejando o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

Referências

- *Acevedo, C. R., Nohara, J., & Ramuski, C. L. (2010). Relações raciais na mídia: Um estudo no contexto brasileiro. *Revista Psicologia Política, 10*(19), 57-73.
- *Azerêdo, S. M. M. (2002). O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão, 22*(4), 14-23.
- Brauer, M., Wasel, W., & Niedenthal, P. (2000). Implicit and explicit components of prejudice. *Review of General Psychology, 4*(1), 79-101.
- Callaway, E. (2011). Report finds massive fraud at Dutch universities. *Nature, 479*, 15. doi:10.1038/479015a
- *Camino, L., Gouveia, L., Maia, L. M., Paz, M. M. A., & Laureano, M. (2013). Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: Um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação. *Psicologia e Sociedade, 25*(1), 113-122.
- *Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política, 1*(1), 13-36.
- *Camino, L., Tavares, T. L., Torres, A. R. R., Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades brasileiras. *Psicologia & Sociedade, 26*(n. spe.), 117-128.
- *Chaves, E. S. (2003). Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. *Psicologia em Estudo, 8*(2), 29-37.
- *Chaves, E. S. (2003). O racismo contra o negro e a aprendizagem cultural. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 13*(2), 1-11.
- Costa, A. B. C., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. Em S. H. Koller, de Paula Couto, M. C. P., & Hohendorff, J. (Orgs.), *Manual de Produção Científica* (pp.55-70). Porto Alegre: Grupo A.
- *Crisostomo, M. A. S., & Reigota, M. A. S. (2010). Professoras universitárias negras:

- Trajetórias e narrativas. *Avaliação (Campinas)*, 15(2), p.93-106.
- *Dahia, S. L. M. (2008). A mediação do riso na expressão e consolidação racismo no Brasil. *Sociedade e Estado*, 23(3), 697-720.
- *Dahia, S. L. M. (2010). Riso: Uma solução intermediária para os racistas no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 373-389.
- *Dahia, S. L. M. (2013). Racismo como verbalismo? Delineamentos para compreensão da aquisição do racismo entre cegos congênitos. *Psicologia e Sociedade*, 25(1), 103-112.
- De Houwer, J. (2003). A structural analysis of indirect measures of attitudes. In J. Musch & K. C. Klauer (Eds.), *The Psychology of Evaluation: Affective Processes in Cognition and Emotion* (pp. 219-244). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Degner, J., & Wentura, D. (2011). Types of automatically activated prejudice: Assessing possessor- versus other-relevant valence in the evaluative priming task. *Social Cognition*, 29(2), 182-209. doi: 10.1521/soco.2011.29.2.182
- *Delfino, E. M., Reis Filho, J. T., Foscarini, S. R. G., & Avelino, W. (2006). Anjo negro: Gozo da cor. *Estudos Psicanalíticos*, 29, 89-93.
- DeSousa, D. A., Moreno, A. L., Gauer, G., Manfro, G. G., & Koller, S. H. (2013). Revisão sistemática de instrumentos para avaliação de ansiedade na população brasileira. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 397-410.
- Devine, P. (2012). Open letter to the SPSP membership regarding ethical conduct on research. *Dialogue: The official newsletter of the Society for Personality and Social Psychology*, 26(2), 2-3.
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2010). Intergroup bias. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th ed., Vol. 2, pp. 1084-1121). New Jersey: Wiley.
- *Duarte, R. O., & Roazzi, A. (2013). Do canônico e do hegemônico na apropriação do preconceito racial em crianças. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 118-126.

- Dunham, Y., & Degner, J. (2010). Origins of intergroup bias: Developmental and social cognitive research on intergroup attitudes. *European Journal of Social Psychology, 40*, 563-568. doi: 10.1002/ejsp.758
- Eagly, A. H., & Diekmann, A. B. (2005). What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context. In J. F. Dovidio, P. Glick, & L. Rudman (Eds.). *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 19-35). Malden, MA: Blackwell.
- *Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: A desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal), 16*(3), 271-278.
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology, 69*, 1013-1027.
- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology, 54*, 297-327.
- *Fernandes, S. C. S., Almeida, S. S. M., & Nascimento, C. B. S. (2008). Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade. *Psico (Porto Alegre), 39*(4), 441-447.
- *Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*(3), 490-498.
- *Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia e Sociedade, 14*(1), 69-86.
- *Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2001). A naturalização do preconceito na formação da identidade do afro-descendente. *Eccos Revista Científica, 3*(1), 75-92.
- *Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(2), 374-389.
- *Ferreira, R. F., & Mattos, R. M. (2007). O afro-brasileiro e o sistema de cotas: Um enfoque

- psicossocial. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(1), 46-63.
- *França, D. X., & Lima, M. E. O. (2011). Affirmative action and ethnic identity in black and indigenous Brazilian children. *International Journal of Conflict and Violence*, 5(1), 200-210.
- *França, D. X., & Monteiro, M. B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de 5 a 10 anos. *Psicologia*, 16(2), 293-323.
- *França, D. X., & Monteiro, M. B. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4(22), 705-720.
- *Fuks, B. B. (2007). O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psicologia Clínica*, 19(1), 59-73.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102, 4-27.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwarz, L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464–1480.
- *Guareschi, N., Oliveira, F. P., Gianechini, L. G., Comunello, L. N, Pacheco, L., & Nardini, M. (2002). As relações raciais na construção das identidades. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 55-64.
- *Guarnieri, F. V., & Melo-Silva, L. L. (2007). Ações afirmativas na educação superior: Rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 70-78.
- *Guimarães, M. A. C., & Podkameni, A. B. (2008). A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. *Saúde e Sociedade*, 17(1), 117-130.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011). *Resultados preliminares do censo demográfico 2010*. Disponível em http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013). *Síntese de Indicadores Sociais: Um análise das condições de vida da população brasileira 2013*. Rio de Janeiro: IBGE.
- *Jesus, J. G. (2013). O desafio da convivência: Assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 222-233.
- Klein, R. A., Ratliff, K. A., Vianello, M., Adams Jr., R. B., Bahník, S., Bernstein, M. J., Nosek, B. A. (2014). Data from investigating variation in replicability: A “Many Labs” replication project. *Journal of Open Psychology Data*, 2(1): e4. doi: <http://dx.doi.org/10.5334/jopd.ad>
- *Koltai, C. (2008). Racismo: Uma questão cada vez mais delicada. *Ide*, 31(47), 66-69.
- Lei Federal n. 12.711 (2012). Diário Oficial da União, 30/08/2012, Seção 1, p.1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- *Lemos, F. C. S., & Galindo, D. C. G. (2013). Massacre e resistência Kaiowá e Guarani: Interrogações às Psicologias nos traçados do intolerável. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 976-987.
- *Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.
- *Lima, M. E. O., Neves, P. S. C., & Bacellar e Silva, P. (2014). A implantação de cotas na universidade: Paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. *Revista Brasileira de Educação*, 19(56), 141-163.
- *Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 401-411.
- *Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 20(1), 11-19.
- *Lima, M. E. O., & Vala, J. (2005). A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. *Psicologia*

USP, 16(3), 143-165.

- *Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105.
- Malki, G., & Ari, R. B. (2013). Prejudice and “Vladimir’s choice” among Israeli arabs and jews: Symmetrical and asymmetrical trends. *Group Processes & Intergroup Relations*, 16, 814-825. doi: 10.1177/1368430212471736
- *Martins, E., Santos, A. O., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e Psicologia: Publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 118-133.
- *Masiero, A. L. (2002). "Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: Uma intersecção histórica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(1), 66-79.
- *Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2), 199-206.
- *Máximo, T. A. C. O., Larrain, L. F. C. R., Nunes, A. V. L., & Lins S. L. B. (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, 18(3), 507-526.
- *Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Cunha, V. M. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 463-484
- *Naiff, D. G. M, Naiff, L. A. M., & Souza, M. A. (2009). As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(1), 219-232.
- *Nery, M. P., & Conceição, M. I. G. (2006). Política racial afirmativa e afetividade na interação intergrupar. *Interação em Psicologia*, 10(2), 363-374
- *Nery, M. P., Costa, L. F. (2009). Política afirmativa racial: Polêmicas e processos de identidade do cotista universitário. *Psico USF*, 14(2), 211-220.

- Newheiser, A., & Olson, C. (2012). White and Black American children's implicit intergroup bias. *Journal of Experimental Social Psychology, 48*(1), 264-270. doi: 10.1016/j.jesp.2011.08.011
- *Nunes, A. V. L., & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito. *Psicologia e Sociedade, 23*(1), 135-143.
- *Nunes, S. S. (2006). Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP, 17*(1), 89-98.
- *Oliveira Filho, P. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: Contradições e conseqüências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia (Natal), 10*(2), 247-253.
- *Oliveira Filho, P. (2009). A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes. *Estudos de Psicologia (Campinas), 26*(4), 429-436.
- *Oliveira Filho, P., Santos, I. O., & Soares, M. B. (2010). Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários. *Revista Psicologia Política, 10*(19), 25-40.
- *Oliveira, C. M. (2002). Pluralidade racial: Um novo desafio para a psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão, 22*(4), 34-45.
- *Oliveira, M. L. P., Meneghel, S. N., & Bernardes, J. S. (2009). Modos de subjetivação de mulheres negras: Efeitos da discriminação racial. *Psicologia e Sociedade, 21*(2), 266-274.
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2009). Implicit and explicit measures of attitudes: The perspective of the MODE model. In R. E. Petty, R. H. Fazio, & P. Briñol (Eds.), *Attitudes, Insights from the new implicit measures* (pp. 19-63). New York: Psychology Press.
- *Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*(1), 95-107.
- Petrucelli, J. L., & Saboia, A. L. (2013). *Estudos e análises 2 – Informação demográfica e*

socioeconômica. Características étnico-raciais da população: Classificação e identidades. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- *Pires, A. M. L. T., & Alonso, F. M. (2008). El prejuicio racial en Brasil: Nuevas medidas y perspectivas. *Psicologia e Sociedade, 20*(2), 277-286.
- *Pires, A. M. L. T. (2010). El prejuicio racial en Brasil: Medidas comparativas. *Psicologia e Sociedade, 22*(1), 32-42.
- Raabe, T., & Beelmann, A. (2011). Development of ethnic, racial, and national prejudice in childhood and adolescence: A multinational meta-analysis of age differences. *Child Development, 82*(6), 1715-1737. doi: 10.1111/j.1467-8624.2011.01668.x
- *Reis Filho, J. T. (2004). Um perfil do estudante negro da PUC Betim. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte), 10*(15), 139-143.
- *Rosemberg, F., Bazilli, C., & Silva, P. V. B. (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: Uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa, 29*(1), 125-146.
- *Roso, A., Strey, M. N., Guareschi, P., & Bueno, S. M. N. (2002). Cultura e ideologia: A mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade, 14*(2), 74-94.
- *Rottenbacher, J. M., Espinosa, A., & Manuel Magallanes, J. (2011). Analizando el prejuicio: Bases ideológicas del racismo, el sexismo y la homofobia en una muestra de habitantes de la ciudad de Lima - Perú. *Revista de Psicología Política, 11*(22), 225-246.
- *Santos, E. F., & Scopinho, R. A. (2011). Fora do jogo?: Jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 63*, 26-37.
- *Santos, G. A. (2002). Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. *Estudos Afro-asiáticos, 24*(2), 275-289.
- *Santos, W. S., Gouveia, V. V., Navas, M. S., Pimente, C. E., & Gusmão, E. E. S. (2006). Escala de racismo moderno: Adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo, 11*(3), 637-645.
- *São Paulo, E. (2010). Preliminary studies on affirmative action in a Brazilian university.

RAM, Revista de Administração Mackenzie, 11(3), 27-45.

- *Scandiucci, G. (2006). Cultura hip hop: Um lugar psíquico para a juventude negro-descendente das periferias de São Paulo. *Imaginário, 12(12), 225-249.*
- *Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: A categoria raça em questão. *Revista de Psicologia Política, 10(19), 41-55.*
- *Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade, 26(1), 83-94.*
- *Serra, L. N., & Schucman, L. V. (2012). Branquitude e progresso: A Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 12(1), 288-311.*
- *Silva, M. P. (2001). O anti-racismo no Brasil: Considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. *Revista Psicologia Política, 1(1), 37-65.*
- *Silva, P. V. B., Rocha, N. G., & Santos, W. O. (2012). Negras(os) e brancas(os) em publicidades de jornais paranaenses. *Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 35(2), 149-168.*
- *Silva, P. V. B., Teixeira, R., & Pacifico, T. M. (2013). Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. *Educação e Pesquisa, 39(1), 127-143.*
- *Silva, S. G. (2003). Preconceito no Brasil contemporâneo: As pequenas diferenças na constituição das subjetividades. *Psicologia: Ciência e Profissão, 23(2), 2-5.*
- Sritharan, R., & Gawronski, B. (2010). Changing implicit and explicit prejudice: Insights from the Associative-Propositional Evaluation Model. *Social Psychology, 41, 113-123.*
- *Tavares, N. O., Oliveira, L. V., & Lages, S. R. C. (2013). A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate, 37(99), 580-587.*
- Telles, E. E. (2003). *Race in another America: The significance of skin color in Brazil.* Princeton: Princeton University Press.

- *Teshainer, M. C. R., & Küller, A. L. M. (2005). Por que o desdém: Reflexões sobre o racismo. *Psicologia Revista*, 14(2), 257-278.
- *Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Sousa, D. M. F., & Jesus, G. R. (2004). Preconceito e intenção em manter contato social: evidências acerca dos valores humanos. *Psico USF*, 9(2), 147-154.
- *Vianna, P. C., & Neves, C. E. A. B. (2011). Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: Reflexões acerca do Racismo de Estado. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(1), 31-38.
- *Vilhena, J. A. (2006). A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância. *Revista Psicologia Política*, 6(12). Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=7&layout=html>
- *Weyler, A. R. (2006). A loucura e a República no Brasil: A influência das teorias raciais. *Psicologia USP*, 17(1), 17-34.
- *Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Revista de Psicologia*, 24(3), 563-578.
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de Psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104.

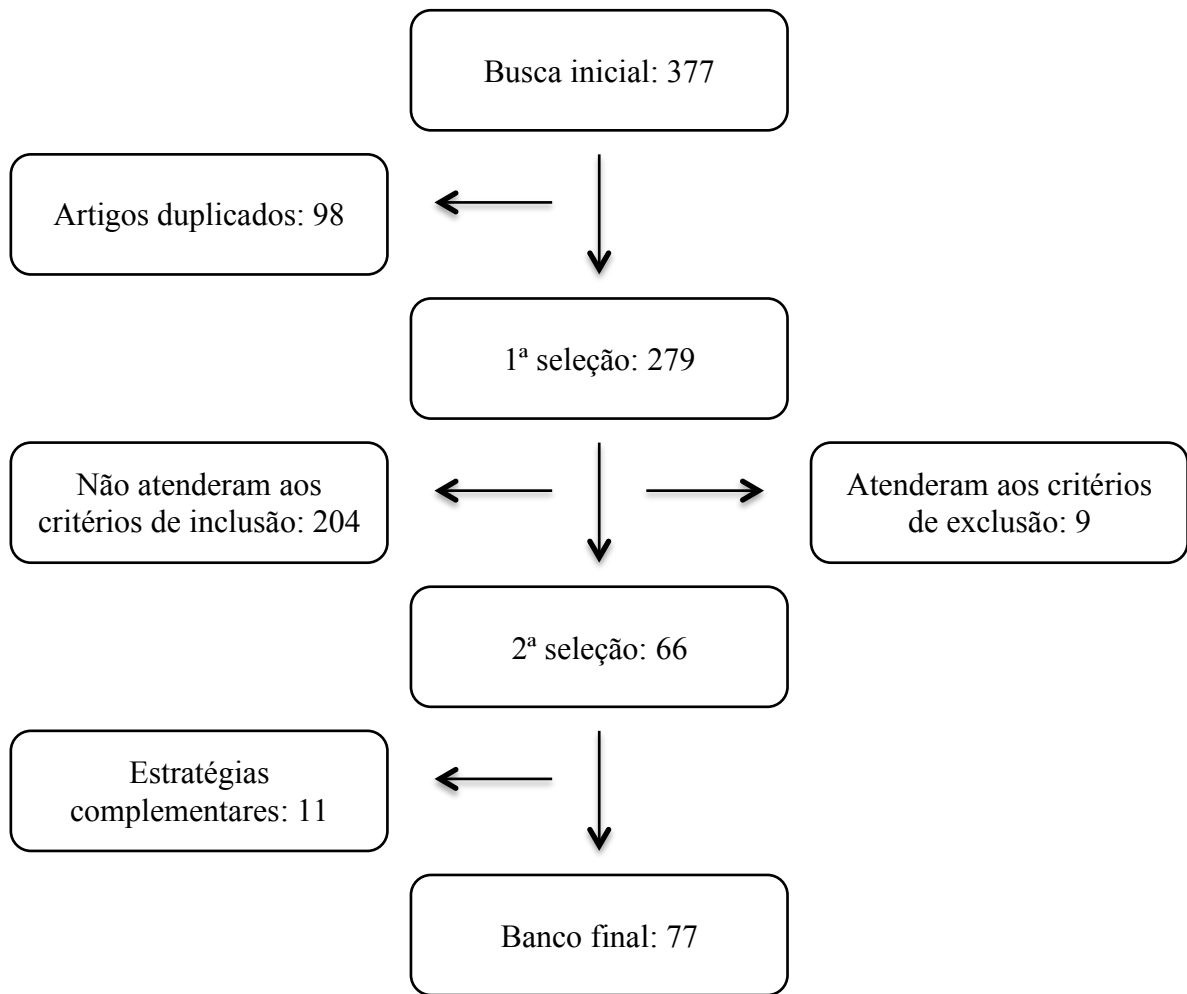


Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos.

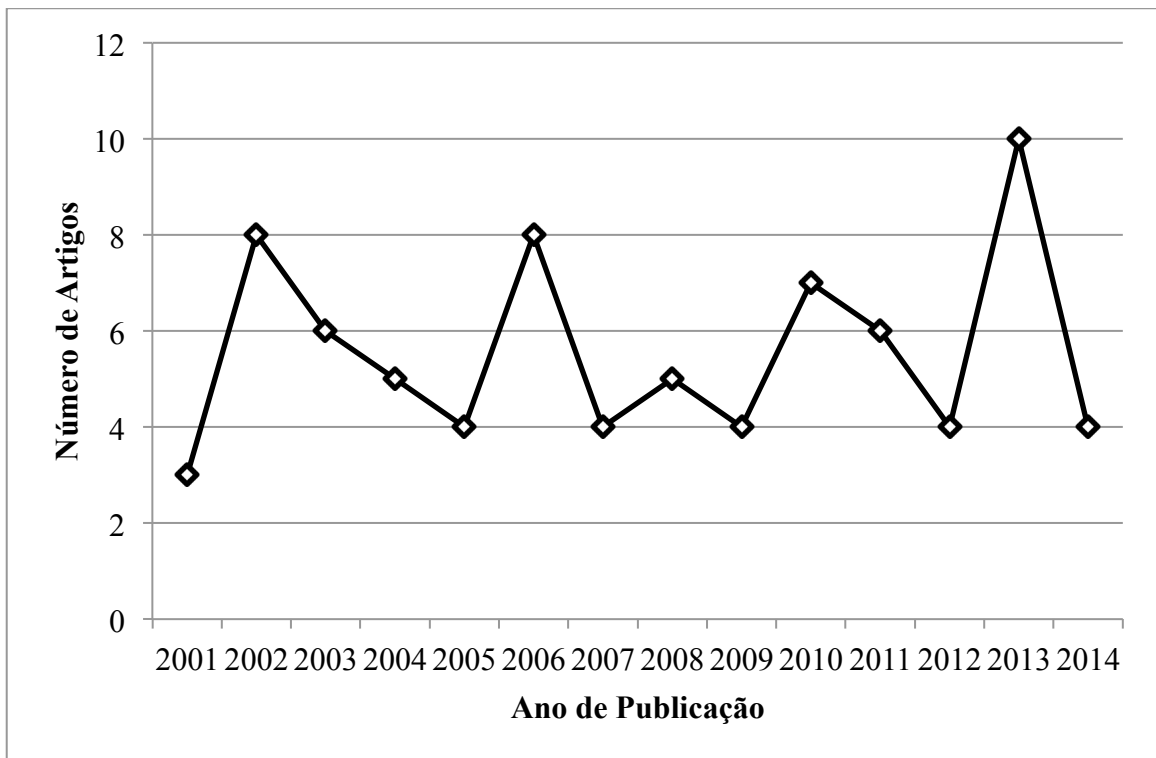


Figura 2. Número de artigos publicados por ano.

Tabela 1

Número de artigos publicados por revista, com avaliação segundo o Qualis Periódicos da Capes entre parênteses

Revistas (Qualis)	Artigos	Referências
Análise Psicológica – Portugal (B1)	1	França e Monteiro (2004)
Arquivos Brasileiros de Psicologia (A2)	1	Santos e Scopinho (2011)
Avaliação (B1)	1	Crisostomo e Reigota (2010)
Eccos Revista Científica (B4)	1	Ferreira e Camargo (2001)
Educação e Pesquisa (B1)	2	Rosemberg, Bazilli, e Silva (2003); Silva, Teixeira, e Pacifico (2013)
Estudos Afro-Asiáticos (B1)	1	Santos (2002)
Estudos de Psicologia - Campinas (A2)	1	Oliveira Filho (2009)
Estudos de Psicologia - Natal (A2)	5	Faro e Pereira (2011); Lima e Vala (2004); Masiero (2005); Oliveira Filho (2005); Vianna e Neves (2011)
Estudos e Pesquisas em Psicologia (B1)	3	Dahia (2010); Naiff, Naiff, e Souza (2009); Serra e Schucman (2012)
Estudos Psicanalíticos (B4)	1	Delfino, Reis Filho, Foscarini e Avelino (2006)
European Journal of Social Psychology	1	França e Monteiro (2013)
Fractal: Revista de Psicologia (B1)	1	Zamora (2012)
Ide (B4)	1	Koltai (2008)
Imaginário (B3)	1	Scandiucci (2006)
Interação em Psicologia (A2)	1	Nery e Conceição (2006)
Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (B3)	1	Silva, Rocha e Santos (2012)
International Journal of Conflict and Violence (B1)	1	França e Lima (2011)
Psico PUCRS (A2)	1	Fernandes, Almeida e Nascimento (2008)
Psico USF (A2)	2	Nery e Costa (2009); Vasconcelos, Gouveia, Souza Filho, Sousa, e Jesus (2004)
Psicologia: Ciência e Profissão (A2)	8	Azerêdo (2002); Ferreira e Mattos (2007); Ferreira e Camargo (2011); Jesus (2013); Lemos e Galindo (2013); Masiero (2002); Oliveira (2002); Silva (2003)
Psicologia Clínica (B1)	1	Fuks (2007)
Psicologia e Sociedade (A2)	12	Camino, Gouveia, Maia, Paz, e Laureano (2013); Dahia (2013); Camino, Tavares, Torres, Álvaro, e Garrido (2014); Ferreira (2002); Guarnieri e Melo-Silva (2007); Lins, Lima-Nunes e Camino (2014); Nunes e Camino (2011); Oliveira, Meneghel, e Bernardes (2009); Pires e Alonso (2008); Pires (2010); Roso, Strey, Guareschi, e Bueno (2002); Schucman (2014)
Psicologia em Estudo (A2)	3	Chaves (2003); Guareschi, Oliveira, Giannellini, Comunello, Pacheco, e Nardini (2002); Santos, Gouveia, Navas, Pimente, e Gusmão (2006)
Psicologia em Revista (B3)	1	Teshainer e Küller (2005)
Psicologia em Revista - Belo Horizonte (B1)	2	Reis Filho (2004); Máximo, Larrain, Nunes, e Lins (2012)
Psicologia: Reflexão e Crítica (A1)	3	Fernandes, Da Costa, Camino, e Mendoza (2007); Lima, Machado, Ávila, Lima, e Vala (2006); Pereira, Torres, e Almeida (2003)
Psicologia: Teoria e Pesquisa (A1)	1	Lima e Vala (2004a)
Psicologia USP (A2)	3	Lima e Vala (2005); Nunes (2006); Weyler (2006)

Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano (B1)	1	Chaves (2003)
Revista Brasileira de Educação (B1)	1	Lima, Neves, e Silva (2014)
Revista de Administração Mackenzie (B1)	1	São Paulo (2010)
Revista de Psicologia Política (B2)	7	Acevedo, Nohara, e Ramuski (2010); Camino, Silva, Machado, e Pereira (2001); Oliveira Filho e Santos (2010); Rottenbacher, Espinosa, e Magallanes (2011); Schucman (2010); Silva (2001); Vilhena (2006)
Revista Estudos Feministas (B1)	1	Mayorga, Coura, Miralles, e Cunha (2013)
Revista Psicologia e Saúde (B4)	1	Duarte e Roazzi (2013)
Revista Psicologia: Teoria e Prática (A2)	1	Martins, Santos, e Colosso (2013)
Saúde em Debate (B2)	1	Tavares, Oliveira, e Lages (2013)
Saúde e Sociedade (B2)	1	Guimarães e Podkameni (2008)
Sociedade e Estado (B2)	1	Dahia (2008)

Tabela 2

Artigos que apresentaram alguma lacuna na descrição de participantes, instrumentos e/ou procedimentos

Artigos	Descrição incompleta		
	Participantes	Instrumentos	Procedimentos
Camino, Gouveia, Maia, Paz, e Laureano (2013)	x		
Camino, Silva, Machado, e Pereira (2001)			x
Camino, Tavares, Torres, Álvaro, e Garrido (2014)	x		
Crisostomo e Reigota (2010)	x	x	x
Fernandes, Da Costa, Camino, e Mendoza (2007)			x
Ferreira e Camargo (2011)	x	x	x
Ferreira e Mattos (2007)			x
Guareschi, Oliveira, Giannchini, Comunello, Pacheco, e Nardini (2002)	x		x
Guimarães e Podkameni (2008)	x		x
Jesus (2013)	x	x	x
Lima e Vala (2005)	x		
Lima, Machado, Ávila, Lima, e Vala (2006)	x		
Lins, Lima-Nunes e Camino (2014)	x		
Naiff, Naiff, e Souza (2009)	x	x	x
Nery e Costa (2009)		x	x
Nunes e Camino (2011)	x		x
Oliveira Filho (2009)	x	x	x
Oliveira Filho, Santos, e Soares (2010)	x	x	x
Pereira, Torres, e Almeida (2003)	x		x
Pires (2010)			x
Pires e Alonso (2008)	x		
Reis Filho (2004)	x	x	x
Rottenbacher, Espinosa, e Magallanes (2011)	x		x
São Paulo (2010)	x		x
Schucman (2014)		x	x
Serra e Schucman (2012)		x	x
Silva (2001)	x	x	x
Silva, Teixeira, e Pacífico (2013)	x	x	x
Tavares, Oliveira, e Lages (2013)	x	x	x
Vasconcelos, Gouveia, Souza Filho, Sousa, e Jesus (2004)	x		

CAPÍTULO III

Running head: CONSTRUCTION AND VALIDATION OF THE BIC-MULTICOLOR

Construction and Validation of the White, *Pardo*, and Black Children Picture Set (BIC-Multicolor)

Authors

Airi M. Sacco

Department of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

Maria Clara P. de Paula Couto

Institute of Psychiatry, University of São Paulo Faculty of Medicine Clinics Hospital,
Brazil

Sílvia H. Koller

Department of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract

The use of standardized stimuli is essential to the field of experimental research, in which there is a need to rigorously control all of the variables. The purpose of this study was to construct and validate a set of pictures of children that would be suitable for the investigation of racial issues in the Brazilian context. The *BIC-Multicolor* (White, *Pardo*, and Black Children Set of Pictures) comprises 120 portraits of children from different races, aged 6 to 12 years old. Two hundred and ten adults (150 women and 60 men) aged 18 to 81 years ($M = 29,58$; $SD = 9,89$) participated in the study. Their task was to assess the set of pictures in relation to race, friendliness, and facial expression. Relative scores were presented for each portrait. The *BIC-Multicolor* intends to be a tool for researchers who need pretested stimuli, especially in relation to race - something that other Brazilian picture sets do not offer. The *BIC-Multicolor*'s stimuli are available for the use of the scientific community upon request.

Keywords: picture sets; portraits; standardized stimuli; experimental psychology; racial prejudice

CONSTRUCTION AND VALIDATION OF THE BIC-MULTICOLOR

Construction And Validation Of The White, Pardo, And Black Children Picture Set (Bic-Multicolor)

Experimental research requires rigorous control over the variables of interest as well as over the potential intervening variables. Different kinds of stimuli are used to operationalize the variables. Words and images, for example, are some of the most used stimuli in the field of psychology. However, due to lack of time and/or insufficient budget, many researchers do not have the necessary means to develop and validate all the stimuli that they need to use on their experiments. The development and publication of standardized sets of stimuli is thus essential to the progress of science in many areas (Brodeur, Dionne-Dostie, Montreuil, & Lepage, 2010).

The MCR Oxford Psycholinguistics Database (Coltheart, 1981), for example, is a set of words used in psycholinguistic experiments. While the first version had 98,538 words, the second version has 150,837, all of which were tested according to more than 20 linguistic parameters (Wilson, 1987). The Bank of Standardized Stimuli (BOSS – Brodeur et al., 2010) is a set of 480 images of objects that have been standardized according to name, category, familiarity, and visual complexity. The BOSS is widely used on studies related to cognition, psycholinguistics, and vision, among others.

Image sets are important tools for the scientific community; they reduce possible threats to the study internal validity by reducing error variance (including measurement error) due to the use of unstandardized materials. Both sets of objects and of portraits provide a greater control on the stimuli selection for researchers all over the world. They also improve the ability for researchers to replicate studies and hence for others to compare the results.

Images as Experimental Stimuli

The use of images is usual in psychological studies, especially in experimental studies. Some specific areas, such as language, emotion, memory, attention, and perception make common use of this kind of stimuli. One of the most widely used sets of stimuli is the International Affective Picture System (IAPS - Lang, Bradley, & Cuthbert, 2008), which Ribeiro, Pompéia and Bueno (2004) validated in Brazil. The IAPS is composed of 1,196 normatively rated pictures according to three dimensions: (a) valence, which is related to how pleasant or unpleasant, positive or negative, the picture is; (b) arousal, which is related to the reaction the image evokes, ranging from calm to excited; and (c) dominance, which is related to the feeling the picture induces, such as if the viewer felt in control or controlled while looking at it. Therefore, when designing an experiment about emotions or attention, for example, the researcher can choose between neutral images and images that induce a strong reaction, depending on the study's goal. IAPS includes pictures of landscapes, animals, people, objects, and various situations.

Most of the picture sets of faces that are available for research interests are based on Ekman and Friesen's (1971) classical study, which included six universally identifiable emotions (happiness, sadness, anger, fear, surprise, and disgust). Based on this, Ekman and Friesen created a set of pictures of adults expressing these six emotions, which is now called the Pictures of Facial Affect (PFA) (Ekman & Friesen, 1976). The PFA, together with the Karolinska Directed Emotional Face Set (Lundqvist, Flykt, & Vhman, 1998), is still one of the most used sets of stimuli in studies about emotions (Brodeur et al., 2010).

While impressive and extremely useful, these stimulus sets have some limitations. For example, there is a disproportional focus on young adult faces. In this

regard, neither the PFA nor the Karolinska has images of elderly people. However, researchers have found evidence of an own-age bias in areas such as face processing and face recognition, for example. In such cases, people would find it easier to recognize faces of subjects with a similar age to their own (Ebner, Riediger, & Lindenberger, 2010; Hills, 2012; Wright & Stroud, 2002). Therefore, as pictures of young adults compose most of the face sets, the elderly could underperform due to their own-age bias and not to some cognitive impairment (Ebner et al., 2010; Minear & Park, 2004). Ebner et al. (2010) developed the set FACES with the goal of filling this gap. The FACES set of stimuli is composed of 2,052 pictures of 171 adults from 19 to 80 years old, representing the six universally recognizable facial expressions (excluding the emotion “surprise” and including a neutral expression). Minear and Park (2004) also developed a set of pictures of adults, ranging from 18 to 93 years old, expressing different emotions, called the Face Database.

Similarly, Egger et al. (2011) portrayed children in a specific set of stimuli, known as The NIMH Child Emotional Faces Picture Set (NIMH-ChEFS), which presents 54 images of children from 10 to 17 years old. In Brazil, researchers of the *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* (PUCRS) developed a set of pictures of Brazilian children, the Child Emotions Picture Set (CEPS, Romani-Sponchiado, Sanvicente-Vieira, Mottin, Hertzog-Fonini, & Arteché, in press). The CEPS presents portraits of 18 children (9 boys; 9 girls), from 6 to 11 years old. Recently, LoBue and Thrasher (2015) published the Child Affective Facial Expression (CAFE) with pictures of children from two to eight years old representing the six universal emotions and a neutral expression. The CAFE has pictures of 90 girls and 54 boys from five different races/ethnicities: African Americans, Asians, Caucasians/European Americans, Latinos, and South Asians. The CAFE differs from

the other sets of pictures because it includes portraits of children so young and also because of its racial and ethnic diversity.

Information regarding race is important because, like the age bias, people also have an own-race bias in face recognition (Chen, 2014). Therefore, participants are faster and probably more accurate when processing stimuli that depict their own race. However, most of the sets of stimuli ignore this fact as they are composed mainly of images of White people (Tottenham et al., 2009). The Face Database, for example, presents 435 pictures of Whites and 89 of Blacks (Minear & Park, 2004). On CEPS, 14 of the 18 children are White (Romani-Sponchiado, Sanvicente-Vieira, Mottin, Hertzog-Fonini, & Arteche, in press). FACES (Ebner, Riediger, & Lindenberger, 2010) and NIMH-ChEFS (Egger et al., 2011) only have pictures of White people. The NimStim Set of Facial Expressions (Tottenham et al., 2009), with 672 portraits of 43 Black, White, Asian and Latino American professional actors and actresses, is one of the few exceptions.

If the NimStim filled the racial gap regarding the sets of stimuli in the United States, the same cannot be said about Brazil. The lack of stimuli suitable for the Brazilian reality resulted in the development of a set with portraits of two men and two women of three different races: White, Pardo (multiracial), and Black (Vasconcellos, Salvador-Silva, Gauer, & Gauer, 2014). Initially, Vasconcellos et al. (2014) developed this set of stimuli for a study on psychopathic traces and emotion recognition in adolescents. Due to the high number of requests, however, they made the set available for research purposes.

Studies on Racial Prejudice

The small number of stimuli sets available for research that represent emotions makes the concern clear regarding methodological issues. Research in these areas needs to thoroughly describe the stimuli employed because it is essential to assure that the images really represent the intended emotions.

Other areas in psychology also use different stimuli to represent the variables of interest. In Social Experimental Psychology, for example, several studies have examined racial attitudes (e.g., Degner & Wentura, 2010; Dunham, Baron, & Banaji, 2007). According to the experimental logic of controlling all the variables involved, the same precaution with the stimuli should be evident in this area. This concern, however, does not seem to be so blatant. To test this impression, we shortly reviewed the descriptions of the stimuli used in five experimental studies about racial attitudes in children. In this short review, we found (a) images of children without any specification neither about where they were obtained from (i.e., source) nor about any characteristic that may be relevant such as age or information on how race was defined (Dunham, Baron, & Banaji, 2007); (b) images of adults developed specifically for the studies, but again with non-specified characteristics (Dunham, Newheiser, Hossain, Merrill, & Olson, 2015); (c) images of adults developed specifically for the studies and with detailed characteristics (Kelly et al., 2007); (d) images of adults taken from other studies (Degner & Wentura, 2010); and (e) images of people with non-specified ages, races, origins, or any further characteristics (Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005).

Three of the five studies did not seem to have pre-tested the stimuli in regard to race (or at least they did not describe the pre-test). One hypothesis that could explain this phenomenon is that these studies took place in countries in which racial groups are well defined and where not much doubt exists regarding racial categorization. When it

comes to countries like Brazil (where racial boundaries are unclear), however, the attention to racial issues on developing sets of stimuli is important not only because of the own-race bias but mainly to make them appropriate to be used in other kinds of studies, such as those related to racial prejudice. If an experimental task involves the assessment of attitudes towards a White person, the researcher needs to be sure that the participant considers that person White (and not *Pardo*, for example) and that the contrasting portraits represent people from other races (e.g, *Pardo* or Black). For that reason, it is important that, when developing sets of faces, the images be tested with regard to race.

Considering all the picture sets of children mentioned before, the CAFE (LoBue & Thrasher, 2015) was the only one that addressed race. However, no information is available about the racial evaluation of the stimuli. As occurred with NimStim, racial categorization in CAFE seems to have been defined *a priori* without being checked during the pre-test. Accordingly, based on the identification of this gap in the existing picture sets, on the specificities of the Brazilian population and on the lack of Brazilian stimuli sets tested for race, our goal for this study was to describe the development and validation of the White, *Pardo*, and Black Children Picture Set (BIC-Multicolor). The BIC-Multicolor is a set of standardized pictures of Brazilian children developed for use in scientific research.

Method

Participants

Two hundred ten adults participated (150 women; 60 men) from 18 to 81 years old ($M = 29,58$; $DP = 9,89$) from 12 different Brazilian states. With regard to education, 44.3% had a graduate degree, 32.4% had not completed college, and 21.4% had a college degree.

Materials

We used 120 portraits of children, 66 girls and 54 boys, from six to 12 years old for the materials. All pictures were colored and 425 x 425 pixels (app. 145 KB). The photographer took the portraits at the children's schools, in a city in Southern Brazil. The researchers explained the goal of the study to the children, and they were free to choose if they wanted to collaborate. Only those that consented and whose parents agreed took part in the study. All of them signed a consent form agreeing with the scientific use of the pictures. Children stood in front of a white background and were told to remain with a neutral facial expression. The photographer used a Nikon Coolpix P7000 camera for the photos. On the day after each child's participation, he or she received a 10x15 copy of his or her portrait.

Procedures

We invited the participants via e-mail to rate each of the 120 portraits individually. Data were collected online using the SurveyMonkey software. The participants did not receive any kind of training to evaluate the photographs, which were randomly presented to avoid order effects. The participants identified the portrayed children's characteristics according to race (White, *Pardo*, or Black), facial expression, and friendliness. They answered the last two items on a seven-point scale that ranged from -3 to +3 where numbers closer to the -3 point indicated a more negative facial expression or unfriendliness. The closer to the + 3 point, the more positive were the facial expression or the level of friendliness. Zero corresponded to neutrality in both cases. The points of the scale (-3 to +3) were recoded on a 1 to 7 scale for the data analysis.

Results

The scores of each stimulus are presented on Table 1. With regard to race, results showed a minimum of 80% agreement on 69 of the 120 photographs: 39 were categorized as White children, 13 as *Pardo*, and 17 as Black. While 22 portraits of White children and 11 of Black children achieved more than 95% agreement and were thus considered prototypical (see Figure 1), the highest agreement rate achieved by a *Pardo* child was 87.7%, which indicates that *Pardo* faces may be racially ambiguous and harder to categorize.

With regard to this in-between (*Pardo*) category, the scores detailed on Table 1 also indicated that every time a portrait did not achieve 80% of agreement, the *Pardo* option (White-*Pardo* or *Pardo*-Black) was involved. In contrast to the prototypical portraits, 11 pictures presented an ambiguous racial categorization in which the difference between two categories (White-*Pardo* or *Pardo*-Black) was less than 15% (see Figure 2 for examples).

Regarding the other two variables assessed, the data analysis revealed a high correlation ($r = 0.93, p < .001$) between facial expression and friendliness such that children with more positive facial expressions were perceived as friendlier. Only 25% ($n = 30$) of the stimuli had a friendliness mean smaller than four, the midpoint of the friendliness scale, and only in two cases was the mean less than three. Respecting facial expression, in 65.8% ($n = 79$) of the cases, the mean of the stimuli was around the neutral point of the facial expression scale, between three and five. The mean of seven portraits was less than three, representing very negative facial expressions, while the mean of 34 was higher than five, indicating very positive facial expressions.

Discussion

The results indicated that the BIC-Multicolor is composed of a wide variety of stimuli. Given the diverse combinations that viewers can make between sex, race, facial expression, and friendliness, we believe this set can be a useful tool for researchers in many areas of psychology.

Studies on racial prejudice, in particular, can benefit from the use of stimuli selected from the BIC-Multicolor due to the difficulty in finding photographs of people who represent the Brazilian racial diversity on international sets of pictures. In countries like the United States, for example, objective information such as origin or ethnicity are more important than skin color in order to categorize by race. In Brazil, however, racial categorization is based mainly on skin color and physical features. This characteristic, combined with the existence of a third racial group (the *Pardos*) in Brazil, in addition to the extremes Black and White, makes racial categorization an even more complex phenomenon than in other places (Telles, 2002). South Africa, for example, also has an intermediary group on the continuum of Black and White, the Colored. This “Colored” group, however, is defined by specific physical and cultural criteria (Dunham et al., 2014; Olson, Shutts, Kinzler, & Weisman, 2012), something that does not happen with *Pardos* in Brazil.

This peculiarity in the categorization of *Pardos* was evident on the analysis of how the portraits included on the BIC-Multicolor were categorized. While images of children prototypically White or Black achieved almost 100% agreement from the participants, the maximum agreement achieved by a *Pardo* portrait was 87.7%, again indicating that *Pardo* faces may be racially ambiguous and harder to categorize. Additionally, the category *Pardo* was involved in all the cases in which no definition arose regarding the race of the stimuli.

The results we obtained in this study highlight the importance of using pre-tested stimuli in relation to race when it comes to research conducted in the Brazilian context, especially those focused on racial issues or in which the type of stimuli may influence results. The BIC-Multicolor is an instrument that we created with the intent to fill this gap and thus help researchers who need pre-tested stimuli in relation to race, something that other picture sets do not offer. The pictures of the BIC-Multicolor were not taken by a professional photographer. As a consequence, some of the photographs vary in aspects such as lightning and distance from subject, which may be considered a limitation of the study. Nevertheless, we consider that in spite of not being controlled for all possible parameters the stimuli are useful for research purposes. The faces in the BIC-Multicolor present racial and gender diversity. In addition to being diverse, the stimuli in the set are naturalistic (i.e, they portray faces that are close to real life faces).

With the publication of the BIC-Multicolor, we hope to foster the development of experimental studies on racial prejudice with children, a field in which only a few studies have taken place in Brazil (Sacco, de Paula Couto, & Koller, in press). The BIC-Multicolor will be available free of charge to researchers upon the signature of an agreement on the non-distribution of the pictures and the use of the stimuli for scientific purposes only.

References

- Brodeur, M. B., Dionne-Dostie, E., Montreuil, T., & Lepage, M. (2010). The Bank of Standardized Stimuli (BOSS), a new set of normative photo objects to be used as visual stimuli in cognitive research. *Plos One*, *5*(5), e10773. doi: 10.1371/journal.pone.0010773
- Chen, J. (2014). Face recognition as a predictor of social cognitive ability: Effects of emotion and race on face processing. *Asian Journal of Social Psychology*, *17*(1), 61-69. doi: 10.1111/ajsp.12041
- Coltheart, M. (1981). The MRC Psycholinguistic Database. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, *33A*, 497-505.
- Degner, J., & Wentura, D. (2010). Automatic prejudice in childhood and early adolescence. *Journal of Personality and Social Psychology*, *98*, 356-374.
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2007). Children and social groups: A developmental analysis of implicit consistency in Hispanic Americans. *Self Identity*, *6*, 238-255.
- Dunham, Y., Newheiser, A-K., Hoosain, L., Merrill, A., & Olson, K. R. (2014). From a diferente vantage: Intergroup attitudes among children from low and intermediate-stauts racial groups. *Social Cognition*, *32*(1), 1-21.
- Ebner, N. C., Riediger, M., Lindenberger, U. (2010). FACES – A database of facial expressions in young, middle-aged, and older women and men: Development and validation. *Behavior Research Methods*, *42*(1), 351-362. doi: 10.3758/BRM.42.1.351
- Egger, H. L., Pine, D. S., Nelson, E., Leibenluft, E., Ernst, M., Towbin, K. E., & Angold, A. (2011). The NIMH Child Emotional Faces Picture Set (NIMH-ChEFS):

A new set of children's facial emotion stimuli. *Int J Methods Psychiatr Res.*, 20(3), 145-156. doi: 10.1002/mpr.343

Ekman, P., & Friesen, W. V. (1971). Constants across cultures in the face and emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 17(2), 124-129.

Ekman, P., and Friesen, W. V. (1976). *Pictures of Facial Affect*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists' Press.

Hills, P. J. (2012). A developmental study of the own-age face recognition bias in children. *Developmental Psychology*, 48(2), 499-508. doi: 10.1037/a0026524

Kelly, D. J., Liu, S., Ge, L., Quinn, P. C., Slater, A. M., Lee, K., Liu, Q., & Pascalis, O. (2007). Cross-race preferences for same-race faces extend beyond the African versus Caucasian contrast in 3-month-old infants. *Infancy*, 11(1), 87-95. doi: 10.1080/15250000709336871

Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbert, B. N. (2008). *International affective picture system (IAPS): Affective ratings of pictures and instruction manual*. Technical Report A-8. University of Florida, Gainesville, FL.

LoBue, V., & Thrasher, C. (2015). The Child Affective Facial Expression (CAFE) set: Validity and reliability from untrained adults. *Frontiers in Psychology*, 5, 1-8. doi: 10.3389/fpsyg.2014.01532

Lundqvist D., Flykt A., & Vhman A. (1998). *The Karolinska Directed Emotional Faces*. Pictorial face set available from Department of Neuroscience. Karolinska Hospital, Stockholm, Sweden.

Minear, M., & Park, D. C. (2004). A lifespan database of adult facial stimuli. *Behavior Research Methods, Instruments & Computers*, 36(4), 630-633.

- Olson, K. R., Shutts, K., Kinzler, K. D., & Weisman, K. G. (2012). Children associate racial groups with wealth: Evidence from South Africa. *Child Development, 83*(6), 1884-1899. doi: 10.1111/j.1467-8624.2012.01819.x
- Ribeiro, R. L., Pompéia, S., & Bueno, O. F. A. (2004). Normas brasileiras para o International Affective Picture System (IAPS): Comunicação breve. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 26*(2), 190-194.
- Romani-Sponchiado, A., Sanvicente-Vieira, B., Mottin, C., Hertzog-Fonini, D., & Arteche, A. (in press). Child Emotion Pictures Set (CEPS): Development of a database of children's emotional expressions. *Psychology & Neuroscience*.
- Rutland, A., Cameron, L., Milne, A., & McGeorge, P. (2005). Social norms and self-presentation: Children's implicit and explicit intergroup attitudes. *Child Development, 76*(2), 451-466.
- Sacco, A. M., de Paula Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (in press). Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*.
- Telles, E. E. (2002). Racial ambiguity among the Brazilian population. *Ethnic and Racial Studies, 25*(3), 415-441. doi: 10.1080/01419870252932133
- Tottenham, N., Tanaka, J. W., Leon, A. C., McCarry, M., Nurse, M., Hare, T. A., Marcus, D. J., Westerlund, A., Casey, B., Nelson, C. (2009). The NimStim set of facial expressions: Judgements from untrained research participants. *Psychiatry Research, 168*(3), 242-249. doi: 10.1016/j.psychres.2008.05.006.
- Vasconcellos, S. J. L., Salvador-Silva, R., Gauer, V., & Gauer, G. J. C. (2014). Psychopathic traits in adolescents and recognition of emotion in facial expressions. *Psicol. Refl. Crít., 27*(4), 768-774. doi: 10.1590/1678-7153.201427417

Wilson, M. (1987). MRC Psycholinguistic Database: Machine-usable dictionary, version 2.00. *Behavior Research Methods, Instruments & Computers*, 20(1), 6-10.

Wright, D. B. & Stroud, J. S. (2002). Age differences in lineup identification accuracy: People are better with their own age. *Law and Human Behavior*, 26, 641-654.

Table 1

Rates of race (%), facial expression and friendliness [M(SD), scale from 1 to 7] for each of the BIC-Multicolor stimulus

Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness		Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness	
	White	Pardo	Black	M	SD	M	SD		White	Pardo	Black	M	SD	M	SD
F1	78,8	21,3	0	5,34	0,76	5,46	0,94	F24	99,4	0,6	0	3,94	0,95	4,52	1,20
F2	35,9	63,5	0,6	4,32	1,29	5,06	1,23	F25	6,8	84,6	8,6	4,78	0,88	5,20	1,02
F3	67,1	32,9	0	5,71	0,81	5,83	0,93	F26	99,4	0,6	0	2,87	1,02	3,78	1,23
F4	68,6	31,4	0	2,66	1,00	3,37	1,31	F27	0	23,9	76,1	4,88	0,80	5,71	0,94
F5	77,2	22,8	0	3,64	0,98	3,86	1,33	F28	97,4	2,6	0	4,38	0,87	5,02	1,15
F6	0	0,6	99,4	6,06	0,75	6,25	0,78	F29	1,2	1,2	97,5	3,74	1,14	4,89	1,29
F7	0	7	93	3,90	1,07	4,49	1,11	F30	0,6	10,1	89,3	3,37	1,18	4,39	1,29
F8	34,6	65,4	0	5,90	0,84	5,58	1,20	F31	95,5	4,5	0	3,74	0,83	4,37	1,15
F9	43,3	56,7	0	3,64	1,04	4,29	1,08	F32	39,8	60,2	0	5,20	0,83	5,73	0,93
F10	93,8	6,3	0	4,50	0,95	4,41	1,13	F33	0	4,4	95,6	5,15	0,96	5,05	1,16
F11	97,5	2,5	0	3,69	0,87	3,90	1,19	F34	45,9	54,1	0	3,13	1,04	3,91	1,17
F12	0	11,3	88,7	4,23	0,85	4,76	0,95	F35	15,9	81,5	2,5	5,20	0,97	5,71	0,98
F13	93,7	6,3	0	3,69	0,89	4,37	1,09	F36	0	29,6	70,4	3,03	1,07	3,60	1,24
F14	84,8	15,2	0	4,07	0,91	4,50	1,13	F37	82,3	17,7	0	3,24	1,09	4,31	1,37
F15	3	87,7	9,4	3,98	0,69	4,33	0,93	F38	96,9	3,1	0	5,99	0,73	6,05	0,85
F16	31,9	68,1	0	2,76	1,04	3,58	1,26	F39	91,8	8,2	0	3,14	1,10	3,94	1,27
F17	84,7	15,3	0	3,38	1,04	4,17	1,21	F40	12,4	72,1	15,4	3,89	0,85	4,66	1,19
F18	64,3	35,7	0	5,90	0,76	5,83	0,90	F41	82	18	0	4,50	1,19	4,89	1,24
F19	5	80,7	14,4	3,80	0,97	3,95	1,15	F42	85,2	14,8	0	3,76	0,87	4,01	1,12
F20	15,7	82,4	1,9	4,58	0,81	4,77	0,94	F43	87	13	0	3,72	0,82	4,01	1,04
F21	83,3	16,7	0	6,28	0,73	6,07	0,96	F44	97,5	2,5	0	3,42	0,86	3,64	1,14
F22	59,8	39,6	0,6	5,29	0,86	5,72	0,91	F45	0	11,3	88,7	4,79	0,98	5,10	1,02
F23	0,6	57,8	41,6	6,22	0,80	6,11	0,97	F46	99,4	0,6	0	5,80	0,90	5,81	1,04

Table 1 (cont.)

Rates of race (%), facial expression and friendliness [M(SD), scale from 1 to 7] for each of the BIC-Multicolor stimulus

Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness		Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness	
	White	Pardo	Black	M	SD	M	SD		White	Pardo	Black	M	SD	M	SD
F47	96,9	3,1	0	4,91	0,86	4,99	1,06	F70	39,8	59,6	0,6	3,33	1,02	3,42	1,23
F48	5,6	82,1	12,3	4,91	0,91	5,08	1,01	F71	36,3	63,7	0	5,65	0,85	5,52	1,03
F49	89,8	10,2	0	5,41	0,72	5,39	0,96	F72	0	4,3	95,7	3,52	1,07	4,20	1,01
F50	99,4	0,6	0	5,08	1,06	5,07	1,20	F73	99,4	0,6	0	4,26	0,79	4,60	1,08
F51	74,4	25,6	0	4,24	1,01	4,06	1,25	F74	50,6	49,4	0	4,27	0,97	4,52	1,03
F52	93,8	6,3	0	5,35	0,93	5,43	1,06	F75	79,2	20,8	0	3,75	0,88	3,91	1,07
F53	0	1,2	98,8	5,75	0,83	5,91	0,90	F76	57,8	42,2	0	3,96	0,80	4,21	1,07
F54	98,7	1,3	0	3,49	0,84	3,74	1,25	F77	52,8	45,9	1,3	4,80	0,88	4,84	1,06
F55	57,2	42,8	0	4,44	0,94	4,81	0,97	F78	35,2	63,5	1,3	3,40	0,99	3,63	1,17
F56	68,3	31,7	0	4,91	1,15	4,92	1,20	F79	0	0,6	99,4	5,82	0,82	5,82	0,93
F57	25	73,8	1,2	3,99	0,75	4,22	0,92	F80	79,4	20,6	0	5,31	0,83	4,84	1,22
F58	47,9	51,5	0,6	5,08	0,90	5,38	0,98	F81	95,5	4,5	0	4,92	0,91	4,79	1,10
F59	98,1	1,3	0,6	4,40	0,92	4,62	1,02	F82	95,6	3,8	0,6	4,15	0,86	4,29	1,11
F60	45	54,4	0,6	4,57	0,75	4,78	0,98	F83	70,3	29,7	0	4,08	1,03	4,10	1,15
F61	1,2	51,5	47,2	5,06	0,84	5,03	1,10	F84	99,4	0,6	0	3,54	0,87	3,77	1,13
F62	3,1	83,9	13	5,56	0,77	5,60	0,93	F85	86,9	13,1	0	5,18	0,75	5,26	0,98
F63	98,2	1,8	0	4,07	0,90	3,99	1,28	F86	10,1	87,3	2,5	4,97	0,72	5,06	0,95
F64	93,7	6,3	0	3,47	0,96	3,58	1,12	F87	77,8	21,6	0,6	3,11	1,00	3,10	1,20
F65	0	1,9	98,1	4,60	0,87	4,96	0,93	F88	35,3	64,1	0,6	5,44	0,84	5,72	0,80
F66	0	2,4	97,6	5,69	0,78	5,98	0,84	F89	35,9	62,8	1,3	3,85	1,00	3,75	1,23
F67	98,8	1,3	0	5,35	0,76	5,39	0,85	F90	40,7	59,3	0	4,80	0,88	4,73	0,97
F68	36,9	59,4	3,8	4,43	0,77	4,91	1,03	F91	8	70,6	21,5	4,61	0,98	4,53	1,20
F69	98,1	1,9	0	3,83	0,79	3,87	1,06	F92	94,4	5,6	0	4,08	0,87	4,13	1,17

Table 1 (cont.)

Rates of race (%), facial expression and friendliness [M(SD), scale from 1 to 7] for each of the BIC-Multicolor stimulus

Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness		Stimulus	Race (%)			Facial Expression		Friendliness	
	White	Pardo	Black	M	SD	M	SD		White	Pardo	Black	M	SD	M	SD
F93	83,6	16,4	0	5,31	0,76	5,18	0,97	F110	0	13,6	86,4	4,43	0,81	4,69	1,00
F94	91,9	8,1	0	5,73	0,91	5,65	1,15	F111	0	37	63	5,47	0,90	5,45	1,03
F95	96,9	3,1	0	3,84	1,05	3,55	1,22	F112	17,1	79,5	3,4	3,78	0,67	4,01	1,02
F96	98,7	0,6	0,6	2,94	1,20	2,79	1,26	F113	55,6	43,8	0,7	4,32	0,65	4,37	0,88
F97	0	56,4	43,6	4,66	0,85	4,72	1,04	F114	29,5	69,9	0,7	2,89	0,90	3,35	1,09
F98	53,8	46,3	0	5,24	0,89	5,36	1,08	F115	0	68,2	31,8	3,42	0,99	3,45	1,13
F99	1,2	83,9	14,9	4,56	0,84	4,76	1,00	F116	0	4,1	95,9	3,74	0,79	3,92	1,09
F100	0	36,3	63,7	4,98	0,95	4,71	1,17	F117	0	15	85	3,83	0,71	4,31	0,90
F101	15,5	83,9	0,6	2,88	1,00	3,70	1,20	F118	99,3	0,7	0	5,47	0,81	5,15	0,99
F103	4,7	81,8	13,5	5,42	0,75	5,50	0,89	F119	0	2,1	97,9	2,85	0,99	2,99	1,17
F104	6,1	84,4	9,5	5,20	0,76	5,50	0,77	F120	0,7	68,3	31	4,75	0,87	5,11	0,94
F105	6,1	84,5	9,5	3,63	0,83	3,88	0,91	F121	0	33,8	66,2	3,66	1,02	3,95	1,22
F106	0	4,1	95,9	3,10	1,04	4,12	1,08	F122	0	21,5	78,5	4,55	0,94	4,89	1,23
F107	81,4	17,9	0,7	3,72	0,72	3,90	0,97	F123	0	26,2	73,8	5,20	0,85	5,12	1,08

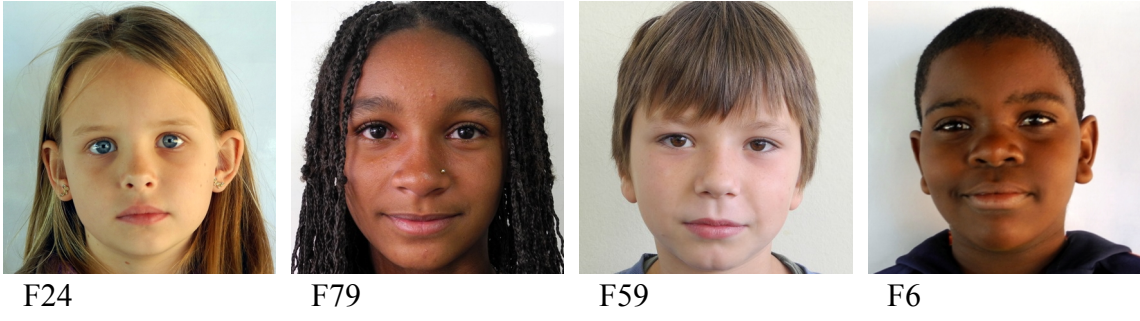


Figure 1. Prototypical portraits of two White children (F24 and F59) and two Black children (F79 and F6)



F15

F86

F61

F58

Figure 2. Portraits of two non-ambiguous *Pardo* children (F15 and F86) and two children that presented ambiguous race categorization (F61 *Pardo-Black* and F58 *White-Pardo*)

CAPÍTULO IV

Running head: RACE ATTITUDES IN CONTEXT

Race attitudes in cultural context: The view from two Brazilian States

Authors

Airi Macias Sacco

Department of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

Maria Clara Pinheiro de Paula Couto

Institute of Psychiatry, University of São Paulo Faculty of Medicine Clinics Hospital, Brazil

Yarrow Dunham

Department of Psychology, Yale University, US

Juliana Prates Santana

Department of Psychology, Federal University of Bahia, Brazil

Luciana Neves Nunes

Statistics Department, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

Sílvia Helena Koller

Department of Psychology, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract

The present research adopts a social cognitive developmental approach to understand the development of implicit and explicit racial attitudes in White, *Pardo*, and Black children from two different Brazilian states, Bahia (BA) and Rio Grande do Sul (RS). Participants were 542 Brazilian children aged 6 to 14 years old, 399 from RS and 143 from BA. Two implicit (Implicit Association Test – IAT, and Evaluative Priming) and five explicit measures of attitudes were used. Results indicated contextual influences on both explicit and implicit preferences. In younger children IAT scores predicted the explicit preference for Whites. This study shows that within country variation regarding race attitudes can be just as pronounced as between-country and between-race.

Keywords: attitudes; implicit attitudes; intergroup relations; prejudice; social cognition

Race Attitudes in Cultural Context: The view from two Brazilian states

Research on the development of intergroup attitudes has a long and esteemed history within social and developmental psychology (Aboud, 1988; Bigler & Liben, 2006; Dovidio & Gaertner, 2010). Attitudes towards racial groups probably represent the primary focus of this literature, with numerous past studies demonstrating that majority children (for example Whites in the US) manifest robust preferences for their racial ingroup beginning in the preschool years (e.g., Aboud, 1988; Raabe & Beelmann, 2011). These preferences appear on both self-reported “explicit” measures (Aboud, 1988) as well as more automatic or “implicit” measures such as the Implicit Association Test (Dunham, Baron, & Banaji, 2008; Olson & Dunham, 2010).

While impressive in many respects, this literature has several limitations. First, the studies disproportionately focus on members of culturally dominant majorities such as White Americans. Second, the studies disproportionately focus on a single cultural context, usually race in the United States. Third, only a limited amount of research explores *within-culture* variation as a function of factors such as local diversity. Fourth, most past investigations focus on only one or two dependent measures, leaving some question as to whether different measurement strategies converge or diverge in revealing prejudicial attitudes in children (Degner & Wentura, 2010; Dunham & Degner, 2013). The present research begins to fill these gaps by exploring the development of intergroup attitudes in Brazil. We include participants from the three largest racial groups in Brazil, namely Whites, Blacks, and mixed-race Pardo (“brown”) children, exploring variation across two states in Brazil that vary dramatically in terms of their racial diversity. We also incorporate a wide range of explicit and implicit measures towards all three racial groups, employed within-participants in order to better characterize children’s intergroup cognition in more detail than has previously been attempted.

Children begin to attend to race categories in the preschool years, with at least a general sensitivity to racial variation emerging by age 4 (Aboud, 1988). Focusing first on attitudes of White children in North America, research has suggested that the developmental course of implicit and explicit attitudes differs dramatically. Specifically, with age there is a decrease in explicit prejudice, but there is generally no age-related change in implicit prejudice between childhood and adulthood (reviewed in Dunham et al., 2008; Raabe & Beelmann, 2011). The internalization of egalitarian social norms as well as an increasing likelihood of suppressing the expression of socially charged responses plausibly explains the decline of explicit prejudice (Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005); by contrast, implicit prejudice may be more automatized and harder to control, and therefore more stable throughout lifespan (Hailey & Olson, 2013). These broad patterns of ingroup favoritism for high-status majorities have also been observed in the UK (Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005), Japan (Dunham, Baron, & Banaji, 2006), Taiwan (Dunham, Chen, & Banaji, 2013) and central Europe (Degner & Wentura, 2010).

Critically, race attitudes vary depending on the social status of the racial group to which one belongs. While members of socially dominant racial groups present strong ingroup preference, members of non-dominant groups tend not to show such preferences, and in some cases even show a reversal to outgroup preference. In the case of race attitudes in North America, Black adults (Nosek, Banaji, & Greenwald, 2002; Nosek et al., 2007) and Black and Latino children (Dunham et al., 2013; Dunham, Baron, & Banaji, 2007; Newheiser & Olson, 2012) show a mean-level pattern of no preference on both implicit and explicit measures, at least when comparing themselves to the White majority. In the South African context, where status disparities between racial groups are much more pronounced than in the US, both Black and mixed-race Coloured children also showed outgroup preference on both implicit and explicit measures (Dunham, Newheiser, Hoosain, Merrill, & Olson, 2014; Newheiser,

Dunham, Merrill, Hoosain, & Olson, 2014). In all these cases, implicit race attitudes were largely stable with age.

Part of the power and appeal of implicit measures is that they are regarded as a proxy for the activation of subtle positive or negative associations in memory that may be present even if explicitly rejected (Gawronski, 2009). This is in contrast to self-report measures, which are more susceptible to self-presentation concerns and which may also reflect a distinct level of mental representation that can conflict with subtler evaluative associations (Brauer, Wasel, & Niedenthal, 2000; De Houwer, 2003; Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Greenwald & Banaji, 1995). This potential disconnect between explicit and implicit attitudes appears to be especially pronounced in socially charged domains such as racial attitudes, presumably because these domains motivate individuals to suppress prejudice (Nosek, 2007; Fazio & Olson, 2003). Thus, the age-invariant pattern of data revealed by past studies suggests that the implicit form of evaluation emerges early based on minimal experience, and is then resistant to change (Dunham et al., 2008).

However, it is important to note that the aforementioned results were almost all based on the Implicit Association Test (IAT, Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998). Indeed, the IAT has been the most widely used implicit measure of children's racial attitudes (McKeague, Driscoll, Hennessy, & Heary, 2015), but it does have some features or limitations of which consumers of the literature should be aware. First, the IAT measures *category-level* prejudice, in that the measure requires participants to explicitly categorize by race. Thus, it is measuring the extent to which racial categories are associated with positivity or negativity, but it does not necessarily correspond to the extent to which individual category exemplars are evaluated (Degner & Wentura, 2010; Dunham & Degner, 2013; Olson & Fazio, 2003). Second, the IAT produces a relative score indicating implicit bias in favor of one group over another. In the White vs. Black IAT, for example, the IAT score indicates the relative preference for, say, White over Black. But because a relative preference can be composed of a range of attitudes,

the IAT cannot distinguish between a bias created by (e.g.) one positive and one negative evaluation versus one very positive and one mildly positive evaluation. Substantively, however, those two states of affairs are quite different. Thus, incorporating measures beyond the IAT offers considerably value.

Another implicit measure widely used with adults is Evaluative Priming (EP, Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995). The EP measures automatic responses to individual category exemplars, such as pictures of ingroup and outgroup members. Interestingly, unlike the IAT, which taps broad category-based evaluations, the available evidence suggests that implicit prejudice as measured by EP is less widely present in adults (Olson & Fazio, 2003) and follows a different developmental course in children. In particular, in a study of White European children's attitudes towards ethnic minorities (Degner & Wentura, 2010), implicit own-group favoritism appeared much earlier using the IAT than EP. These findings have been interpreted as showing that children acquire evaluations of broad social categories quite early, but do not necessarily automatically draw on those categories to classify others until somewhat later in development (Degner & Wentura, 2010; Dunham & Degner, 2013). However, this possibility has not been explored outside the European context, leaving its generality unknown.

In sum, past research suggests two broad conclusions. First, children who belong to higher status groups develop ingroup-favoring evaluations of racial categories early in development. Second, prevailing conceptions of social status moderate intergroup attitudes, eliminating or even reversing own-group favoritism in members of disadvantaged or stigmatized groups. However, this work has been limited in the range of populations studied, as well as the variety of measures employed. With respect to the former issue, attention is increasingly being drawn to the extent of cultural variation in many social and cognitive tasks, and in particular the extent to which individuals from Western, Educated, Industrial, Rich, and Democratic settings (WEIRD; Henrich, Heine, & Norenzayan, 2010), despite making up

the bulk of the literature, may be outliers in a number of respects. When it comes to race and racial attitudes, we have every reason to expect that they emerge in context, such that it is presumptuous to assume that the particularities of race in North America are a reasonable benchmark for racial cognition writ large. With respect to the latter issue concerning range of measures, a rich view of race-related cognition requires exploring how attitudes emerge and change with respect to *both* measures that assess attitudes towards broad racial categories as well as measures that assess attitudes towards individual racial category exemplars. Offering these two extensions is a major focus of the present research. We now turn to a discussion of the cultural context of the present study, namely two quite different states in Brazil.

Placing Culture in Context

As we noted, most studies of racial attitudes have focused on majority White children in the United States, and in particular on the White-Black racial distinction. A few studies have expanded to non-White children in the US or to majority children in other countries (e.g. Degner & Wentura, 2010; Dunham et al., 2006, 2007, 2013; Newheiser & Olson, 2012), but even in most of these cases the operative comparison has been a single high- versus low-status contrast. Such an approach cannot do justice the considerably more complex Brazilian context, in which the continuum includes not only the White and Black categories, but also *Pardos*, a multiracial or mixed-race intermediate racial category. Perhaps the closest previously studied reference point for the Brazilian context is South Africa, where a multiracial category referred to as *Coloured* is also culturally salient. In South Africa however, the *Coloured* category is an official census category linked at least in the popular imagination to distinct cultural and physical characteristics (Dunham et al., 2014; Olson, Shutts, Kinzler, & Weisman, 2012). Hence, in South Africa racial boundaries tend to be clear and consensus regarding who is in a given category is high. In Brazil things are quite different, primarily because there is no straightforward definition of what *Pardo* actually means. The racial boundaries separating White from *Pardo* from Black are thus unclear. Most

commonly, a *Pardo* is defined as someone who is towards the middle of the White–Black continuum in skin color, but depending on the perceiver and the context, a *Pardo* person may be categorized as White, *Pardo* or Black. Further, a lighter skinned *Pardo* may frequently be considered White, while a darker skinned *Pardo* may frequently be considered Black. The precise nature of racial categories in Brazil has been a topic of some controversy, but it seems clear that, unlike the United States, where origin and ethnicity play an important role in racial categorization, in Brazil race is defined mainly by phenotype, with skin color and facial features as the main cues for categorization (Telles, 2003). A consequence is that parentage is not always treated as the determining fact of racial category membership. Given the perception that there are no clear objective criteria for racial categorization, the Brazilian government has officially adopted a self-classification system for race that is used in national surveys and censuses (Telles, 2002; Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, 2008).

The current picture of race in Brazil shows that among its 190 million inhabitants, 48% declared themselves as White, and 43% as *Pardo* in the 2010 national census (IBGE, 2011). The percentage of people who considered themselves Black, on the other hand, corresponded to only 8% of the population. However, there is some reason to think this is an underreport, and in particular that some people that would have been categorized as Black preferred to self-categorize as *Pardo* so as to avoid potential stigma associated with the Black category. Tellingly, Telles (2002) analyzed data from a Brazilian survey in which both the interviewer and the respondent filled the participant's race question. He found that 41.5% of the cases in which interviewers checked the Black column, participants (who did not know they had been classified by the interviewer) gave a different answer.

Some commentators have suggested that widespread racial and ethnic diversity renders Brazil a “post-racial” country, but this view is hard to reconcile (Da Costa, 2014). Most notably, social and economic inequality in Brazil is directly related to race (IBGE,

2008). For example, homicide rates are 167% higher for *Pardo* and Black victims than White victims. And when it comes to wealth, the family income of White households is 75.2% higher than those of *Pardos* and Blacks (Waiselfisz, 2014). While both *Pardos* and Blacks tend to be of lower socioeconomic status, Blacks are generally more stigmatized via association with negative stereotypes, including poverty, laziness and violence (Telles, 2002), which may explain why some people self-categorize as *Pardo* rather than Black.

In characterizing the racial climate of a large country such as Brazil, it is crucial to emphasize the remarkable cultural differences between regions. Most critical in the present context, some states are predominantly multiracial while others are largely White. Our investigation focuses on two regions that capture this variation. Rio Grande do Sul (hereafter RS), the southernmost Brazilian state, has much European influence via historic links with and immigration from Germany and Italy. Not surprisingly, it presents the second highest national discrepancy in the nation between the percentage of White (84%) and Black (6%) people (IBGE, 2011). In contrast, Bahia (hereafter BA), in the Northeast, is a state with predominantly African heritage. It shows the highest percentage in the nation of people declaring themselves Black (17%) and *Pardo* (59%). The fact that racial composition in Brazil depends heavily on cultural/regional context makes it important to explore whether race attitudes are dependent on cultural context and the presumably different levels of exposure to racial variation. In particular, it raises the question of whether children from RS might show stronger preferences for Whites than do children from BA, who are exposed to considerably more racial diversity and so might have the opportunity for more positive interracial contact, a finding that has been observed for race in the US (McGlothlin & Killen, 2010) and which is broadly consistent with the claims of Contact Theory (Hewstone & Stewart, 2011). However, the relationship between diversity and intergroup attitudes is complex, and in some cases goes in the opposite direction, perhaps because some experiences of diversity are characterized primarily by conflict rather than productive intergroup

interactions (Rae, Newheiser, & Olson, 2015). By focusing our study in these two regions of Brazil, we aimed to investigate the influence of cultural context in a developmental context.

The current study

The present research takes the Brazilian peculiarities into account and adopts a social cognitive developmental approach to understanding the development of implicit and explicit racial attitudes in White, *Pardo*, and Black children from two different contexts, Bahia and Rio Grande do Sul. By including participants from all three groups in each of these regions, and also assessing attitudes towards all three groups, we hoped to do justice to the considerable complexity of race in Brazil. In addition, we included a larger range of measures than have been used in most past studies, including both a category-based and exemplar-based measure of implicit attitudes (the IAT and EP), as well as several distinct measures tapping explicit social attitudes and stereotypes associated with wealth and social class. This range of measures allows us to paint a richer picture of the development of intergroup social cognition in these two cultural settings within Brazil.

Our primary questions of interest were how attitudes varied as a function of participant race, state, and age. Secondary questions concern the relationship between measures, especially the relationship between implicit and explicit measures of attitude.

Method

Participants

The total sample consisted of 542 Brazilian children (262 boys and 280 girls), 399 from RS (188 boys and 211 girls, age range: 6 to 14 years old, $M = 9.19$, $SD = 2.06$ years, 46.1% White, 39.1% *Pardo*, and 14.8% Black) and 143 from BA (74 boys and 69 girls, age range: 6 to 14 years old, $M = 8.53$ years, $SD = 1.79$ years, 23.1% White, 53.8% *Pardo*, and 23.1% Black). Children were tested in their schools and parental consent was secured in advance of all testing. Categorization skills were assessed prior to testing by a categorization task in which children had to categorize photographs of children according to the background

color of the image, the child's race, and the child's sex. Only one child was not able to categorize by race and thus was excluded from the sample.

Measures

We used two implicit measures of attitudes: the Evaluative Priming task (Fazio et al., 1995) and the child-friendly version of the Implicit Association Test (Greenwald et al., 2003), adapted from Newheiser and Olson (2012). Four explicit measures were also used to assess participant's attitudes and stereotypes regarding race and social status: (a) Group identification, (b) Racial attitude, (c) Association between race and wealth, and (d) Preference for race and social status.

Implicit Measures

Implicit Association Test (IAT). The IAT is a reaction time task that measures the relative strength of implicit association between pairs of concepts. The idea behind the IAT is that we respond faster to pairs of concepts that are already associated in our minds. In this study, we used a Black vs. White child-friendly IAT, in which participants had to pair pictures of Black and White children with positive and negative attributes. So, in this case, the faster someone pairs White with positive and Black with negative, the greater his or her implicit preference for Whites over Blacks and vice-versa.

The stimuli were 20 pictures of children (ten Blacks and ten Whites) with neutral facial expressions, developed specifically for this study (these were a subset of images from a larger set developed for the evaluative priming task and detailed below), and 20 standardized images, ten positive and ten negative, randomly selected from a set of 50 images, 25 positive ($M_{\text{valence}} = 7.56$, $SD = .52$; $M_{\text{arousal}} = 4.93$, $SD = .81$) and 25 negative ($M_{\text{valence}} = 2.76$, $SD = .35$; $M_{\text{arousal}} = 5.15$, $SD = .75$), of the International Affective Picture System (IAPS, Lang, Bradley, & Cuthbert, 2008). Pretesting indicated that the images differed with regard to valence, $t(48) = 38.15$, $p < .001$, $d = 11.16$, but not with regard to arousal, $t(48) = -1.02$, $p = .31$, $d = -.28$.

The child-friendly version of the IAT (Newheiser & Olson, 2012) is shorter than the

traditional adult IAT, with 10 trials in each of the three practice blocks and 20 trials in the two critical ones. Also, instead of letters on a keyboard, the response keys were two large buttons, one yellow and one green. Because a single IAT can measure only one racial contrast and our assessment time with each child was limited, we were only able to employ a White-Black IAT, making this the only one of our measures that does not include an assessment of the category *Pardo*.

Evaluative Priming (EP). As the IAT, the evaluative priming task is also based on reaction times. On the EP, participants have to rapidly evaluate targets that are either positive or negative. Each target is preceded by a prime, which is a stimulus that can influence subsequent evaluations. The idea behind the EP is that if prime and target have the same valence, there is facilitation and the subject responds faster to the target. If prime and target have different valences, however, there is interference that slows responses.

The priming manipulation comprised a 5 (Prime type: positive vs. negative vs. White vs. *Pardo* vs. Black) x 2 (Target valence: positive vs. negative) within-participants design. Standard positive and standard negative primes were added for establishing reference effects. For the prejudice-related primes, we used 30 pictures to represent White, *Pardo* and Black children. We selected these pictures from a pool of 117 pictures according to pretests conducted with Brazilian adults ($N = 270$, 79 men and 191 women; $M_{\text{age}} = 29,9$ years, $SD = 10.3$ years, 186 from RS and 84 from BA). The participants rated the pictures according to the children's race, facial expressions, and pleasantness. For the race categorization, the participants answered a forced choice question with three options (White, *Pardo*, and Black). For the facial expressions and pleasantness, they classified the pictures in a 7-point scale ranging from -3 to +3, with high values indicating, respectively, positive facial expression, and more pleasantness. Table 1 presents the average prime ratings for the three groups of primes among participants from RS and BA. All pictures were colored and approximately 425 x 425 pixels. As can be seen in Table 1, prime ratings only differed with regard to race. We

selected pictures with at least 80% of agreement with regard to race in BA and RS and that did not differ in facial expression and pleasantness within states.

We included pictures from the International Affective Picture System (IAPS; Lang, Bradley, & Cuthbert, 2008) as standard primes in order to obtain a reference priming effect with standardized stimuli. The standard primes set consisted of five positive and five negative pictures. The mean valence of the positive primes was 7.36 ($SD = .56$) and the mean arousal was 4.35 ($SD = .98$). Negative primes had a mean valence of 3.61 ($SD = .21$) and a mean arousal value of 5.42 ($SD = .68$). The pictures differed with regard to valence, $t(8) = 14.03$, $p < .001$, $d = 9.74$, but not with regard to arousal, $t(8) = -1.99$, $p = .37$, $d = -1.29$. In this study, the EP consisted of two practice blocks, with 20 trials each, and four experimental blocks, with 50 trials each, for a total of 240 trials. Participants were told that two images would appear on the computer screen in sequence and that their task was to ignore the first one and to press the yellow button if the second image was positive or the green button if the second image was negative. The trials began with the presentation of the prime for 320ms. The target was presented immediately after the prime (i.e., Stimulus-Onset Asynchrony, SOA, of 320ms) and remained on the screen until the participant offered a response or until a 1500 ms timeout. There was a 1000ms interval between trials. During the practice blocks but not during test blocks participants received error feedback after each incorrect response. Throughout the task, timeout trials were followed by a “too slow” message so that participants knew they should respond faster. After each block participants received a summary with the percentages of correct answers and average block response time.

Explicit Measures

Group identification. This task measures visual racial identification. Participants saw two gender-matched children from different races on the computer screen and had to choose which one looked more like them. Each combination White/*Pardo*, White/Black, and

Black/*Pardo* was presented twice, for a total of six trials. The number of trials in which one racial group was chosen over another served as the dependent measure.

Explicit racial attitude. The explicit attitude task consisted of 15 trials in which participants had to indicate using a seven-point scale ranging from -3 to +3 how much they liked 15 children, five of each race, presented individually. The scale was presented with a frowny face under the -3 point, a neutral face under the zero and a smiley face under the +3. We later recoded this scale to range from 1 to 7. Mean ratings for each racial group served as the dependent measure.

Association between race and wealth. This task was used to assess if children associated wealth with particular racial categories. Participants were told that they would see pictures of two children and two cars or two houses and that their task was to say which children lived in each house or had each car. Materials were pictures of houses (six luxury and six popular), cars (six luxury and six popular), and children (eight Whites, eight *Pardos*, and eight Blacks). Participants completed 12 trials in which they matched children to houses or cars. Each trial always contrasted a picture of a popular vs. luxury car or house, and children from the same gender but different race; thus, there were 4 trials for each racial contrast (White-*Pardo*, White-Black, *Pardo*-Black).

Preference for race and social status. The preference for race and social status task was based on two five-point liking scales. On the race preference trial, participants indicated how much they liked Whites and Blacks (from 1 = “*I like Whites much better than Blacks*” to 5 = “*I like Blacks much better than Whites*”). On the wealth preference trial, participants indicated how much they liked rich people and poor people (from 1 = “*I like rich people much better than poor people*” to 5 = “*I like poor people much better than rich people*”).

Procedures

A trained research assistant administered the experiment to each participant individually in a quiet room at their school. All instructions were given verbally by the

experimenter with the aid of presentation slides. To reduce the potential for data contamination, the tasks followed an established order from the most implicit to the most explicit, namely: 1) EP, 2) IAT, 3) Group identification, 4) Racial attitude, 5) Association between race and wealth, and 6) Preference for race and social status. The experiment lasted approximately 30 minutes and was run on 60 Hz notebook monitors with Inquisit 4 software (Inquisit, 2013).

Results

We present results for each of the tests employed in the following sequence: EP task, IAT, Group Identification, (Explicit) Race Attitude, Association between Race and Wealth, and Preference for Race and Wealth. Degrees of freedom vary among the reported tests because the number of participants who completed each test differed (EP task: 506, Child Friendly IAT: 531, Group Identification: 527, Explicit Racial Attitude: 531, Association between Race and Wealth: 473, and Preference for Race and Wealth: 529). Reasons for not completing the tests were mainly difficulty understanding the test, fatigue, and distraction (reduced attention span). Importantly, the use of inclusion criteria - especially for the implicit tests - led to a further reduction of the sample size.

Implicit Measures

EP. From the 542 participants included in the sample, 506 completed the EP task. Among those who completed the task, 30 participants were excluded from the analyses due to a high number of errors ($\geq 20\%$), leaving a final sample of 476 participants in the EP task. Following previous studies that used the EP with children (Degner & Wentura, 2010), we removed trials with response latencies below 300 ms and those that were 1.5 interquartile ranges above the third quartile of the individual latency distribution (see Tukey, 1977). In total, 6.60% of all trials were excluded. The mean error rate was 8.25% ($SD = 6.85\%$). Effects were computed on response latencies of correct trials only.

We calculated three priming differences — one for White vs. Black primes, one for

White vs. *Pardo* primes, and one for *Pardo* vs. Black primes — by subtracting the mean latency of the congruent trials from the mean latency of the incongruent ones. For the White vs. Black priming effect, we identified congruence as White/positive and Black/negative prime-target pairs and incongruence as White/negative and Black/positive prime-target pairs. For the White vs. *Pardo* priming effect, congruence was defined as White/positive and *Pardo*/negative prime-target pairs and incongruence as White/negative and *Pardo*/positive prime-target pairs. For the *Pardo* vs. Black priming effect, we identified congruence as *Pardo*/positive and Black/negative prime-target pairs and incongruence as *Pardo*/negative and Black/positive prime-target pairs. With this scoring procedure, faster response latencies to congruent prime-target pairs as compared with incongruent ones would reveal a negative attitude towards Blacks as compared with Whites, *Pardos* as compared with Whites, and Blacks as compared with *Pardos*. The same calculation was carried out for the standard primes with congruence defined through positive/positive prime-target pairs and negative/negative prime-target pairs.

The standard priming effect deviated significantly from zero, $M = 29$ ms ($SD = 46$ ms), $t(475) = 13.76$, $p < .001$, $d = .63$ (note that testing the priming effects for a deviation from zero is equivalent to testing the full prime valence x target valence interaction). This result indicates that participants responded faster in valence-congruent trials (i.e., prime and target pairs of the same valence) than in valence-incongruent ones (i.e., prime and target pairs of different valence), thus signaling that prime valence systematically influenced target evaluations. There was no effect of age, $F(3,453) = 1.12$, $p = .34$, with children from all age ranges showing similar priming effects ($ts \geq 4.33$, $ps \leq .001$, $.50 \leq d \leq .79$). Additionally, neither race, $F(2,453) = 1.33$, $p = .26$, nor state, $F(1,453) = 1.58$, $p = .21$, influenced the standard priming effect. This result validates our general priming procedure as one that can produce expected patterns with children in this age range.

For the prejudice priming effects, we found significant effects (for the deviation from

zero) for the White vs. Black ($M = 5$ ms, $SD = 35$ ms), $t(475) = 3.43$, $p < .01$, $d = .14$, and for the *Pardo* vs. Black priming effect ($M = 4$ ms, $SD = 35$ ms), $t(475) = 2.26$, $p < .05$, $d = .11$. These results indicate that Whites and *Pardos* are implicitly preferred when compared to Blacks. The White vs. *Pardo* priming effect did not reach significance ($M = 2$ ms, $SD = 37$ ms), $t(475) = 1.12$, $p = .26$, signaling no implicit preference for Whites over *Pardos*.

Contrary to our expectations, there was no influence of age on any of the prejudice priming effects ($F_s \leq 2.24$, $p_s \geq .08$, $.008 \leq \eta^2 \leq .015$). The effect of participant race also failed to reach significance ($F_s \leq 1$). There was, however, an effect of state on the *Pardo* vs. Black priming effect, $F(1,453) = 3.92$, $p < .05$, $\eta^2 = .009$, with no effect in children from Rio Grande do Sul ($M = 1$ ms, $SD = 2$ ms) but a significant effect in children from Bahia ($M = 11$ ms, $SD = 5$ ms). For the White vs. Black and the White vs. *Pardo* priming effects, no effect of state was found ($F_s \leq 1.73$, $p_s \geq .19$, $.001 \leq \eta^2 \leq .004$).

IAT. From the 542 participants included in the sample, 531 completed the IAT. Among those who completed the task, 153 participants were excluded from the analyses due to a high number of errors ($\geq 20\%$). Hence, for the IAT, the final sample comprised 378 participants¹. The IAT was scored according to the improved algorithm (Greenwald, Nosek, & Banaji, 2003).

Overall, a significant IAT effect was found ($M = .41$, $SD = .44$), $t(377) = 18.39$, $p < .001$. We conducted one-sample t tests that compared mean IAT scores with zero. The three race groups showed a pro-White bias: White ($M = .56$, $SD = .38$, $t(146) = 17.58$, $p < .001$); *Pardo* ($M = .39$, $SD = .43$, $t(168) = 11.91$, $p < .001$); and Black children ($M = .13$, $SD = .44$, $t(61) = 2.37$, $p = .02$). The IAT score was submitted to a 2 (block order: compatible first vs. incompatible first) x 2 (state: Bahia vs. Rio Grande do Sul) x 3 (race: White vs. *Pardo* vs. Black) x 4 (participant's age: 6-7 vs. 8-9 vs. 10-11 vs. 12-14 years old) Univariate ANOVA. This analysis revealed a significant main effect of race $F(2,348) = 22.77$, $p < .001$, $\eta^2 = .116$, such that White children showed a higher pro-White bias than both *Pardo* ($p = .001$) and

Black children ($p < .001$). *Pardos* also showed a higher pro-White bias than Blacks ($p < .001$). No significant main effects of block order $F(1,348) = 2.20$, ns , $\eta^2 = .006$, state $F(1,348) = .03$, ns , $\eta^2 < .001$, or age $F(3,348) = 1.13$, ns , $\eta^2 = .010$ were found.

There was, however, a significant interaction between race and state $F(2,348) = 4.07$, $p = .02$, $\eta^2 = .023$, indicating the existence of a contextual influence on the implicit preference for Whites over Blacks when we consider participants' race. In Bahia, a state with a majority of *Pardos* and Blacks, there was a difference between races $F(2,81) = 11.04$, $p < .001$. While Whites ($M = .72$, $SD = .38$) showed more pro-White bias than *Pardos* ($M = .33$, $SD = .45$), $p = .003$, and Blacks ($M = .06$, $SD = .41$), $p < .001$, the difference between Blacks and *Pardos* did not quite reach significance ($p = .084$). By contrast, in the majority-White Rio Grande do Sul there was a different effect of race, $F(2,291) = 14.20$, $p < .001$. In this case, Whites ($M = .53$, $SD = .38$) and *Pardos* ($M = .42$, $SD = .42$) did not differ from each other ($p = .07$) but both showed higher pro-White bias than Blacks ($M = .16$, $SD = .45$), $p < .001$, and $p = .001$ respectively.

Explicit Measures

Group identification. From the 542 participants included in the sample, 527 completed the group identification task. In this task, each combination of races was presented twice to participants, so we created three contrasts: (1) identification with White as compared to Black, (2) identification with White as compared to *Pardo*, and (3) identification with *Pardo* as compared to Black. In each category, children could show identification exclusively with one race or could show a mixed pattern, identifying with one race in each trial. In Figure 1 we present mean identification rates for each contrast per participant race and state. Table 2 provides mean identification rates sub-divided by participant race, participant state, and the race contrast in question.

The three contrasts (i.e., White – *Pardo*, White – Black, and *Pardo* – Black) were recoded to 0%, 50%, and 100%, reflecting respectively a complete identification with *Pardo*

and Black, a partial identification with both races, and a complete identification with White and *Pardo*. These variables were then each submitted to a 2 (state: Bahia vs. Rio Grande do Sul) x 3 (race: White vs. *Pardo* vs. Black) x 4 (age: 6-7, 8-9, 10-11, 12-14 years old) Univariate ANOVA.

There was a significant main effect of race in all three identification contrasts: White – Black: $F(2,504) = 45.91, p < .001, \eta^2 = .154$; White – *Pardo*: $F(2,503) = 17.00, p < .001, \eta^2 = .063$; and *Pardo* – Black: $F(2,504) = 29.77, p < .001, \eta^2 = .106$. There was a significant main effect of state in the White – Black $F(1,504) = 17.69, p < .001, \eta^2 = .034$ and in the White – *Pardo* $F(1,503) = 21.65, p < .001, \eta^2 = .041$ contrasts. In both of them, children from Bahia ($M = 70.93\%, SE = 3.23\%$ and $M = 60.58\%, SE = 3.58\%$, respectively) more frequently identified themselves with Whites than children from Rio Grande do Sul ($M = 53.68\%, SE = 1.94\%$ and $M = 37.88\%, SE = 2.15\%$, respectively). There was no main effect of age in any of the contrasts and we only found an interaction between age and race on the *Pardo* – Black contrast $F(6,504) = 3.38, p = .003, \eta^2 = .039$, indicating that Black children tended to identify themselves with *Pardos* as they grew older. Finally, the analysis revealed a significant interaction between race and state in all three contrasts: White – Black: $F(2,504) = 13.51, p < .001, \eta^2 = .051$; White – *Pardo*: $F(2,503) = 12.02, p < .001, \eta^2 = .046$; and *Pardo* – Black: $F(2,521) = 14.64, p < .001, \eta^2 = .053$. The three-way interaction state x race x age was not significant $F(5,504) = .608, p = .694, \eta^2 = .006$.

In short, children from Rio Grande do Sul generally identified themselves with their own group. In Bahia, however, children from all three groups, including Blacks, identified themselves with lighter skin tones (see Table 2 and Figure 1 for details). Importantly, considering that children performed well in the pre-test categorization task, it is unlikely that their performance was a function of being unable to categorize by race.

Racial attitude. From the 542 participants included in the sample, 531 completed the racial attitude task. As the participants evaluated five children of each race in this task, we

computed the means for White, *Pardo* and Black targets separately. Overall, the mean evaluation was 5.42 ($SD = 1.08$) for White targets, 4.82 ($SD = 1.12$) for *Pardo* targets, and 4.59 ($SD = 1.31$) for Black targets, with all ratings lying on the positive side of the scale (i.e., greater than the scale midpoint, in this case, 4), $ps \leq .001$ and $ds \geq 5.02$. We submitted these means to a mixed repeated measures analysis of variance with age (6-7 x 8-9 x 10-11 x 12-14), participants' race (White, *Pardo*, Black), and State (BA, RS) as between-subjects factors (see Table 3 for a complete description of results). Results showed an effect of target race, $F(1.92, 973.71) = 68.47, p < .001, \eta^2 = 0.119$. Orthogonal Helmert contrasts showed a significant difference between the mean evaluation of Whites versus the remaining mean evaluations of *Pardos* and Blacks, $F(1, 508) = 105.49, p < .001, \eta^2 = .172$. The other contrast (i.e., the mean evaluation of *Pardos* versus Blacks) was significant as well, $F(1, 508) = 12.20, p < .01, \eta^2 = .023$, thus lighter skin was more positively evaluated when contrasted with darker skin tones. The two-way interaction between target race and age was not significant, $F(5.75, 973.71) = 1.26, p = .27$. The other two-way interactions target race and participant race, $F(3.83, 973.71) = 6.05, p < .001, \eta^2 = .023$, and target race and state, $F(1.92, 973.71) = 5.81, p < .01, \eta^2 = .011$, were significant. Importantly, the three-way interaction target race x participant race x state was significant, $F(3.83, 973.71) = 2.72, p = .03, \eta^2 = .011$.

These interactions were significant with regard to the contrast between the mean evaluation of Whites versus the remaining mean evaluation of *Pardos* and Blacks, for the interaction with race, $F(2, 508) = 9.75, p < .001, \eta^2 = .037$, and for the interaction with state, $F(1, 508) = 8.17, p < .01, \eta^2 = .016$. To explore them, we subtracted the mean of the evaluation of *Pardos* and Blacks from the mean evaluation of Whites (i.e., a explicit race bias favoring Whites over *Pardos* and Blacks).

With regard to the race effect, the explicit race bias was significantly greater than zero in the three race groups, $ts \geq 3.33, ps \leq .01, .35 \leq ds \leq .81$. There was however a significant

difference between race groups, $F(2, 528) = 6.52, p < .01$. The explicit race bias was smaller among Black ($M = .36, SD = 1.02$) than among White ($M = .85, SD = 1.05$), $p < .01$, and *Pardo* children ($M = .71, SD = 1.11$), $p < .05$, with White and *Pardo* children showing a similar pattern of preferences, $p = .54$.

With regard to the state effect, the explicit race bias was significantly greater than zero in the two states, $ts \geq 8.43, ps \leq .001, .63 \leq ds \leq .72$. The explicit race bias was larger in Bahia ($M = .88, SD = 1.21$) than in Rio Grande do Sul ($M = .65, SD = 1.03$), $t(529) = 2.17, p = .03, d = .20$.

The three-way interaction target race x participant race x state was significant, $F(3.83, 973.71) = 2.72, p = .03, \eta^2 = .011$. Again, the interaction was significant with regard to the contrast between the mean evaluation of Whites versus the remaining mean evaluation of *Pardos* and Blacks, $F(2, 508) = 3.94, p < .05, \eta^2 = .015$. White, *Pardo*, and Black children from Bahia and Rio Grande do Sul showed explicit race biases greater than zero, $ts \geq 2.11, ps \leq .04, .28 \leq ds \leq 1.22$. The pattern of differentiation among race groups was different within states though. In Bahia, *Pardo* ($M = .74, SD = 1.19$) and Black children ($M = .49, SD = .90$) showed explicit race biases of the same magnitude, $p = .57$. White children ($M = 1.54, SD = 1.26$) showed a greater explicit race bias than *Pardo*, $p = .003$, and Black children, $p = .001$. In Rio Grande do Sul, White ($M = .72, SD = .96$) and *Pardo* children ($M = .70, SD = 1.07$) showed explicit race biases of the same magnitude, $p = .98$. Black children ($M = .30, SD = 1.08$) showed a smaller explicit race bias than *Pardo*, $p = .03$, and White children, $p = .02$.

The other three-way interactions (target race x age x race, and target race x age x state) and the four-way interaction (target race x age x race x state) were not significant, $F_s \leq 1.54, ps \geq .16$.

Association between race and wealth. Overall, Whites were associated with wealth in 73.97% of trials ($SD = 21.56\%$), *Pardos* in 48.86% ($SD = 16.63\%$), and Blacks in 27.69% ($SD = 21.94\%$). The White/wealth association was greater than chance (i.e., 50%), $t(472) =$

24.18, $p < .001$, $d = 3.43$. The *Pardo*/wealth association did not differ from chance level, $t(472) = -1.49$, $p = .14$. Finally, the Black/wealth association was smaller than chance level, $t(472) = -22.11$, $p < .001$, $d = 1.26$.

We analyzed the results of the association between race and wealth by using a mixed repeated measures analysis of variance in which the dependent variables were the percentage of trials in which each race was associated with wealth. We included age (6-7 x 8-9 x 10-11 x 12-14), participant race (White x *Pardo* x Black), and state (Bahia x Rio Grande do Sul) as between-subjects factors. Findings revealed only a significant main effect of wealth association, $F(1.90, 860.19) = 156.10$, $p < .001$, $\eta^2 = .257$. Orthogonal Helmert contrasts showed a significant difference between the White/wealth association and the remaining *Pardo* and Black/wealth associations, $F(1, 452) = 220.41$, $p < .001$, $\eta^2 = .328$. The other contrast (i.e., *Pardo*/wealth versus Black/wealth) was also significant, $F(1, 452) = 70.00$, $p < .001$, $\eta^2 = .134$, showing that lighter skin tones were *always* more strongly associated with wealth when contrasted with darker skin tones. The two-way interactions wealth x age, wealth x race, and wealth x state were not significant, $F_s \leq 1.32$, $p_s \geq .27$. Neither the three-way interactions (wealth x age x race, wealth x age x state, and wealth x race x state) nor the four-way interaction (wealth x age x race x state) were significant, $F_s \leq 1.60$, $p_s \geq .09$.

Preference for race and wealth. The results obtained with the two five-point liking scales were transformed to three-point scales, in which items 1 (“*I like Whites/rich people much better than Blacks/poor people*”) and 2 (“*I like Whites/rich people a little better than Blacks/poor people*”) were considered as preference for Whites/rich people, item 3 (“*I like rich people and poor people equally*”) was considered as no preference for neither Whites/rich people nor Blacks/poor people, and items 4 (“*I like Blacks/poor people much better than Whites/rich people*”) and 5 (“*I like Blacks/poor people a little better than Whites/rich people*”) as preference for Blacks/poor people. After that, the scores were submitted to Generalized Linear Models in which the preference for race/wealth was the

dependent variable and participant's age (6-7 vs. 8-9 vs. 10-11 vs. 12-14 years old) and race (White vs. *Pardo* vs. Black) were the factors².

The analysis of the preference for race revealed a significant main effect of age ($\chi^2_{LR} = 9.68$, $df = 3$, $p = .021$). Children aged 6-7 showed higher preference for Whites than those aged 8-9 ($p = .012$), 10-11 ($p < .001$) and 12-14 ($p < .001$). No significant main effect of race ($\chi^2_{LR} = 5.03$, $df = 2$, ns) was found. Also, no interaction between age and race ($\chi^2_{LR} = 7.81$, $df = 6$, ns) was found.

The analysis of the preference for wealth revealed a significant main effect of age ($\chi^2_{LR} = 26.64$, $df = 3$, $p < .001$). Children aged 6-7 showed the same preference for rich people than those aged 8-9 ($p = .122$) and higher preference than those aged 10-11 ($p < .001$) and 12-14 ($p = .005$). No significant main effect of race ($\chi^2_{LR} = 1.26$, $df = 2$, ns) was found. Also, no interaction between age and race ($\chi^2_{LR} = 11.02$, $df = 6$, ns) was found.

Relation between explicit and implicit measures. Multiple regression analysis was conducted to examine the relationship between implicit preference for Whites (over Blacks) as measured by the IAT and explicit preference for Whites (over Blacks). To parallel results from the IAT, we created a relative explicit preference score by subtracting the mean of White preference from the mean of Black preference such that positive numbers indicated an explicit preference for White over Black.

We thus regressed explicit preference on mean-centered IAT scores, age, and their two-way interaction. This analysis revealed that the effect of the IAT score on the explicit preference for Whites depends on age. The standardized B and *t* values that emerged from this analysis are presented in Table 3.

Figure 2 presents the relationship between the IAT score and the explicit preference for Whites at high (+1 *SD* from mean) and low (-1 *SD* from mean) age values. According to this figure, among younger children, the IAT score predicts the explicit preference for Whites,

Standardized B = .33, *t* = 4.93, *p* < .001. This relationship however disappears among older children, *Standardized B* = .05, *t* = .75, *ns*.

In order to check whether or not the relationship between the implicit preference as measured by EP and explicit preference depends on age, we used the same analysis strategy, except that for EP we ran three multiple regressions with the following variables: (1) implicit preference for Whites (over Blacks) and explicit preference for Whites (over Blacks), (2) implicit preference for Whites (over *Pardos*) and explicit preference for Whites (over *Pardos*), and (3) implicit preference for *Pardos* (over Blacks) and explicit preference for *Pardos* (over Blacks). These analyses revealed that the effects of EP on the explicit preference scores do not depend on age. The standardized *B* and *t* values that emerged from these analyses are presented in Table 4. As can be seen, age always predicted explicit preference, such that the older the child, the weaker the explicit preference. The EP (White vs. Black) only predicted the explicit preference for White (over Black), such that the greater the implicit preference, the smaller the explicit one. None of the EP x Age interactions reached significance.

Discussion

A major focus of this study was potential regional differences between children growing up in Bahia and Rio Grande do Sul. Albeit part of the same country, they could hardly be more different from each other in terms of racial demographics, and these contextual disparities were visible in some of the patterns we observed. One of the most striking findings was provided by the explicit group identification task. While children from Rio Grande do Sul generally identified themselves with their own group, clearly indicating the existence of three racial groups, those from Bahia identified themselves with lighter skin tones, particularly with Whites, independent of whether they were Whites, *Pardos* or Blacks.

In their seminal work Clark and Clark (1947) found that, in spite of preferring White dolls, Black children still identified themselves more with Blacks than with Whites. Hence,

these results from Bahia are surprising. When considering the big picture, however, they start to make sense. There is a common belief in Brazil that people from the South are more prejudiced than those from the North because of the higher number of Whites who live there. Higher levels of diversity do not necessarily imply lower levels of prejudice though. The majority of population having darker skin in Bahia makes the social and economical differences even more pronounced there. Although there are more Blacks and *Pardos* and a seemingly valorization of the African heritage in Bahia, the few Whites in the state are those who have higher social and economic status. According to the results of this study, this reality seems to be clear even for children as young as six who, even being Black, identify themselves with Whites. At the same time, it is important to stress that race categorization was a self-report measure in this study. Thereby, notwithstanding Bahian *Pardo* and Black children identified themselves with Whites they were aware of their own race. The implications of this identification process in these children's self-esteem have yet to be assessed.

With regard to the implicit measures, both showed some interesting results. On the EP, both *Pardos* and Whites were implicitly preferred when compared to Blacks. Surprisingly, there was no influence of age on any of the prejudice priming effects. The only previous study that used EP with children found an increase in implicit bias favoring the dominant social group over time, with younger participants (5th and 6th grades) not showing significant priming effects, contrary to the older ones (7th and 8th grades) (Degner & Wentura, 2010). In our study the standard priming effect, with children responding faster in congruent than in incongruent trials, indicated that the general priming procedure was valid for children in this age range. This result is important because, as this seems to be the first study to use the EP with children as young as six years old, we did not know if the task would be successful in assessing their automatic and spontaneous evaluations. Nevertheless, even adapted to become child friendly, the EP demanded high levels of attention and took alone around 20 minutes to

be completed by children aged six and seven, which is far more time than suitable for children so young. In addition, since we were interested in children's attitudes toward *Pardos*, our procedure included a third priming category, which may have influenced the task effectiveness. Therefore, we cannot affirm for sure if EP results were different from expected because age indeed did not affect exemplar-based implicit preferences or because of some procedural issue. In any case, our findings suggest some prudence in the use of EP with younger children and the possible need of a different child-friendly measure to assess exemplar-based prejudice automatization in this population (such as the Affect Misattribution Procedure; Dunham & Emory, 2014).

The IAT, on the other hand, have been used several times with children (e.g., Baron & Banaji, 2006; Degner & Wentura, 2010; Dunham et al., 2014; Newheiser & Olson, 2012) and our results confirmed previous findings (Dunham et al., 2006, 2007, 2008) regarding the stability of implicit category-based racial attitudes throughout time. As expected, there was no influence of age on IAT scores. Also, the three racial groups presented a pro-White bias, confirming that the tendency to prefer the ingroup can be reversed by the preference for high status when status disparities are too salient (as shown by Newheiser et al., 2014). This result is also in line with System Justification Theory, according to which members of nondominant social groups may tend to implicitly prefer the outgroup as a way to legitimize and perpetuate the *status quo* (Jost & Banaji, 1994; Jost, Banaji, & Nosek, 2004).

Interestingly, there was a contextual difference involving *Pardo* participants on the IAT. In both states *Pardos* behaved not as a third independent group but as one of the two main racial groups. We expected that, being an intermediate status group, they would present implicit attitudes similar to Whites, so as to differentiate themselves from Blacks (see Dunham et al., 2014). This pattern only happened in Rio Grande do Sul though, where *Pardos'* IAT scores did not differ from those of Whites. In Bahia *Pardos* presented the same pro-White bias as did Blacks.

Another important finding of this study was that in younger children, but not in the older ones, the implicit racial preference as measured by the IAT predicted the explicit preference for Whites. The notion that younger children tend to say what they really think and that this behavior changes over time when they learn social norms is widely accepted (Hailey & Olson, 2013; Raabe & Beelmann, 2011). Also, many studies have shown that IAT scores regarding racial attitudes tend to remain stable throughout development (Baron & Banaji, 2006; Dunham, Baron, & Banaji, 2006, 2007; Dunham, Chen, & Banaji, 2013; Newheiser & Olson, 2012; Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005). However, to the best of our knowledge this is the first study to present a direct evidence of this relationship between explicit and implicit racial prejudice. We suppose that can be due to the explicit measure that was used. On their analysis, Newheiser and colleagues (2014) considered the results of the scale in which participants indicated how much they liked Whites and Blacks and found that the results of this explicit measure were not associated with IAT scores. Instead of including the results of this measure on the regression analysis we used participants ratings of the pictures of children from different races. As this score is based on five independent ratings for each race this is probably a more consistent measure of explicit attitude than a simple explicit question. If following studies confirm our assumptions, this may be an important contribution for the study of the relationship between explicit and implicit racial attitudes.

In conclusion, the present study was a comprehensive research effort that involved two contexts, three races and seven measures, five explicit and two implicit. To the extent of our knowledge, no past investigation has looked much at within country variation and our results show that they can be just as pronounced as between-country and between-race. Also, if implicit category-based racial prejudice seems to be only partially affected by contextual differences, the same cannot be said about group identification. We did not measure the impact of the incongruence between racial categorization and group identification in Bahian children and this remain an important open question. This study has some limitations, such as

the unbalanced sample considering both states and races. In spite of that, our data add some important considerations regarding contextual influences on the development of racial attitudes in children.

References

- About, F. (1988). *Children and prejudice*. London: Blackwell Publishers.
- Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2006). The development of implicit attitudes evidence of race evaluations from ages 6 and 10 and adulthood. *Psychological Science, 17*(1), 53-58.
- Bigler, R.S., & Liben, L.S. (2006). A developmental intergroup theory of social stereotypes and prejudice. In R.V. Kail (Ed.), *Advances in child development and behavior* (Vol. 34, pp. 39-89). San Diego: Elsevier.
- Brauer, M., Wasel, W., & Niedenthal, P. (2000). Implicit and explicit components of prejudice, *Review of General Psychology, 4*(1), 79-101.
- Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE (2008). *Características étnico-raciais da população: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE (2011). *Resultados preliminares do censo demográfico 2010*. Retrieved from http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb & E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Cvencek, D., Greenwald, A. G., & Meltzoff, A. N. (2011). Measuring implicit attitudes of 4-year-olds: The preschool implicit association test. *Journal of Experimental Child Psychology, 109*(2), 187-200.
- Da Costa, A. E. (2014). Confounding anti-racism: Mixture, racial democracy, and post-racial politics in Brazil. *Critical Sociology, 1*-19. doi: 10.1177/0896920513508663

- De Houwer, J. (2003). A structural analysis of indirect measures of attitudes. In J. Musch & K. C. Klauer (Eds.), *The Psychology of Evaluation: Affective Processes in Cognition and Emotion* (pp. 219-244). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Degner, J., & Wentura, D. (2010). Automatic prejudice in childhood and early adolescence. *Journal of Personality and Social Psychology, 98*, 356-374. doi:10.1037/a0017993
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2010). Intergroup bias. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th ed., Vol. 2, pp. 1084-1121). New Jersey: Wiley.
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2006). From American city to Japanese village: A cross-cultural investigation of implicit race attitudes. *Child Development, 77*(5), 1268-1281.
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2007). Children and social groups: A developmental analysis of implicit consistency in Hispanic Americans. *Self Identity, 6*, 238-255. doi:10.1080/15298860601115344
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2008). The development of implicit intergroup cognition. *Trends in Cognitive Science, 12*(7), 248-253. doi: 10.1016/j.tics.2008.04.006
- Dunham, Y., Chen, E. E., & Banaji, M. R. (2013). Two Signatures of Implicit Intergroup Attitudes Developmental Invariance and Early Enculturation. *Psychological Science, 24*(6), 860-868.
- Dunham, Y. & Degner, J. (2013). From categories to exemplars (and back again). In Banaji, M. R. & Gelman, S. A. (Eds.), *Navigating the social world: What infants, children, and other species can teach us*. New York: Oxford University Press.
- Dunham, Y. & Emory, J. (2014). Of affect and ambiguity: The emergence of preference for arbitrary ingroups. *Journal of Social Issues, 70*(1), 81-98.

- Dunham, Y., Newheiser, A.-K., Hoosain, L., Merrill, A., & Olson, K. R. (2014). From a different vantage: Intergroup attitudes among children from low- and intermediate-status racial groups. *Social Cognition, 32*(1), 1-21. doi:10.1521/soco.2014.32.1.1
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology, 69*, 1013-1027.
- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology, 54*, 297-327. doi: 10.1146/annurev.psych.54.101601.145225
- Gawronski, B. (2009). Ten frequently asked questions about implicit measures and their frequently supposed, but not entirely correct answers. *Canadian Psychology, 50*(3), 141-150. doi: 10.1037/a0013848
- Gawronski, B., Sherman, J. W., & Trope, Y. (2014). Two of what? A conceptual analysis of dual-process theories. In J. W. Sherman, B. Gawronski, & Y. Trope (Eds.), *Dual-process theories of the social mind* (pp. 3-19). New York: Guilford Press.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review, 102*, 4-27.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*, 1464-1480.
- Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the Implicit Association Test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology, 85*(2), 197-216. doi: 10.1037/0022-3514.85.2.197
- Hailey, S. E., & Olson, K. R. (2013). A social psychologist's guide to the development of racial attitudes. *Social and Personality Compass, 7*, 457-469. doi: 10.1111/spc3.12038

- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2-3), 61-83. doi: 10.1017/S0140525X0999152X
- Inquisit 4.0 [Computer software]. (2013). Seattle, WA: Millisecond Software.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1–27. doi: 10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of System Justification Theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25(6), 881-919. doi:10.1111/j.1467-9221.2004.00402.x
- Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbert, B. N. (2008). *International affective picture system (IAPS): Affective ratings of pictures and instruction manual*. Technical Report A-8. University of Florida, Gainesville, FL.
- McGlothlin, H., & Killen, M. (2010). How social experience is related to children's intergroup attitudes. *European Journal of Social Psychology*, 40, 625–634.
- McKeague, L., Driscoll, C. O., Hennessy, E., & Heary, C. (2015). Using implicit measures to explore children's intergroup attitudes: methodological and practical considerations for researchers. *International Journal of Social Research Methodology*, 18(1), 1-13. doi: 10.1080/13645579.2013.830829
- Newheiser, A-K., Dunham, Y., Merrill, A., Hoosain, L., & Olson, K. R. (2014). Preference for high status predicts implicit outgroup bias among children from low-status groups. *Developmental Psychology*, 50(4), 1081-1090. doi: 10.1037/a0035054
- Newheiser, A-K. & Olson, K. R. (2012). White and Black American children's implicit intergroup bias. *Journal of Experimental Social Psychology*, 48, 264-270. doi: 10.1016/j.jesp.2011.08.011
- Nosek, B. A. (2007). Implicit–explicit relations. *Current Directions in Psychological Science*, 16(2), 65-69.

- Nosek, B. A., Banaji, M. R., & Greenwald, A. G. (2002). Harvesting implicit group attitudes and beliefs from a demonstration web site. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 6(1), 101-115. doi:10.1037//1089-2699.6.1.101
- Nosek, B. A., Smyth, F. L., Hansen, J. J., Devos, T., Lindner, N. M., Ranganath, K. A., ... Banaji, M. R. (2007). Pervasiveness and correlates of implicit attitudes and stereotypes. *European Review of Social Psychology*, 18, 36-88.
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2003). Relations between implicit measures of prejudice: What are we measuring? *Psychological Science*, 14(6), 636-639. doi: 10.1046/j.0956-7976.2003.psci_1477.x
- Olson, K.R. & Dunham, Y.D. (2010). The development of implicit social cognition. In B. Gawronski & B. Keith Payne (Eds). *Handbook of Implicit Social Cognition: Measurement, Theory, and Applications*. New York: Guilford.
- Olson, K. R., Shutts, K., Kinzler, K. D., & Weisman, K. G. (2012). Children associate racial groups with wealth: Evidence from South Africa. *Child Development*, 83(6), 1884-1899. doi: 10.1111/j.1467-8624.2012.01819.x
- Raabe, T., & Beelmann, A. (2011). Development of ethnic, racial, and national prejudice in childhood and adolescence: A multinational meta-analysis of age differences. *Child Development*, 82(6), 1715-1737. doi: 10.1111/j.1467-8624.2011.01668.x
- Rae, J. R., Newheiser, A-K., & Olson, K. R. (2015). Exposure to racial out-groups and implicit race bias in the United States. *Social Psychological and Personality Science*, 6(5), 535-543. doi: 10.1177/1948550614567357
- Rutland, A., Cameron, L., Milne, A., & McGeorge, P. (2005). Social norms and self-presentation: Children's implicit and explicit intergroup attitudes. *Child Development*, 76(2), 451-466.
- Telles, E. E. (2002). Racial ambiguity among the Brazilian population. *Ethnic and Racial Studies*, 25(3), 415-441. doi: 10.1080/01419870252932133

Telles, E. E. (2003). *Race in another America: The significance of skin color in Brazil*.

Princeton: Princeton University Press.

Tukey, J. W. (1977). *Exploratory data analysis*. Reading: Addison-Wesley.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Os jovens do Brasil: Mapa da violência 2014*. Brasília.

Footnotes

1. A less stringent exclusion criterion (i.e., error rate $\geq 25\%$) led to the inclusion of 444 participants (i.e., 86% of the those who completed the IAT) and to qualitatively similar results overall and by race. However, for the sake of coherence, we decided to employ the same exclusion criterion for both the IAT and the EP task (i.e., error rate $\geq 20\%$).
2. Analyzing the data with preference for race and wealth as continuous variables produced very similar patterns of results. By submitting the preference for race and for wealth to a 2 (age: 6-7 vs. 8-9 vs. 10-11 vs. 12-14 years old) x 2 (race: White vs. *Pardo* vs. Black) GLM ANOVA we found a significant main effect of age for both the preference for wealth and race ($F_s \geq 4.50, p_s < .01$). Children aged 6-7 years showed higher preference for Whites and rich people than those aged 8-9, 10-11, and 12-14 years. There was neither an effect of race ($F_s \leq 2.35, ns$) nor an age x race interaction ($F_s \leq 1.57, ns$).

Tables and Figures

Table 1.

Average Prime Ratings for the Three Groups of Primes among Participants from RS and BA.

Ratings for the race columns reflect the percentage of times a prime image was placed into the labeled category; ratings for facial expression and pleasantness reflect average ratings on a 7-point scale; *p*-values correspond to the difference between ratings as a function of race category.

	Race			Facial Expression				Pleasantness			
	White	<i>Pardo</i>	Black	White	<i>Pardo</i>	Black	<i>p</i>	White	<i>Pardo</i>	Black	<i>p</i>
RS	99%	83%	95%	4.52	4.61	4.34	.76	4.71	4.84	4.82	.90
BA	92%	80%	93%	4.56	4.75	4.40	.64	4.87	5.11	5.10	.63

Table 2.

Mean identification rate (and 95% confidence intervals) sub-divided by state, race contrast, and participant race (values are rounded).

	Rio Grande do Sul			Bahia		
	White-Black	White-Pardo	Pardo-Black	White-Black	White-Pardo	Pardo-Black
White	92 [89; 95]	72 [66; 77]	89 [86; 92]	81 [69; 94]	61 [47; 75]	75 [63; 87]
Pardo	55 [48; 62]	32 [26; 38]	70 [64; 77]	64 [55; 73]	54 [44; 63]	66 [56; 75]
Black	14 [6; 21]	10 [4; 16]	22 [14; 30]	67 [52; 82]	67 [52; 83]	60 [44; 77]

Table 3.

Multiple Regression Analysis Predicting Explicit Preference for Whites from IAT Score, Age and their Interaction.

Variables	Standardized B	<i>t</i>
Constant		11.48 ^{***}
IAT score	.19	3.96 ^{***}
Age	-.24	-5.03 ^{***}
IAT score x Age	-.14	-2.80 ^{**}

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Table 4.

Multiple Regression Analysis Predicting Explicit Preference from EP Score, Age and their Interaction for White vs. Black, White vs. Pardo, and Pardo vs. Black

Variables	Explicit Preference (White vs. Black)		Explicit Preference (White vs. Pardo)		Explicit Preference (Pardo vs. Black)	
	Standardized	<i>t</i>	Standardized	<i>t</i>	Standardized	<i>t</i>
	B		B		B	
Constant		13.75***				
EP (White vs. Black)	-.10	-2.20*				
Age	-.28	6.37***				
EP (White vs. Black) x Age	.04	.97				
Constant				12.15***		
EP (White vs. Pardo)			-.06	-1.34		
Age			-.22	-4.84***		
EP (White vs. Pardo) x Age			-.05	-1.12		
Constant						4.33***
EP (Pardo vs. Black)					-.06	-1.21
Age					-.12	-2.60**
EP (Pardo vs. Black) x Age					.00	.00

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

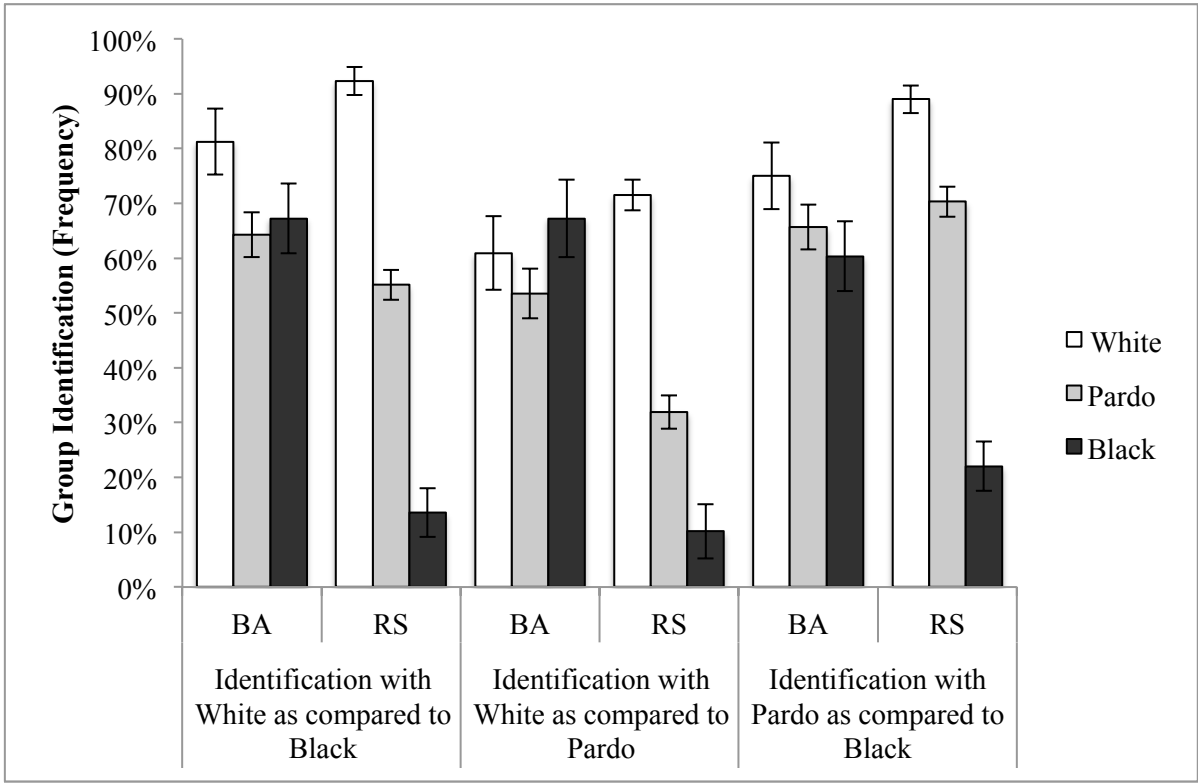


Figure 1. Results of the group identification task by race and state. Error bars denote +/- 1 SE.

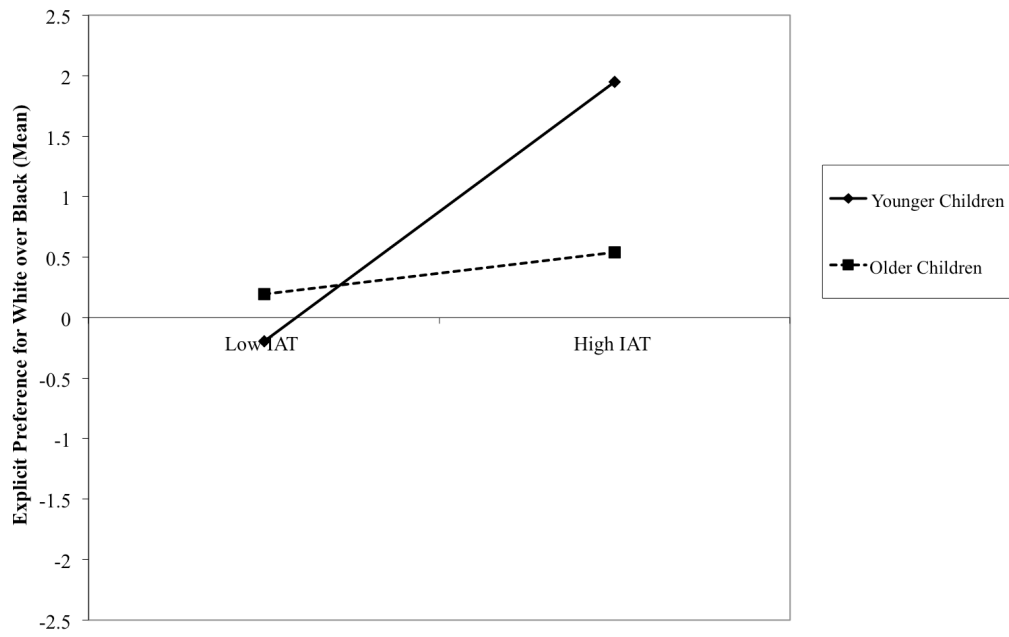


Figure 2. Interaction between the explicit preference for Whites (over Blacks) and the IAT scores in younger and older children.

CAPÍTULO V

Título abreviado: DIFERENÇAS DE CATEGORIZAÇÃO RACIAL

Diferenças de categorização racial na Bahia, no Rio Grande do Sul e nos Estados Unidos

Airi M. Sacco
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Maria Clara P. de Paula Couto
Instituto de Psiquiatria
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina
Universidade de São Paulo

Yarrow Dunham
Departamento de Psicologia
Yale University

Sílvia H. Koller
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

O objetivo deste estudo foi comparar a categorização racial realizada na Bahia, no Rio Grande do Sul e nos Estados Unidos. Participaram do estudo 374 adultos (207 mulheres e 167 homens), 66 na Bahia, 117 no Rio Grande do Sul e 191 nos Estados Unidos. Os participantes avaliaram 118 retratos frontais de crianças brasileiras de acordo com a cor da pele/raça (“branca, parda ou preta” no Brasil, “white, multiracial ou black” nos Estados Unidos). Na análise de 41 fotografias não houve diferenças significativas entre a categorização racial realizada nas três localidades. Em outros 46 casos, a categorização efetuada por participantes da Bahia e dos Estados Unidos foi significativamente diferente daquela realizada no Rio Grande do Sul. Enquanto os gaúchos mostraram tendência a “branquear” os retratos, baianos e norte-americanos foram mais restritivos com o uso da categoria branca e utilizaram mais a categoria parda. Os resultados revelaram que a categorização racial está diretamente relacionada ao contexto no qual é realizada.

Palavras-chave: categorização racial; hipodescendência; preconceito racial; racismo; psicologia social

Abstract

The purpose of this study was to compare racial categorization in Bahia, Rio Grande do Sul and the United States. Participants were 374 adults (207 women and 167 men), 66 from Bahia, 117 from Rio Grande do Sul and 191 from the United States. Participants assessed 118 frontal pictures of Brazilian children according to race (“branca, parda or preta” in Brasil, and White, Multiracial or Black in the United States). There was no significant differences between locations in the analysis of 41 portraits. In 46 cases, categorization performed in Bahia and the United States was significantly different from Rio Grande do Sul. While *gaúchos* showed a tendency to whiten the children, *baianos* and Americans were more restrictive with the use of the White category and used more the multiracial category. Results revealed that racial categorization is directly related to the context in which it is performed.

Keywords: racial categorization; hipodescent; racial prejudice; racism; social psychology

Resumen

El objetivo de este estudio fue comparar la categorización racial realizada en Bahía, Rio Grande del Sur y Estados Unidos. Participaron 374 adultos (207 mujeres y 167 hombres), 66 en Bahía, 117 en Rio Grande del Sur y 191 en Estados Unidos. Los participantes examinaron 118 retratos de niños brasileños de acuerdo con su raza (“*branca, parda, preta*” en Brasil, “*white, multiracial, black*” en Estados Unidos). En el análisis de 41 fotografías no hubo diferencias significativas entre los tres lugares. En otros 46 casos, la categorización efectuada por participantes de Bahía y Estados Unidos fue significativamente diferente de la de Rio Grande del Sur. Mientras participantes del Sur de Brasil mostraban una tendencia a utilizar más la categoría blanca, bahianos y norteamericanos fueron más restrictivos en su uso, recurriendo más a la parda. Los resultados revelan que la categorización racial está directamente relacionada al contexto en el cual se realiza.

Palabras clave: categorización racial; hipo-descendencia; prejuicio racial; racismo; psicología social

Diferenças de categorização racial na Bahia, no Rio Grande do Sul e nos Estados Unidos

A categorização social exerce um papel importante nas relações humanas. Sexo, idade e cor/raça são algumas das características mais salientes no contato diário entre indivíduos e, por isso, utilizadas para categorizar as pessoas em grupos distintos: homens e mulheres, jovens e idosos, brancos e pretos, por exemplo. Esse tipo de categorização depende de poucas pistas ambientais e ocorre de forma muito rápida (Bartholow & Dickter, 2008; Fiske, 1998). Contudo, a facilidade com a qual categorizamos esses grupos traz consigo também os estereótipos atrelados a cada um deles (Fiske, 1998). A supressão desses estereótipos requer algum esforço para que não sejam ativadas preferências por um grupo social ou outro (Devine, 1989), o que daria origem ao preconceito.

Enquanto as definições de sexo e idade estão atreladas a noções biológicas, o conceito de raça é basicamente uma construção social (Pena & Birchall, 2006). Por estar relacionada a eventos sociais, históricos e culturais, a categorização racial sofre forte influência contextual (Chen & Hamilton, 2012; Gonçalves, 2010; Telles, 2002). No caso específico do preconceito racial, portanto, é importante compreender como a categorização em grupos de cor/raça ocorre e como esse processo pode ser distinto de acordo com o local com o qual está relacionado. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar a categorização racial em três locais distintos, dois dentro de um mesmo país: a Bahia, o Rio Grande do Sul e os Estados Unidos. Bahia e Rio Grande do Sul foram escolhidos em virtude das diferenças que os caracterizam em termos culturais e de composição racial da população. Enquanto a Bahia é um estado de colonização predominantemente africana, e que concentra a maior proporção de pessoas que se declararam pretas (17%) no último censo brasileiro, o Rio Grande do Sul possui grande influência europeia e apresenta a segunda maior discrepância entre o percentual de brancos (84%) e pretos (6%) no país (IBGE, 2011). Já os Estados Unidos foram incluídos devido às características históricas e culturais que o diferenciam do Brasil no que diz respeito às políticas de segregação racial e às categorias raciais empregadas. Em sociedades que

apresentam elevados índices de preconceito racial, como ocorre no Brasil e nos Estados Unidos, é importante compreender como os indivíduos são categorizados racialmente por seus conterrâneos.

Categorização Racial no Brasil

No Brasil, a categorização racial fundamenta-se na aparência e tem como base principalmente a cor da pele e os traços físicos. Assim, quando o brasileiro refere-se a alguém como sendo branco, pardo ou preto, essa impressão está associada não apenas à cor da pele, mas também a elementos como formato do nariz e dos lábios, tipo e cor dos cabelos (Rocha & Rosemberg, 2007; Telles, 2003).

A nomenclatura oficial relacionada à cor/raça utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sofreu algumas variações durante os anos. No primeiro censo demográfico brasileiro, por exemplo, realizado em 1872, as categorias disponíveis eram branco, pardo, preto e caboclo. Já no segundo censo, em 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço (IBGE, 2008). No último (IBGE, 2011), a pergunta referente à cor/raça do participante oferecia como resposta as categorias branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

Alguns autores criticam a opção do IBGE de utilizar a nomenclatura pretos e pardos porque, segundo eles, a população em geral não se identificaria com esses termos (Rocha, & Rosemberg, 2007). Além daquele utilizado pelo IBGE, no Brasil existiriam outros dois sistemas principais de classificação racial: (a) o popular, que emprega um número variado de categorias, com destaque para o termo morenos; e (b) o dos movimentos negros, que utiliza apenas as duas categorias brancos e negros, sendo que essa última inclui também os pardos. Apesar de ser popularmente utilizado, o termo moreno não costuma ser empregado academicamente devido à sua ambiguidade, visto que pode fazer referência tanto a pessoas brancas que têm cabelos pretos quanto a pessoas pardas e até mesmo pretas. Embora também não exista uma definição do que seja o termo pardo, é senso comum que ele está compreendido no *continuum* entre os extremos branco e preto (Telles, 2003).

No Brasil, 43% das pessoas se declararam pardas no último censo (IBGE, 2011).

Quase metade da população brasileira, portanto, considerou fazer parte de uma categoria que está na posição intermediária do *continuum* de cores que caracteriza o país. A existência de um numeroso terceiro grupo racial no Brasil, além dos extremos branco e preto, torna a categorização racial um fenômeno ainda mais complexo do que em locais nos quais essa categorização é dicotômica (Telles, 2002). Grupos intermediários como o dos pardos são frequentemente caracterizados por uma certa ambiguidade, o que faria com que pudessem ser categorizados de maneira distinta dependendo de quem está fazendo a avaliação (Blascovich, Wyer, Swart, & Kibler, 1997; Chen & Hamilton, 2012).

Na revisão de literatura não encontramos estudos que tenham feito referência à existência de diferentes padrões de categorização racial na Bahia e no Rio Grande do Sul especificamente. Apesar disso, e tendo como base os estudos que indicam a influência do contexto na categorização racial (Gonçalves, 2010; Telles, 2002), optamos por incluir os dois estados nesta pesquisa em virtude das diferentes características sociodemográficas e culturais que os constituem. O intuito foi verificar se, mesmo fazendo parte de um mesmo país, esses dois contextos são distintos a ponto de apresentar padrões de categorização racial divergentes, como poderia ocorrer em uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, por exemplo.

Categorização Racial nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a categorização racial fundamenta-se não na aparência, mas na ascendência. Em virtude das leis de segregação racial, que vigoraram até meados da década de 60, foi necessário estabelecer critérios de classificação racial objetivos, que contemplassem uma definição clara de quem poderia ser considerado branco ou preto, por exemplo (Gullickson & Morning, 2011). A solução encontrada foi basear o sistema norte-americano de categorização racial na ancestralidade. Assim, uma pessoa que tivesse qualquer traço de ascendência negra, seria considerada negra, o que constituiu a “regra de uma gota” (*one-drop rule*). Essa regra está baseada em uma lógica de hipodescendência, segundo a qual uma

criança filha de pais com cores/raças diferentes será sempre considerada como pertencente ao grupo racial de menor *status* social (Peery & Bodenhausen, 2008). No caso de ser filha de pai branco e mãe preta, por exemplo, a criança seria considerada preta.

Atualmente, as cinco categorias raciais utilizadas oficialmente são: índio americano ou nativo do Alasca, asiático, preto ou afro-americano, nativo havaiano ou de outras ilhas do Pacífico, e branco. Cada uma delas tem as suas definições específicas. Preta ou afro-americana, por exemplo, é a pessoa que “tem a sua origem em qualquer um dos grupos raciais pretos da África”. Branca, por sua vez, é aquela que “tem a sua origem em qualquer um dos povos originários da Europa, do Oriente Médio, ou do Norte da África” (US Department of Education, 2007, p.A2). Além da categorização racial, nos Estados Unidos também é utilizada uma classificação étnica, que consiste somente nas categorias: “hispanico ou latino” e “não hispanico ou latino” (US Department of Education, 2007).

A partir de 1997, o sistema oficial de classificação racial norte-americano permitiu que respondentes optassem por mais de uma categoria quando a categorização racial fosse realizada por meio de auto-relato. Desde então, todas as pessoas que marcam mais de uma opção em relação à sua cor/raça nesses levantamentos são enquadradas na categoria “multirracial” no momento da análise dos dados. É importante ressaltar, no entanto, que não há uma opção específica de categoria “multirracial” nos questionários (Office of Management and Budget, 1997).

Apenas 2,4% da população optou por marcar mais de uma categoria racial no censo norte-americano realizado no ano 2000 (Qian, 2004). Apesar de a segregação racial ter acabado há mais de 50 anos no país, alguns estudos indicam que os norte-americanos ainda têm dificuldades em lidar com a multirracialidade e tendem a continuar utilizando estratégias hipodescendentes de categorização racial (Gullickson & Morning, 2011).

Conquanto os critérios de categorização racial sejam distintos no Brasil e nos Estados Unidos, norte-americanos também utilizam características físicas para definição de cor/raça

quando não têm informações a respeito da origem da pessoa que está sendo categorizada (Qian, 2004). Assim, o intuito deste estudo foi comparar a categorização racial realizada nos Estados Unidos e no Brasil, mais especificamente nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram utilizados retratos de crianças e as três categorias raciais predominantes no Brasil: branco, pardo e preto.

Método

Na Bahia, participaram do estudo 66 pessoas (48 mulheres e 18 homens), 78,8% entre 18 e 34 anos de idade. Em relação à escolaridade, 47% tinham o ensino superior incompleto, 19,7% o ensino superior completo e 28,8% pós-graduação. No Rio Grande do Sul houve 117 participantes (83 mulheres e 34 homens), 83,6% entre 18 e 34 anos de idade, sendo que 28,2% tinham o ensino superior incompleto, 20,5% o ensino superior completo e 50,4% pós graduação. Por fim, 191 pessoas participaram do estudo nos Estados Unidos (76 mulheres e 115 homens), 70,7% entre 20 e 44 anos de idade. No que diz respeito à escolaridade, 18,8% tinham o ensino médio completo, 28,3% ensino superior incompleto e 43,5% ensino superior completo. Houve diferenças nas amostras em relação a sexo, $\chi^2(2, N = 374) = 32,28, p < 0,001$, idade, $\chi^2(2, N = 374) = 32,18, p < 0,001$ e escolaridade, $\chi^2(8, N = 374) = 105,76, p < 0,001$ dos participantes. Nos Estados Unidos, participaram mais homens, pessoas mais velhas e com menor escolaridade do que no Brasil.

Instrumento

Os materiais utilizados foram utilizados 118 retratos frontais de crianças brasileiras. As fotografias foram retiradas do Banco de Imagens de Crianças Brancas, Pardas e Pretas (BIC-Multicor, Sacco, de Paula Couto, & Koller, manuscrito submetido), constituído tanto por retratos prototípicos quanto por retratos ambíguos no que diz respeito à classificação de cor/raça.

Procedimento

Os dados foram coletados de forma *online* nos dois países. No Brasil, o *software* utilizado foi o *SurveyMonkey*, enquanto nos Estados Unidos foi o *Amazon Mechanical Turk (MTurk)*. No Brasil, os convites para participar da pesquisa foram enviados por endereço eletrônico, a amostra foi selecionada por conveniência e os participantes não receberam qualquer tipo de pagamento. Nos Estados Unidos, o *link* para participação na pesquisa ficou disponível no *MTurk*, sem que tenha sido realizada qualquer divulgação, e os participantes receberam U\$0,30 (trinta centavos de dólar) para participar do estudo. A única restrição para participação foi declarar ter nacionalidade estadunidense.

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e da concordância em participar da pesquisa, cada participante foi convidado a avaliar individualmente as fotografias. O plano de coleta de dados inicialmente previa que, no Brasil, os participantes avaliariam todos os retratos e que, nos Estados Unidos, cada participante avaliaria 50% das fotografias. No entanto, em virtude de uma falha do *software* no Brasil, que não carregou algumas imagens, nem todos os participantes avaliaram todos os retratos. Assim, na Bahia, cada fotografia foi avaliada por uma média de 47,7 pessoas ($DP = 6,7$), no Rio Grande do Sul por 90,5 ($DP = 9,9$) e, nos Estados Unidos, por 94,5 ($DP = 6,5$) participantes. Não foi oferecido nenhum tipo de treinamento para avaliação dos retratos, que foram apresentados aleatoriamente para evitar efeitos de ordem. As fotografias foram avaliadas de acordo com a cor da pele/raça (“branca, parda ou preta” no Brasil, “*white, multiracial* ou *black*” nos Estados Unidos), expressão facial e simpatia. Neste estudo serão analisadas apenas as informações relativas à categorização racial.

Análise dos Dados

Para verificar se houve diferença na categorização racial realizada por participantes da Bahia, do Rio Grande do Sul e dos Estados Unidos foram utilizados testes não paramétricos, mais especificamente chi-quadrados, com a inclusão das variáveis categorização racial e

localidade para cada fotografia. Para esta análise foi utilizada a estatística de Pearson, exceto nos casos nos quais havia menos de cinco participantes por célula, quando foi utilizado o teste exato de Fischer. Na seção de resultados, considerou-se um valor significativo quando $p < 0,05$.

Resultados

Os dados obtidos com as avaliações sobre as 118 fotografias revelaram que a categorização racial está diretamente relacionada ao contexto no qual é realizada. Na análise de 41 fotografias não houve diferenças significativas entre a categorização racial realizada por gaúchos, baianos e norte-americanos. Quando as diferenças existiram, no entanto, elas não ocorreram necessariamente entre Brasil e Estados Unidos, como se poderia imaginar. Apesar de serem ambos estados brasileiros, apenas em 9 das 118 fotografias analisadas participantes da Bahia e do Rio Grande do Sul concordaram entre si e discordaram daqueles dos Estados Unidos em relação à categorização racial. Já no resultado que mais se destacou, em 46 casos a categorização efetuada por participantes da Bahia e dos Estados Unidos foi significativamente diferente daquela realizada no Rio Grande do Sul (ver Figura 1).

A análise dos 41 casos nos quais não houve diferenças significativas entre as três localidades revelou que 17 retratos obtiveram mais de 95% de concordância e, assim, foram considerados prototipicamente brancos (11) ou pretos (seis). Em cinco, mais de 90% (e menos de 95%) concordaram que a criança era branca (três) ou preta (duas). Em sete, mais de 80% concluíram que a foto era de uma criança parda (cinco) ou preta (duas). Em outras nove, participantes das três localidades ficaram em dúvida entre duas alternativas: branco-pardo (duas) e pardo-preto (sete). Houve, ainda, três casos nos quais os participantes chegaram próximos ao percentual de 80%, mas não o atingiram: em um, a maioria considerou a criança preta, mas outros acharam que era parda; em outro, a maioria considerou a criança parda, mas alguns acharam que era branca e, no último, enquanto a maior parte categorizou a criança como parda, outros a consideraram preta. Na Figura 2 são apresentados quatro retratos nos

quais não houve diferenças significativas nas respostas dadas por baianos, gaúchos e norte-americanos: dois prototípicos, um pardo e um no qual não houve consenso sobre cor/raça.

Já no que diz respeito aos 46 casos nos quais a categorização racial realizada por participantes da Bahia e dos Estados Unidos divergiu significativamente daquela realizada no Rio Grande do Sul, a categoria “pardo” esteve sempre envolvida. Essa categoria intermediária foi mais utilizada por baianos e norte-americanos em contraposição a gaúchos, que demonstraram tendência a “branquear” as crianças dos retratos. Em 10 casos nos quais houve indefinição (menos de 80% de concordância) entre as alternativas branco e pardo na Bahia e nos Estados Unidos, mais de 90% dos participantes no Rio Grande do Sul optaram pela categoria branco. Em outros nove, baianos e norte-americanos atingiram o mínimo de 80% de concordância em relação à categorização de um retrato como sendo de uma criança branca, mas gaúchos apresentaram percentuais significativamente mais elevados. Houve, ainda, outras 11 situações nas quais a maioria dos participantes da BA e dos EUA assinalaram a alternativa pardo, enquanto a maioria dos participantes do RS escolheram a opção branco. Na Figura 3 são apresentados quatro dos casos nos quais baianos e norte-americanos concordaram entre si e divergiram dos gaúchos: (a) o retrato foi considerado prototipicamente branco no RS, mas não alcançou nem 80% nos outros dois locais; (b) baianos e norte-americanos ficaram divididos entre as categorias branco e pardo, mas mais de 80% dos gaúchos o consideraram branco; (c) baianos e norte-americanos consideraram a criança parda e gaúchos ficaram divididos; e, ainda, (d) um exemplo *sui generis*, considerado pardo por aproximadamente dois terços e preto por um terço dos participantes de Bahia e Estados Unidos, mas categorizado como branco por 15% dos participantes do Rio Grande do Sul.

Ainda que com frequência mais baixa, os resultados das análises também indicaram que alguns retratos foram avaliados de forma semelhante nos dois estados brasileiros em contraste com os Estados Unidos, o que ocorreu oito vezes. Em duas oportunidades, mais de 75% dos brasileiros indicaram que a criança era parda, enquanto norte-americanos dividiram-

se entre parda e preta. Em outros dois casos, mais de 80% dos participantes dos Estados Unidos categorizaram como parda uma criança que deixou os brasileiros divididos entre branca e parda. Houve, ainda, um caso em que um terço dos brasileiros considerou a criança parda e dois terços consideraram-na preta enquanto mais de 80% dos norte-americanos a categorizaram como preta. O inverso também ocorreu: mais de 90% dos brasileiros disseram que uma criança era preta, enquanto apenas 65% dos norte-americanos concordaram, com o restante afirmando que ela era parda. Na Figura 4(a) é apresentado um caso peculiar, no qual participantes na Bahia e no Rio Grande do Sul consideraram que a criança era branca (20,5% na BA e 17,6% no RS) ou parda (74,4% e 78,8%, respectivamente) enquanto, nos Estados Unidos, 62,6% classificaram-na como parda e 34,1% como preta.

Além das oportunidades nas quais duas ou mais localidades apresentaram semelhanças, houve também 11 casos nos quais baianos, gaúchos e norte-americanos discordaram a respeito da cor/raça da criança fotografada. A Figura 4(b) apresenta o exemplo de retrato que foi caracterizado da seguinte forma: na Bahia, 56% disseram que a criança era branca e 44% parda; no Rio Grande do Sul, 80,6% branca e 19,4% parda; já nos Estados Unidos, 26% branca e 74% parda. Em outro caso interessante, um retrato foi considerado protipicamente pardo nos Estados Unidos (92,9%), quase atingiu os 80% na Bahia (79,6%) e, no Rio Grande do Sul, caiu para 58,1%, com outros 41,9% considerando-o branco.

Discussão

A influência do contexto na categorização racial ficou evidente a partir dos resultados obtidos neste estudo. A inclusão da Bahia e do Rio Grande do Sul nesta pesquisa encerrou em si a expectativa de que a categorização racial talvez ocorresse de forma distinta nestes dois ambientes. Contudo, foi de certa forma surpreendente que não tenham sido identificadas diferenças entre Bahia e Estados Unidos na categorização racial de 73,7% dos retratos e que essas duas localidades tenham apresentado resultados distintos daqueles obtidos no Rio Grande do Sul em 39% das oportunidades.

A partir disso, a pergunta que fica em aberto diz respeito às razões para que esse padrão tenha sido identificado. Nos Estados Unidos seria esperado que a categoria branco fosse menos utilizada em virtude de estratégias hipodescentes de categorização, ilustradas pela regra de uma gota (i.e., *one drop rule*), referida anteriormente. Assim, mesmo que tivesse pele clara, se alguma característica física indicasse que a pessoa tinha ascendência não-branca, ela tenderia a ser categorizada ou na categoria intermediária ou na mais escura. Na Bahia, no entanto, não está claro se esse padrão de uso da categoria pardo tem como origem o mesmo tipo de estratégia hipodescente, que tenta restringir a categoria dominante socialmente (nesse caso, a branca) a poucas pessoas no intuito de proteger o *status* social a ela conferido.

Outra questão em aberto diz respeito ao padrão de “branqueamento” identificado no Rio Grande do Sul. Por um lado, é possível relacionar esse padrão a uma estratégia hiperdescendente, que consistiria em classificar estímulos ambíguos como pertencentes à categoria de maior dominância social. Se correta, essa hipótese poderia indicar que os gaúchos não são tão restritivos em relação a quem pode ser considerado branco, o que poderia indicar também níveis mais baixos de preconceito racial em comparação a locais que utilizam estratégias hipodescentes. Por outro lado, também é possível interpretar essa hiperdescendência como uma forma de ampliar o espectro de tons de pele que podem ser incluídos na categoria branca e, assim, aumentar também a probabilidade de que os indivíduos que estão fazendo essa categorização sejam, eles próprios, incluídos na categoria de maior dominância social. Nesse caso, essa seria também uma forma de manutenção do *status quo*, e não de diminuição do preconceito.

É importante ressaltar que, nos Estados Unidos, a nomenclatura utilizada neste estudo pode ser considerada um tanto quanto artificial, visto que a categoria multirracial é pouco empregada no país e se refere a pessoas que optaram por duas ou mais categorias raciais (Brackett et al., 2006). Assim, uma das principais limitações deste estudo diz respeito ao fato

de que o termo em inglês *multiracial* não tem o mesmo sentido de pardo no Brasil. Contudo, não encontramos um termo correspondente em inglês e, após consulta a falantes nativos, consideramos que essa seria a tradução mais adequada. Esse termo foi utilizado no estudo de Chen e Hamilton (2012), cujo objetivo foi investigar o uso da categoria *multiracial* nos Estados Unidos. Os resultados indicaram que o padrão de concordância para o uso do termo *multiracial* foi significativamente menor do que para as categorias monorraciais (i.e., branco e preto). Além disso, o tempo de resposta dos participantes foi maior, indicando que a categoria *multiracial* é mais dificilmente processada. Uma das explicações oferecidas pelos autores foi que a acessibilidade da categoria *multiracial*, por ser utilizada com menos frequência, tende a ser menor do que a acessibilidade das categorias branco e preto, o que contribui para a dificuldade no seu uso. Com base nisso, é possível supor que a tendência a utilizar a categoria branco no Rio Grande do Sul para categorizar faces pardas pode, por exemplo, estar relacionada ao fato de este estado ser predominante branco, o que tornaria essa categoria mais acessível neste contexto.

Em resumo, os resultados deste estudo indicaram que a categorização racial está sujeita a influências contextuais e que dois estados de um mesmo país podem apresentar estilos de categorização tão distintos quanto o de dois países diferentes. A amostra dos três locais não foi balanceada, tanto no que diz respeito a número quanto a características dos participantes, o que pode ter prejudicado a análise e influenciado os resultados obtidos. No entanto, ficou evidente que há maior possibilidade de consenso quando um retrato é prototípico de um dos dois extremos do *continuum* branco-preto do que quando é ambíguo. Isso ocorre porque a categorização desses estímulos intermediários é complexa e os padrões de categorização desse tipo de retrato são os que mais revelam as diferenças contextuais. Este estudo não oferece elementos suficientes para que as hipóteses explicativas levantadas sejam confirmadas ou refutadas de forma definitiva. Os dados obtidos proporcionam, contudo, um importante ponto de partida para a compreensão dos elementos contextuais envolvidos nos

processos de categorização, bem como de suas implicações para o desenvolvimento de preconceito racial.

Referências

- Bartholow, B. D. & Dickter, C. L. (2008). A response conflict account of the effects of stereotypes on racial categorization. *Social Cognition, 26*(3), 314-332.
doi:10.1521/soco.2008.26.3.314
- Blascovich, J., Wyer, N. A., Swart, L. A., & Kibler, J. L. (1997). Racism and racial categorization. *Journal of Personality and Social Psychology, 72*(6), 1364-1372.
- Brackett, K. P., Marcus, A., McKenzie, N. J., Mullins, L. C., Tang, Z., & Allen, A. M. (2006). The effects of multiracial identification on students' perceptions of racism. *The Social Science Journal, 43*, 437-444. doi:10.1016/j.soscij.2006.04.016
- Chen, J. M., & Hamilton, D. L. (2012). Natural ambiguities: Racial categorization of multiracial individuals. *Journal of Experimental Psychology, 48*, 152-164.
doi:10.1016/j.jesp.2011.10.005
- Department of Education, United States (2007). *Final Guidance on Maintaining, Collecting, and Reporting Racial and Ethnic Data to the U.S. Department of Education*. Washington, DC.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*(1), 5-18. doi:10.1037/0022-3514.56.1.5
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 357-411). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Gonçalves, D. M. (2010). Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo. *Estudos de Psicologia, 15*(1), 97-102.
- Gullickson, A. & Morning, A. (2011). Choosing race: Multiracial ancestry and identification. *Social Science Research, 40*, 498-512. doi:10.1016/j.ssresearch.2010.12.010

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008). *Características étnico-raciais da população: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011). *Resultados preliminares do censo demográfico 2010*. Retirado de http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm
- Office of Management and Budget, United States (1997). *Revisions to the Standards for the Classification of Federal Data on Race and Ethnicity, Federal Register*. Washington, DC.
- Peery, D. & Bodenhausen, G. V. (2008). Black + White = Black: Hypodescent in reflexive categorization of racially ambiguous faces. *Psychological Science*, 19(10), 973-977. doi:10.1111/j.1467-9280.2008.02185.x
- Pena, S. D. J., & Birchall, T. S. (2006). A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: Pode a ciência instruir o etos social? *Revista USP*, 68, 10-21.
- Qian, Z. (2004). Options: Racial/ethnic identification of children of intermarried couples. *Social Science Quarterly*, 85(3), 746-766. doi:10.1111/j.0038-4941.2004.00243.x
- Rocha, E. J., & Rosemberg, F. (2007). Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 759-799.
- Sacco, A. M., de Paula Couto, M. C., & Koller, S. H. (manuscrito submetido). Construção e validação do Banco de Imagens de Crianças Brancas, Pardas e Pretas (BIC-Multicor).
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Telles, E. E. (2002). Racial ambiguity among the Brazilian population. *Ethnic and Racial Studies*, 25(3), 415-441. doi:10.1080/01419870252932133

Telles, E. E. (2003). *Race in another America: The significance of skin color in Brazil*.

Princeton: Princeton University Press.

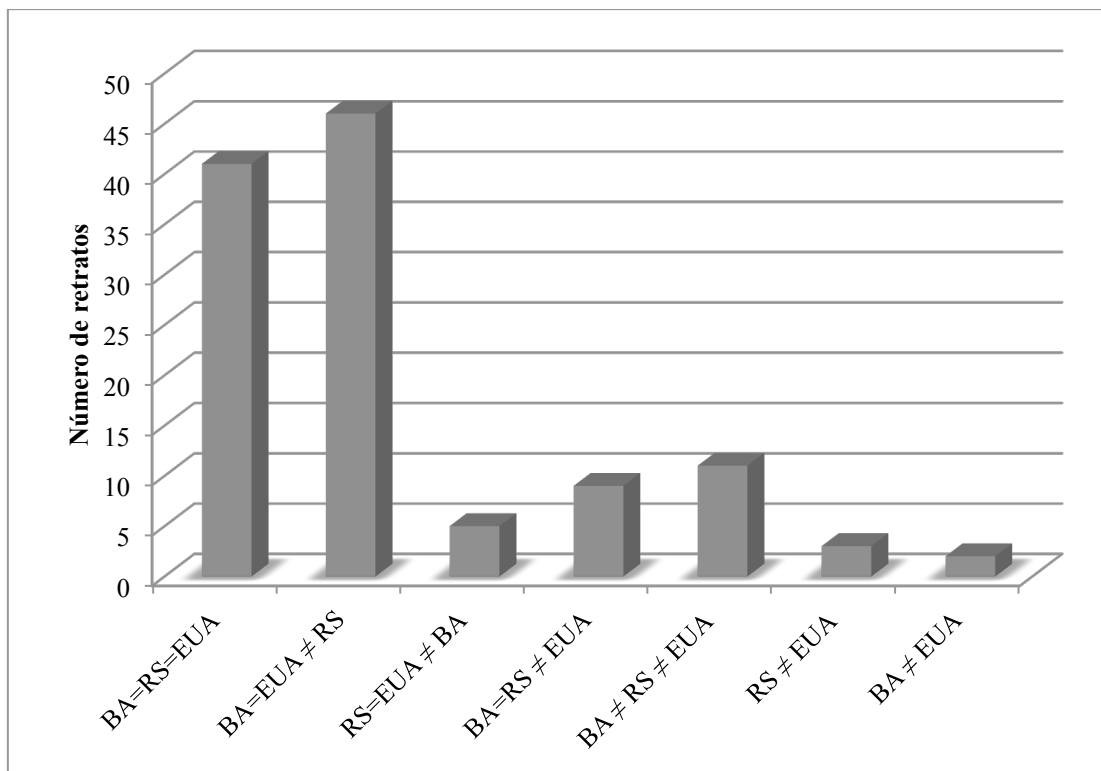


Figura 1. Comparação da avaliação dos retratos de acordo com a localidade: Bahia (BA), Rio Grande do Sul (RS) e Estados Unidos (EUA). O nível de significância considerado nas análises foi $p < 0,05$.

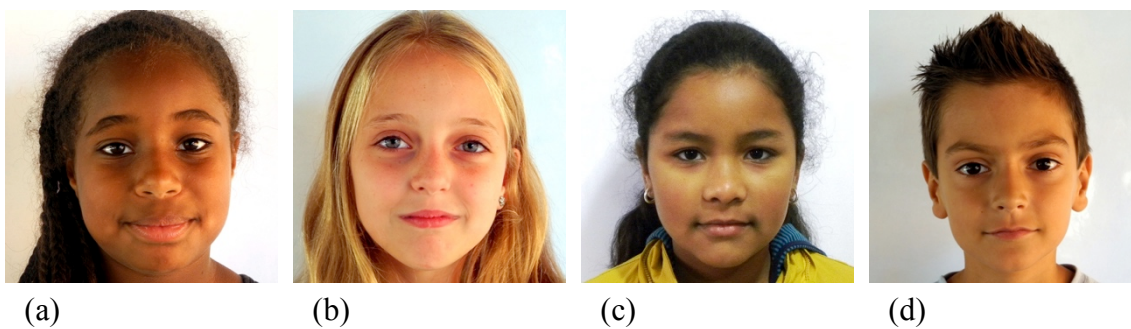


Figura 2. Exemplos de retratos nos quais não houve diferenças significativas entre Bahia (BA), Rio Grande do Sul (RS) e Estados Unidos (EUA) em relação à categorização racial: (a) prototipicamente preto (98,1% na BA, 100% no RS e 98% nos EUA); (b) prototipicamente branco (98% na BA, 100% no RS e 97,9% nos EUA); (c) pardo (87,5% na BA, 82,4% no RS e 81,1% nos EUA); (d) não houve consenso (46,2% branco e 53,8% pardo na BA, 56,7% branco e 43,3% pardo no RS, e 57,7% branco e 41,2% pardo nos EUA); todos os $ps > 0,05$.



Figura 3. Exemplos de retratos nos quais Bahia (BA) e Estados Unidos (EUA) diferiram significativamente do Rio Grande do Sul (RS) em relação à categorização racial: (a) 76,6% branco e 23,4% pardo na BA, 64% branco e 34,8% pardo nos EUA, e 96,7% branco no RS; (b) 45,8% branco e 54,2% pardo na BA, 36,5% branco e 62,4% pardo nos EUA, e 84,6% branco e 15,4% pardo no RS; (c) 18,8% branco e 77,1% pardo na BA, 14,4% branco e 84,5% pardo nos EUA, e 46,2% branco e 53,8% pardo no RS; e (d) 69,4% pardo e 27,4% preto na BA, 63,5% pardo e 34,4% preto nos EUA, e 15% branco, 73,5% pardo e 11,5% preto no RS.



(a)

(b)

Figura 4. Exemplos de retratos com categorização peculiar: (a) baianos e gaúchos consideraram que a criança era parda ou branca; já nos Estados Unidos, ela foi categorizada como parda ou preta; e (b) baianos, gaúchos e norte-americanos discordaram a respeito da cor/raça da criança fotografada: baianos ficaram divididos entre branca e parda, maioria dos gaúchos considerou-a branca e maioria dos norte-americanos, parda.

Capítulo VI

Discussão

O objetivo desta tese de doutorado foi investigar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças brancas, pardas e pretas de Porto Alegre e Salvador. Estes dois locais foram escolhidos por apresentarem diferenças marcantes tanto em termos culturais quanto no que diz respeito à composição racial de suas populações (IBGE, 2011). O tamanho do Brasil e o processo peculiar de colonização das suas diferentes regiões faz com que, em alguns casos, as características de dois estados sejam tão distintas quanto a de dois países diferentes. Essa peculiaridade, aliada à existência de um terceiro grupo racial no país (i.e., os pardos), é um dos fatores que diferencia a realidade brasileira daquela de outros países e que torna tão importante o estudo das questões raciais no Brasil. Os resultados obtidos nos quatro estudos apresentados nesta tese indicaram, contudo, que o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças é um fenômeno tão complexo quanto pouco estudado no país.

Os estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial baseiam-se eminentemente em medidas explícitas de atitude e poucos contam com a participação de crianças. Há uma lacuna, portanto, na realização de estudos que foquem no desenvolvimento de preconceito implícito. Em uma tentativa de suprir parcialmente essa carência, foi realizado o estudo apresentado no Capítulo IV, cuja análise de dados revelou que o desenvolvimento de atitudes raciais explícitas seguiu o padrão esperado (ver Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005), apresentando um declínio na preferência explícita por brancos (e por ricos) com o avanço da idade. O desenvolvimento das atitudes implícitas, por sua vez, não sofreu influências da idade, independente da medida utilizada. Os resultados da tarefa de *Priming* Avaliativo indicaram preferência por brancos e pardos em relação a pretos e não houve diferenças entre os grupos raciais e os contextos investigados. Já no IAT foram identificadas diferenças entre os níveis de preferência implícita por brancos apresentado por brancos,

pardos e pretos, bem como variações entre os resultados encontrados na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Influências contextuais foram identificadas não apenas nos resultados do IAT, mas também nos níveis de identificação das crianças com os grupos raciais dos quais fazem parte. As respostas das crianças pardas também variaram de acordo com o estado em que viviam. A hipótese inicial era de que os resultados das crianças pardas seriam, em sua maioria, semelhante aos das crianças brancas, mas esse padrão não se confirmou plenamente e sofreu grande influência contextual. Da mesma forma, o estudo sobre categorização racial apresentado no Capítulo V também identificou divergências marcantes entre Bahia e Rio Grande do Sul, com os resultados dos baianos sendo mais semelhantes aos dos norte-americanos do que aos dos gaúchos. Todos esses resultados confirmaram a profundidade das diferenças entre esses dois estados, bem como a importância das características contextuais no desenvolvimento das relações intergrupo.

Em um resultado coerente do ponto de vista teórico, os escores do IAT funcionaram como preditores da preferência explícita por brancos em crianças mais novas, relação que não foi encontrada entre crianças mais velhas. Esse resultado confirmou a hipótese de que, quando menores, as crianças expressam suas preferências sem se preocupar com normas sociais. Quando mais velhas, no entanto, suas respostas já são “filtradas” de acordo com o que entendem ser a resposta socialmente desejável (Rutland, Cameron, Milne, & McGeorge, 2005). Este é um resultado empírico que comprova a importância da utilização de medidas implícitas na investigação de temas polêmicos como o preconceito.

Os resultados deste estudo também confirmaram a impressão, expressa na apresentação desta tese, de que no Brasil a pobreza tem cor. Aos seis anos, as crianças já foram capazes de associar cor da pele com *status* social. Quanto mais clara a cor da pele, mais as pessoas foram associadas com riqueza e, quanto mais escura, maior a associação com pobreza. Apesar de esperado, esse resultado é importante na medida em que demonstra, de

forma prática, a profundidade da desigualdade social relacionada à raça/cor da pele no país, percebida até mesmo por crianças em estágio inicial de escolaridade. Além disso, a constatação simples de que crianças tão pequenas já percebem que brancos são mais valorizados e dominantes socialmente do que pardos e pretos no Brasil é importante na medida em que o desenvolvimento de preferências implícitas parece estar diretamente associado à percepção da posição ocupada pelos grupos na hierarquia social (Baron & Banaji, 2009).

Esta tese é fruto de um grande esforço de pesquisa, que envolveu a participação de mais de 500 crianças, dois contextos distintos e sete medidas de atitude, duas implícitas e cinco explícitas. Mesmo com um método tão abrangente, algumas perguntas importantes sobre o desenvolvimento de atitudes raciais seguem em aberto. A partir dos instrumentos utilizados não é possível, por exemplo, estabelecer relações entre os componentes cognitivos e comportamentais das atitudes raciais (seguindo o modelo de Zanna & Rempel, 1998), a saber, estereótipos e discriminação. Esta tese está inserida, portanto, em um estágio inicial no processo de contribuição da Psicologia Social Experimental para a compreensão sobre as relações raciais no país.

Considerações Finais

Este trabalho nasceu de uma inquietação com a intensa desigualdade social ligada à cor da pele/raça existente no Brasil e do desejo de contribuir, de alguma forma, para a mudança dessa realidade. Os produtos gerados por estes quatro anos de doutorado foram os quatro artigos apresentados nesta tese: uma revisão de estudos da Psicologia sobre preconceito racial; um banco de imagens produzido para utilização em estudos sobre preconceito/discriminação; uma análise inédita sobre como o preconceito racial se desenvolve em crianças no Brasil; e evidências de que a categorização racial está sujeita a forte influência contextual.

Todos esses estudos tiveram suas origens na crença de que a única maneira de enfrentar efetivamente o preconceito racial é conhecido as raízes desse fenômeno. Essa ideia parece simples, mas contrasta com a análise do estado da arte dos estudos sobre preconceito racial produzidos pela Psicologia nacional, que revelou que os estudos experimentais sobre atitudes raciais realizados com crianças ainda são incipientes no Brasil. A Psicologia Social, em suas diversas vertentes não-experimentais, foi a área que mais contribuiu com estudos empíricos sobre o tema nos últimos anos. Seu foco principal, no entanto, esteve na população adulta e os métodos utilizados basearam-se quase exclusivamente em medidas explícitas de atitude. Questionários, entrevistas e escalas são instrumentos indispensáveis para a pesquisa em Psicologia. Contudo, a aplicação exclusiva desse tipo de medida para o estudo de um tema tão sensível quanto o preconceito racial ignora o princípio básico de que os dados obtidos desta forma virão sempre com um asterisco indicando que os participantes podem ter adaptado suas respostas ao que acharam que os pesquisadores queriam ouvir.

A dissociação entre as medidas implícitas e explícitas de atitude ficou clara na Figura 2 do artigo principal desta tese. Crianças pequenas apresentaram níveis semelhantes de preferência implícita e explícita por brancos. Crianças mais velhas, no entanto, apresentaram uma dissociação entre os níveis de preferência implícita e explícita. A explicação para esse fenômeno é simples: a partir de uma certa idade, as crianças aprendem que não é socialmente aceitável expressar determinadas opiniões e que não podem dizer, por exemplo, que gostam mais de pessoas brancas do que de pessoas pretas. Se este estudo tivesse se baseado somente em medidas explícitas de atitude, portanto, os resultados obtidos teriam sido completamente diferentes.

Com base na identificação dessa característica dos estudos brasileiros, esta tese pretende ser um manifesto por uma Psicologia Social Experimental forte no Brasil e também por uma maior integração entre as diferentes áreas do conhecimento psicológico. O estudo sobre um tema tão complexo como o preconceito racial não pode prescindir do avanço que

um diálogo entre essas áreas pode oferecer. O terceiro e principal artigo desta tese utilizou conceitos e informações advindos da psicologia social, da psicologia do desenvolvimento, da cognição social e da psicologia experimental. A compartimentalização dessas áreas é importante para o ensino e também para a produção de conhecimento especializado, mas não pode resultar em isolamento, sob pena de a psicologia científica brasileira nunca desenvolver plenamente o seu potencial.

O principal retorno que a comunidade científica pode dar aos investimentos da sociedade é produzir conhecimentos socialmente relevantes, que contribuam, por exemplo, para a promoção de qualidade de vida e para a diminuição das intensas desigualdades que caracterizam o nosso país. Para que isso seja feito é necessário não apenas investir em métodos adequados, mas também transpor os resultados do laboratório para a vida real. Tendo como base os resultados encontrados nesta tese, o que significa, afinal, dizer que crianças de seis anos já apresentam os mesmos níveis de preferência racial implícita apresentado por adultos e que essa preferência talvez não mude ao longo da vida? O que significa dizer que, contrariando a ideia de que todas as pessoas têm uma tendência a preferir o seu próprio grupo social (Tajfel & Turner, 1986), crianças pretas preferem as brancas? O que significa dizer que crianças pardas e pretas na Bahia se identificam mais com brancos do que com pretos?

Significa que as crianças aprendem desde cedo que um grupo social é mais valorizado do que o outro. Significa que elas sabem que a nossa sociedade valoriza mais os brancos do que os pretos. Significa que as políticas públicas para a promoção da igualdade racial precisam se voltar para o período da infância se quiserem ter algum efeito sobre as preferências raciais enquanto elas ainda estão se desenvolvendo. Significa, também, que as políticas públicas com foco em adultos talvez precisem adotar uma abordagem de redução de danos e focar no combate aos comportamentos discriminatórios e não ao preconceito em si.

Os artigos apresentados nesta tese possuem uma série de limitações, relacionadas principalmente à distribuição das amostras. No artigo principal, por exemplo, não foi possível

balancear a amostra entre as variáveis estado, cor/raça e idade. O número de participantes do Rio Grande do Sul foi muito superior ao da Bahia e também não foi possível obter o número desejado de participantes mais velhos. O mesmo problema amostral ocorreu no artigo sobre categorização racial. Essas limitações são importantes e foram devidamente consideradas nas análises dos artigos. Elas não diminuem, no entanto, a relevância deste trabalho, pioneiro na forma de estudar o desenvolvimento de atitudes raciais em crianças no país.

A produção de conhecimento científico só alcança o seu objetivo final quando cumpre o seu papel social. A Psicologia tem um enorme potencial para produzir conhecimentos sólidos, que, fundamentados em princípios metodológicos adequados, sirvam de base para a implementação de políticas públicas efetivas, baseadas mais na ciência e menos em senso comum. Para isso, no entanto, é indispensável a integração de conhecimentos entre as diversas áreas da ciência psicológica, objetivo que, mesmo com algumas limitações, esta tese espera ter atingido.

Referências

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Baron, A. S. & Banaji, M. B. (2006). The development of implicit attitudes: Evidence of race evaluations from ages 6 and 10 and adulthood. *Psychological Science, 17*(1), 53-58.
doi:10.1111/j.1467-9280.2005.01664.x
- Baron, A. S. & Banaji (2009). Evidence of system justification in young children. *Social and Personality Psychology Compass, 3*, 1-9. doi:10.1111/j.1751-9004.2009.00214.x
- Brauer, M., Wasel, W., & Niedenthal, P. (2000). Implicit and explicit components of prejudice. *Review of General Psychology, 4*(1), 79-101. doi: 10.1037/1089-2680.4.1.79
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política, 1*(1), 13-36.
- Degner, J., & Wentura, D. (2010). Automatic prejudice in childhood and early adolescence. *Journal of Personality and Social Psychology, 98*, 356-374. doi:10.1037/a0017993
- Degner, J., & Wentura, D. (2011). Types of automatically activated prejudice: Assessing possessor- versus other-relevant valence in the evaluative priming task. *Social Cognition, 29*, 183-211.
- Degner, J., Wentura, D., Gniewosz, B., & Noack, P. (2007). Hostility-related prejudice against Turks in adolescents: Masked affective priming allows for a differentiation of automatic prejudice. *Basic and Applied Social Psychology, 29*, 245-256. doi: 10.1080/01973530701503150.
- De Houwer, J. (2003). A structural analysis of indirect measures of attitudes. In J. Musch & K. C. Klauer (Eds.), *The Psychology of Evaluation: Affective Processes in Cognition and Emotion* (pp. 219-244). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled processes. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*, 5-18.

- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (2010). Intergroup bias. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th ed., Vol. 2, pp. 1084-1121). New Jersey: Wiley.
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2006). From American city to Japanese village: A cross-cultural investigation of implicit race attitudes. *Child Development, 77*, 1268-1281.
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2007). Children and social groups: A developmental analysis of implicit consistency in Hispanic Americans. *Self Identity, 6*, 238-255. doi:10.1080/15298860601115344
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Banaji, M. R. (2008). The development of implicit intergroup cognition. *Trends in Cognitive Science, 12*(7), 248-253. doi: 10.1016/j.tics.2008.04.006
- Dunham, Y., Baron, A. S., & Carey, S. (2011). Consequences of “minimal” group affiliation in children. *Child Development, 82*(3), 793-811.
- Dunham, Y., Chen, E. E., & Banaji, M. R. (2013). Two signatures of implicit intergroup attitudes: Developmental invariance and early enculturation. *Psychological Science, 24*, 860-868. doi:10.1177/0956797612463081
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (2007). The advantages of an inclusive definition of attitude. *Social Cognition, 25*(5), 582-602.
- Eagly, A. H., & Diekmann, A. B. (2005). What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context. In J. F. Dovidio, P. Glick, & L. Rudman (Eds.). *On the nature of prejudice: Fifty years after Allport* (pp. 19-35). Malden, MA: Blackwell.
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology, 69*, 1013-1027. doi:10.1037/0022-3514.69.6.1013

- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology, 54*, 297-327.
doi:10.1146/annurev.psych.54.101601.145225
- Fazio, R. H., Sanbonmatsu, D. M., Powell, M. C., & Kardes, F. R. (1986). On the automatic activation of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology, 50*, 229-238.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review, 102*, 4-27. doi:10.1037/0033-295X.102.1.4
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*, 1464-1480. doi: 10.1037/0022-3514.74.6.1464
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011). *Resultados preliminares do censo demográfico 2010*. Retirado de
http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm
- Lowery, B. S., Hardin, C. D., & Sinclair, S. (2001). Social Influence Effects on Automatic Racial Prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology, 81*, 842-855. doi: 10.1037//0022-3514.81.5.842.
- Newheiser, A-K. & Olson, K. R. (2012). White and Black American children's implicit intergroup bias. *Journal of Experimental Social Psychology, 48*, 264-270. doi: 10.1016/j.jesp.2011.08.011
- Nosek, B. A., Banaji, M. R., & Greenwald, A. G. (2002). Harvesting implicit group attitudes and beliefs from a demonstration web site. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice, 6*, 101-115. doi: 10.1037//1089-2699.6.1.101.
- Raabe, T., & Beelmann, A. (2011). Development of ethnic, racial, and national prejudice in childhood and adolescence: A multinational meta-analysis of age differences. *Child Development, 82*(6), 1715-1737. doi: 10.1111/j.1467-8624.2011.01668.x

- Rutland, A., Cameron, L., Milne, A., & McGeorge, P. (2005). Social norms and self-presentation: Children's implicit and explicit intergroup attitudes. *Child Development*, 76(2), 451–466. doi: 10.1111/j.1467-8624.2005.00856.x
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Waiselfisz, J. J. (2014). *Os jovens do Brasil: Mapa da violência 2014*. Brasília.
- Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. In D. Bar-Tal, & A. Kruglanski (Eds.), *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXO A

Aprovação do Comitê de Ética

**CARTA DE APROVAÇÃO**

Comitê De Ética Em Pesquisa Do Instituto De Psicologia analisou o projeto:

Número: 21883

Título: O desenvolvimento de preconceito racial implícito em crianças de Porto Alegre e Salvador

Pesquisadores:

Equipe UFRGS:

SILVIA HELENA KOLLER - coordenador de 01/01/2012 até 01/01/2014
Maria Clara Pinheiro de Paula Couto - pesquisador de 01/01/2012 até 01/01/2014
Airi Macias Sacco - pesquisador de 01/01/2012 até 01/01/2014

Equipe Externa:

Jeanice da Cunha Ozório - Assistente de Pesquisa de 01/01/2012 até 01/01/2014
Roberta Salvador Silva - Assistente de Pesquisa de 01/01/2012 até 01/01/2014
Juliana Prates Santana - pesquisador de 01/01/2012 até 01/01/2014
Janaína Rocha Avanzo - Assistente de Pesquisa de 01/01/2012 até 01/01/2014
Paula Rita Bacellar Gonzaga - Assistente de Pesquisa de 01/01/2012 até 01/01/2014

Comitê De Ética Em Pesquisa Do Instituto De Psicologia aprovou o mesmo, ad referendum, por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Eventos adversos e eventuais ementas ou modificações no protocolo de pesquisa devem ser comunicadas a este Comitê. Devem também ser apresentados anualmente relatórios ao Comitê, inicialmente em 05/12/2012, bem como ao término do estudo.

Porto Alegre, Segunda-Feira, 12 de Dezembro de 2011

JUSSARA MARIA ROSA MENDES
Coordenador da comissão de ética

ANEXO B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Olá! Somos pesquisadoras do Centro de Estudos Psicológicos CEP-Rua da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estamos montando um banco de imagens de crianças de 6 a 12 anos para ser usado em pesquisas e publicado em revistas científicas. Por isso, solicitamos a sua autorização para tirar uma fotografia do rosto do seu filho(a). Essa fotografia será utilizada apenas com fins científicos e não comerciais. A sessão de fotografia deverá durar 10 minutos e ocorrerá durante o período letivo. No dia seguinte à realização da atividade, o seu filho(a) receberá uma cópia do retrato. Você poderá obter mais informações com a Profa. Sílvia Koller, com a Dra. Maria Clara de Paula Couto ou a doutoranda Airi Sacco, pelo telefone (51) 3308 5150.

Para nós, seria muito importante contar com a participação do(a) seu filho(a), pois somente isso tornará possível a tarefa de montagem do banco de imagens, que futuramente poderá ser utilizado em pesquisas para a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Depois de conhecer os objetivos da atividade proposta, AUTORIZO, por meio deste termo, a realização de fotografias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dessas fotografias para fins exclusivamente científicos e de estudos em favor das pesquisadoras acima especificadas obedecendo ao que está previsto nas leis que resguardam os direitos das crianças e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/1990).

Porto Alegre, ____ de Setembro de 2012.

Pesquisador responsável

Responsável legal

(Caso o participante seja menor de 18 anos)

Este termo possui duas vias de igual teor (idênticas), uma para posse d(a) participante e a outra para as pesquisadoras.

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO(A) RESPONSÁVEL

1. NOME DA ESCOLA:

TIPO DE INSTITUIÇÃO: () PÚBLICA () PRIVADA

MUNICÍPIO:

2. NOME DO(A) RESPONSÁVEL:

CARGO:

DADOS SOBRE A PESQUISA

1. Título da pesquisa: “O desenvolvimento de atitudes implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador”
2. Pesquisadores responsáveis: Dra. Sílvia Helena Koller e Dra. Maria Clara de Paula Couto.
Pesquisadora executora do estudo: Me. Airi Macias Sacco
3. Objetivos: Este estudo tem o objetivo de investigar como se desenvolvem as atitudes implícitas e explícitas em crianças de 6 a 13 anos de Porto Alegre e Salvador.
4. Procedimentos: As crianças participantes deste estudo realizarão uma série de tarefas individualmente no computador. Elas serão acompanhadas por um(a) pesquisador(a) que dará as explicações necessárias e esclarecerá quaisquer dúvidas. A atividade terá duração aproximada de 25 minutos e será realizada na escola.
5. Riscos e inconveniências: A participação neste estudo envolve risco mínimo e não deverá gerar quaisquer consequências desagradáveis para as crianças. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.
6. Potenciais benefícios: Ao participar desta pesquisa, as crianças não receberão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo gere informações importantes que possam contribuir com a ciência e, principalmente, com a sociedade.

Gostaríamos ainda de deixá-lo(a) ciente dos seguintes direitos que você terá:

- a) **Garantia do uso dos dados coletados apenas para a finalidade especificada neste estudo:** Os dados obtidos somente serão usados para o fim previsto neste termo.

- b) **Sigilo e privacidade:** As informações produzidas nesta tarefa serão codificadas e armazenadas em lugar seguro. Somente a equipe envolvida no projeto poderá ter acesso a elas. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou em atividades didáticas, não serão utilizados os nomes dos participantes ou outra forma de identificação.
- c) **Direito à informação:** Em qualquer momento da pesquisa você poderá obter mais informações com a Dra. Sílvia Koller, com a Dra. Maria Clara de Paula Couto ou com a pesquisadora Me. Airi Sacco, pelo telefone 51 – 3308 5150.
- d) **Direito de informação sobre aspectos éticos da pesquisa:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado no andar térreo do Instituto de Psicologia da UFRGS, telefone 51 – 3308 5698.
- e) **Direito a não participar ou interromper a participação no estudo:** Os participantes têm liberdade para se recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Eu, _____ (nome legível), responsável pela instituição _____ declaro que fui informado(a) dos objetivos da atividade proposta, e concordo em autorizar a execução do estudo nesta instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de compensação financeira por esta autorização.

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

Data ____/____/____

Assinatura da responsável pelo estudo

Data ____/____/____

Este termo possui duas vias de igual teor (idênticas), uma para posse da instituição e a outra para as pesquisadoras.

ANEXO D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE E DO(A) RESPONSÁVEL

1. NOME DA CRIANÇA:

SEXO:

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

2. NOME DO RESPONSÁVEL:

NATUREZA (pai, mãe, avó, avô, tio(a), tutor etc.):

SEXO:

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

DADOS SOBRE A PESQUISA

1. Título da pesquisa: “O desenvolvimento de atitudes implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador”
2. Pesquisadoras responsáveis: Sílvia Helena Koller e Maria Clara de Paula Couto.
Pesquisadora executora do estudo: Airi Macias Sacco
3. Objetivos: Este estudo tem o objetivo de investigar como se desenvolvem as atitudes implícitas e explícitas em crianças de 6 a 13 anos de Porto Alegre e Salvador.
4. Duração da pesquisa: Este projeto vai durar dois anos, mas a participação de seu filho(a) será requisitada uma única vez e deverá durar em torno de 25 minutos.
5. Procedimentos: A criança participante deste estudo realizará uma série de tarefas no computador. Ela será acompanhada por um(a) pesquisador(a) que dará as explicações necessárias e esclarecerá quaisquer dúvidas. A atividade terá duração aproximada de 25 minutos e será realizada na escola.
6. Riscos e inconveniências: A participação neste estudo envolve risco mínimo e não deverá gerar quaisquer consequências desagradáveis para as crianças. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.
7. Potenciais benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo gere informações importantes que possam contribuir com a ciência e, principalmente, com a sociedade.

Gostaríamos ainda de deixá-lo(a) ciente dos seguintes direitos que você terá:

- a) **Garantia do uso dos dados coletados apenas para a finalidade especificada neste estudo:** Os dados obtidos somente serão usados para o fim previsto neste termo.

- b) **Sigilo e privacidade:** As informações produzidas nesta tarefa serão codificadas e armazenadas em lugar seguro. Somente a equipe envolvida no projeto poderá ter acesso a elas. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou em atividades didáticas, não serão utilizados os nomes dos participantes ou outra forma de identificação.
- c) **Direito à informação:** Em qualquer momento da pesquisa você poderá obter mais informações com a Dra. Sílvia Koller, com a Dra. Maria Clara de Paula Couto ou com a pesquisadora Me. Airi Sacco, pelo telefone 51 – 3308 5150.
- d) **Direito de informação sobre aspectos éticos da pesquisa:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no térreo do Instituto de Psicologia da UFRGS, telefone 51 – 3308 5698.
- e) **Despesas e compensações:** Não há despesas pessoais, ou seja, não será cobrado nada do participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira ou qualquer tipo de pagamento relacionado à sua participação.
- f) **Direito a não participar ou interromper a participação no estudo:** Os participantes têm liberdade para se recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Fui suficientemente esclarecido(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo a pesquisa que consta neste termo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro, ainda, que minha participação é isenta de despesas e de compensações. Concordo voluntariamente com a participação da criança pela qual sou responsável, cujo nome está escrito acima, e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos.

Assinatura da criança (opcional)

Data ____/____/____

Assinatura do(a) responsável legal

Data ____/____/____

Assinatura da responsável pelo estudo

Data ____/____/____

Este termo possui duas vias de igual teor (idênticas), uma para posse d(a) participante e a outra para as pesquisadoras.

ANEXO E

Estímulos utilizados nas tarefas implícitas (EP e IAT)

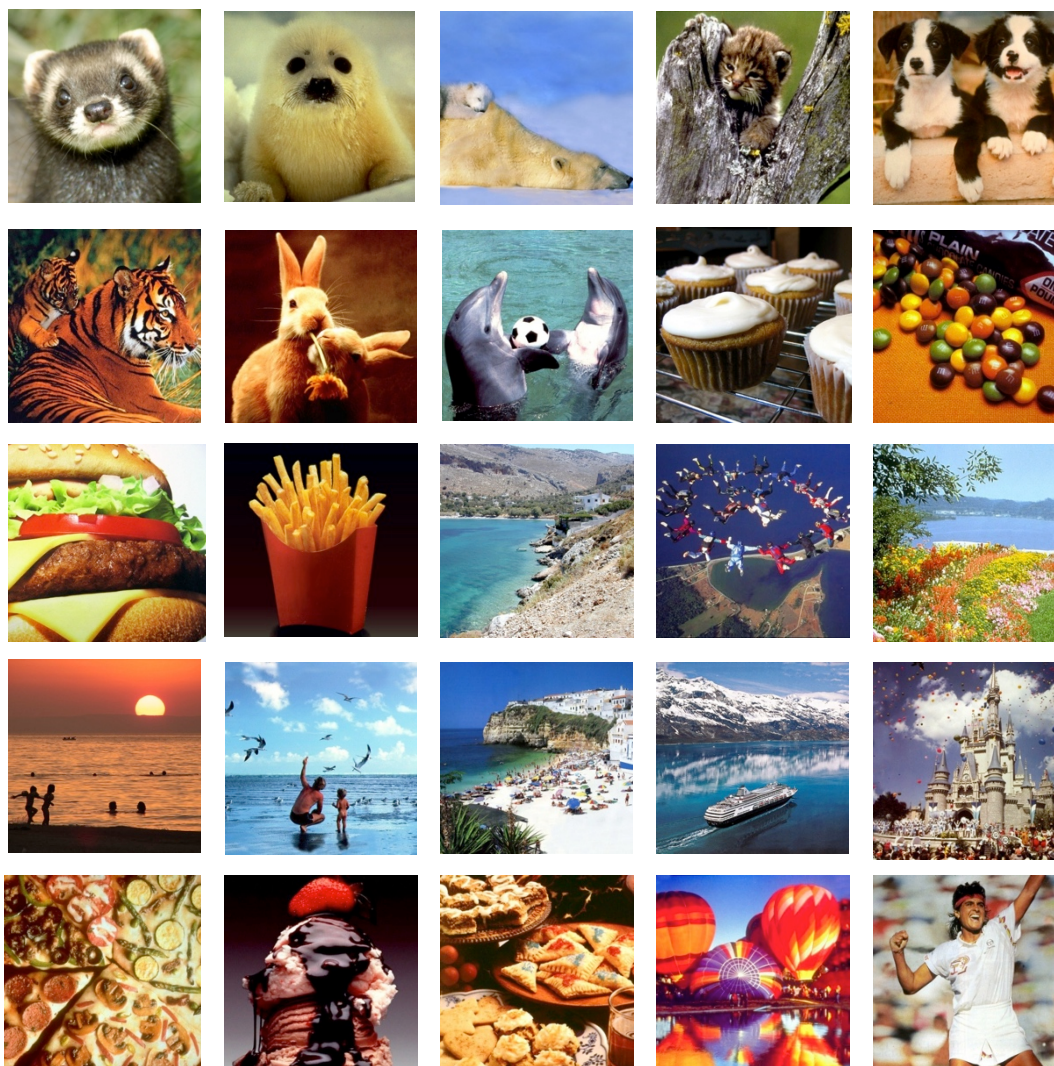
Primes standard negativos (EP)



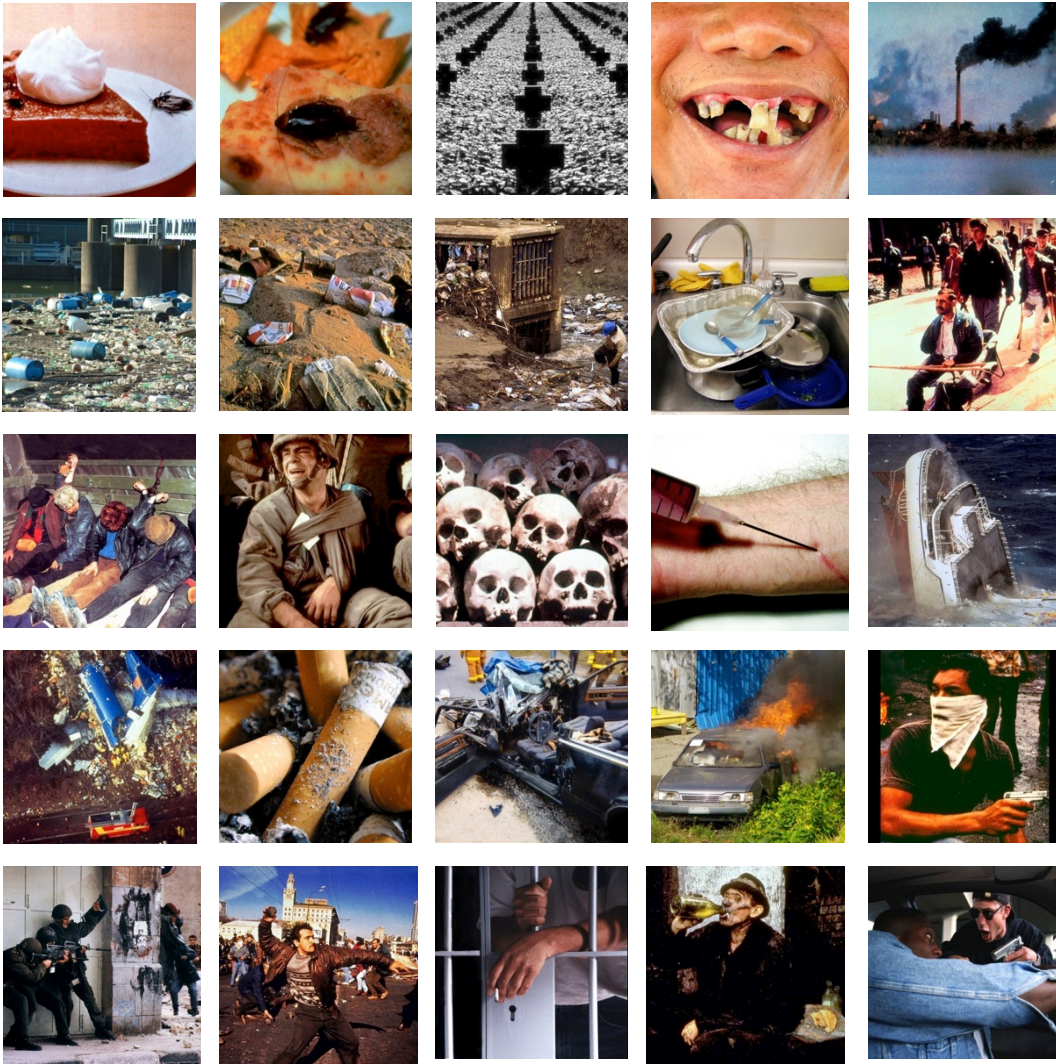
Primes standard positivos (EP)



Primes positivos (EP e IAT)



Primes negativos (EP e IAT)



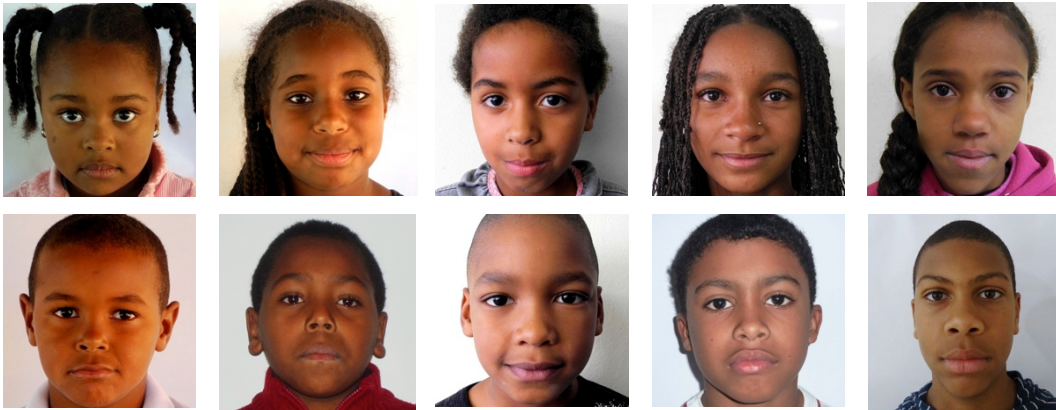
Estímulos-alvo de crianças brancas (EP e IAT)



Estímulos-alvo de crianças pardas (EP)



Estímulos-alvo de crianças pretas (EP e IAT)



ANEXO F

Símbolos utilizados para representar as categorias no IAT

Positivo e negativo



Branco e preto



ANEXO G

Fotografias avaliadas na tarefa de preferência explícita

